

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**DESENVOLVIMENTO RURAL E O CAMPO TECNOCIENTÍFICO: A  
CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO**

Adriano Premebida

Porto Alegre  
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

**DESENVOLVIMENTO RURAL E O CAMPO TECNOCIENTÍFICO: A  
CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO**

Adriano Premebida

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Almeida

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural — Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

Série PGDR - Dissertação n.º 036

Porto Alegre  
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 30 de janeiro de 2004, a Dissertação de Adriano Premebida com o título *Desenvolvimento Rural e o Campo Tecnocientífico: a construção de um discurso* como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural — Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida (Orientador-Presidente, PGDR/Departamento de Horticultura e Silvicultura/UFRGS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anita Brumer (PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zilá Pedrosa Mesquita (Escola de Administração/UFRGS)

Porto Alegre  
2004

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, à querida Dulci e ao Homero. Minha gratidão a todos extensionistas, pesquisadores(as) e professores(as) que tiveram a gentileza de ceder-me algum tempo para as entrevistas e pela boa conversa. A meus colegas, amigos e amigas, do corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), especialmente Jalcione Almeida e, também, aos funcionários do IEPE. Não deixaria de agradecer o zelo e a forte disposição de Eliane e Catiane na rotina de trabalho do PGDR, para mim, referências em competência. Ao ensino público e gratuito e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos.

O homem livre em nada pensa menos que na morte; e a sua sabedoria não é uma meditação da morte, mas da vida.

Espinosa

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	VI
<b>ABSTRACT</b> .....	VII
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 AS POPULAÇÕES RURAIS E O DESENVOLVIMENTO</b> .....	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	15
1.2 NEUTRALIDADE E IMPARCIALIDADE NA APRESENTAÇÃO DOS FATOS...	22
1.3 CIÊNCIAS AGRÁRIAS, ESQUEMATIZAÇÃO SIMBÓLICA E AÇÃO POLÍTICA.....	27
1.4 DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO.....	39
1.5 IMPOSIÇÃO DAS FORMAS DE PENSAR.....	42
<b>2 O CAMPO TECNOCIENTÍFICO</b> .....	50
2.1 CIÊNCIA, DISCURSO E DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA.....	50
2.2 A ESTABILIZAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO.....	57
2.3 CIÊNCIA NA DIREÇÃO DA VERDADE.....	64
2.4 COMUNIDADE DISCIPLINAR.....	69
2.5 A PRÁTICA CIENTÍFICA.....	72
<b>3 O PAPEL METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO</b> .....	82
3.1 O EMPÍRICO DA PESQUISA.....	82
3.2 PRELIMINARES TEÓRICAS SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO.....	85
3.3 APROFUNDANDO A QUESTÃO DO DISCURSO.....	89
3.4 OS PROCEDIMENTOS DO DISCURSO.....	97
3.5 OPERACIONALIZANDO A ANÁLISE.....	100
<b>4 BIOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO RURAL</b> .....	118
4.1 EXPANÇÃO DE UM NOVO MODELO DE INTERVENÇÃO.....	118
4.2 APREENSÃO DA SUBJETIVIDADE OU OUTROS MODOS DE AÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	126
4.3 PERSPECTIVAS GERAIS DA NOÇÃO DE BIOPOLÍTICA.....	129
4.4 AS PROMESSAS E HESITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO (DR).....	132
<b>CONCLUSÃO</b> .....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	150
<b>APÊNDICE</b> .....	155

## RESUMO

Esta pesquisa trata de uma tentativa de relação entre duas amplas e difíceis noções — desenvolvimento rural e biopolítica — a partir de algumas entrevistas realizadas com agentes do aqui denominado campo tecnocientífico vinculado às ciências agrárias no sul do Brasil: extensionistas, pesquisadores(as) e professores(as). Essas noções, desenvolvimento rural e biopolítica, articulam-se mais por inclusão que exclusão de um variado conjunto de conceitos e propostas de sociedade. Para apoiar esta relação tenta-se utilizar o referencial teórico da análise de discurso através de seu método mais simples: a constância de repetição de termos-chave pelos agentes em suas exposições sobre o debate atual do desenvolvimento rural. Este referencial ajuda a suspender a concepção de um indivíduo coerente e consciente de seu discurso, bem como a perceber a persistência ou modificação de certas crenças e mitos na formação de ideais societários para o rural no Brasil. Por outro lado, o estudo a respeito do desenvolvimento rural não poderia dar-se apenas no nível discursivo. Sua formulação está composta também por esquemas de percepção, de apreciação e ação realizadas sob condições estruturais do campo tecnocientífico. A articulação, então, de dois conceitos bourdianos (*habitus* e campo) foi imprescindível para a proposta desta pesquisa, embora não chegando a fundo em suas possibilidades analíticas. Não obstante o discurso acerca da noção de desenvolvimento rural aparecer polêmico, ou seja, aberto a múltiplas interpretações, nele há uma regularidade — ou a manutenção de um repertório temático — indicativa da possibilidade dele ser abordado sob a análise da idéia foucaultiana de biopolítica. Assim, desenvolvimento rural, ou desenvolvimento de forma geral, poderia ser entendido e analisado sob a ótica de um conjunto de medidas e exercícios de governo que se dá sobre a produção da vida, para através desta, conseguir seus efeitos de poder. A proposta desta pesquisa, em sua opção teórica, foi perceber a regularidade de noções sobre desenvolvimento rural nas locuções dos agentes, verificando, nas análises de entrevistas — muito mais que divergências e diferenças de opiniões e ideais — o discurso que se mantém, um conjunto de idéias que, embora produzidas sobre diferentes formulações, faz parte de um “dizível” historicamente sedimentado na memória social. Mas a estabilização dos sentidos de desenvolvimento rural presos, diga-se assim, a alguns termos-chave acaba mostrando, também, o seu contrário, um conflito nos processos de significação, uma constante ruptura com as definições passadas de desenvolvimento, trocas e negações de filiações conceituais e ideológicas, em um movimento criativo de resignificações (transformação) de sujeitos e realidade social.

## ABSTRACT

This research tries to show the relationship between two broad and difficult subjects - rural development and biopolitics - starting from some interviews with agents, acting in the techno-scientific field linked to the rural science area in southern Brazil, the extension workers, researchers and professors. Both subjects, rural development and biopolitics are linked more by inclusion than exclusion of many concept sets and society proposals. To give support to this relationship, the theoretical analytical basics of the language method was used, in the simplest form: the constant repetitions of key words from the agents in their explanations concerning the present state of the rural development debate. This reference helps to support the conception of a coherent individual, conscious of his speech, and to show the maintenance or modifications of myths and beliefs in the rural Brazil. By the other side the study of rural development could not only be done at a speech level. Its formulation is composed by perception, appreciation and action under structured conditions of the techno-scientific field. The articulation of two Bourdian concepts (*habitus* and field) was fundamental to the proposal of this research even without reaching deep in all analytical possibilities. Even with the polemic aspect concerning rural development, subject to many interpretations, some ideas are constantly present – indicating the possibility of using the Foucaultian idea of biopolitics. By his way, rural development or development in general can be understood and analyzed under the point of view of a set of rules from the government upon the production of life and its effects of power. The theoretical option of this research was to verify the constant repetitions of key words from the agents in their speech during the interviews – presenting more correspondances than divergences. The constant presence of some key terms also points to a conflict, showing a constant rupture with former definitions of development, changes and negations of conceptual and ideological relationships.



## INTRODUÇÃO

O projeto inicial desta pesquisa tinha como principal problema entender a relação entre as noções de desenvolvimento rural (DR) e trajetórias sociais e profissionais de agentes ligados ao campo tecnocientífico nos estados do sul do Brasil vinculados às ciências agrárias. De início percebi que seria uma pesquisa difícil, principalmente pelo limite de tempo dado ao processo de análise e escrita de uma dissertação utilizando um referencial teórico-metodológico com o qual eu, particularmente, ainda não tinha grande afinidade. Procurar descobrir e entender os elos entre trajetória social e engajamentos teóricos e conceituais era um problema que suspendia crenças na imparcialidade do conhecimento, e punha muita dúvida sobre minha própria escolha teórica, meu tema e as sutis dificuldades de método. Percebi, então, que o olhar objetificante da ciência tinha que ser manipulado com muito cuidado, pois sobre tudo que é lançado o olhar classificador, na tentativa de categorização, solidificação, há sempre um grau de inconsistência que deve ser manejado. Este olhar pondera sobre a naturalização de arbitrários, sobre escolhas pessoais e de classe transformando-se em opções universais, pois pretensamente “científicas e corretas”. Em minha graduação em História lidei com documentos, arquivos, resquícios e fragmentos escritos, mas não, como nesta pesquisa, diretamente com pessoas, que teria que entrevistar, daí inferir, em um ligeiro convívio, muitas questões, relações e pareceres que, já de longe, poderiam transparecer falhos. Notei, contudo, que neste ato de captar o outro, distribuí-lo em classes, grupos, emitir opinião a respeito de seus julgamentos, (eu) estava me classificando, marcando minha posição social, confessando meus referenciais, minhas crenças. Muito mais que expor os agentes entrevistados (meu empírico), eu estava, verdadeiramente, me expondo.

Ao longo da pesquisa, principalmente no final das transcrições das entrevistas e das primeiras leituras minuciosas, percebi que a esperada polarização entre as posições dos agentes acerca do DR — de um lado a que enaltecia os lados tecnológicos, produtivos e econômicos do desenvolvimento, de outro, a que exaltava o lado sociocultural, de transformação sem degradação ambiental e social, de políticas alternativas para o campo — não era tão distante e polarizada quanto imaginava. Ainda que pudesse perceber divisões, desencontros e contradições, havia uma linha temática regular, constante, de um modo ou outro, em todas as falas. Esta regularidade estaria dominada por temas e termos que, depois percebi, tinha uma relação muito estreita com a idéia foucaultiana de biopolítica. Então, de

um trabalho que se pautaria pela análise da diferença, dos condicionamentos de classe na geração de interesses específicos a um domínio temático, nos interesses e tendências que agentes impõem em meio a lutas no campo em questão, houve um direcionamento na consideração entre a produção de uma verdade relativa ao tema do DR através do interdiscurso, ou a verdade como intertextualidade, em suas diferentes expressões condensadas na noção de biopolítica.

Mesmo dando preferência a uma análise dos principais temas que fundamentam a noção de DR (bem-estar, saúde, educação, preservação ambiental) e seu elo com a idéia de biopolítica, a compreensão do funcionamento do campo tecnocientífico é ponto-chave para se entender a especificidade dos agentes entrevistados. Este campo foi idealmente<sup>1</sup> entendido como condicionando seus agentes a diferentes práticas, a delimitações de suas posições internas no campo, às formas de distinção e consagração sociais engendradas, como à sua posição no campo relativa a outras áreas da vida social. Os discursos postos como verdades foram pensados como estando ligados à consagração de saberes e posições a partir dos quais esses saberes se manifestam e desenvolvem seus próprios poderes de convencimento e explicação e ainda, às práticas e trajetórias institucionais e institucionalizadas.

Ressaltei, sempre que pude, idéias formadoras das crenças que caminham, historicamente, lado a lado com o “fazer ciência”, correndo o risco de relevar demasiadamente alguns aspectos que apenas se entreviam nas entrevistas. Se a noção de desenvolvimento tendeu a se associar à noção de progresso, ambas coexistindo sobre a crença (e a esperança) da ciência e da técnica como meios e instrumentos para melhorar a vida da humanidade, por outro lado notei uma inversão dessa sensibilidade (e dessa esperança). Percebi uma inclinação dos agentes a desconfiar dos rumos que certas especializações científicas, certos avanços temáticos (ressalto a transgenia) tomam. Havia um discurso da temeridade, uma dúvida de que tal avanço possa realmente servir a sociedades em seus mais variados aspectos, beneficiando o máximo possível suas populações. Duas sensibilidades para pensar a tecnociência. Duas percepções, grosso modo, balizadoras das noções de DR.

A análise de discurso enquanto meio de descentrar uma concepção de sujeito e “desvendar” o funcionamento de discursos foi uma aposta arriscada que tive que fazer, pois meu conhecimento do assunto era parco, tendo ainda que optar por uma tradição de análise frente a tantas outras. Bem, o interesse que sempre tive por esta, digamos, tradição

---

<sup>1</sup> Ressalto o “idealmente”, pois no Brasil o campo tecnocientífico tem suas particularidades em relação aos países (França, principalmente) onde foi desenvolvido o vasto domínio teórico da “Sociologia da Ciência”

hermenêutica, tinha um dia que começar. Duas razões me ocorrem em favor desta opção. A primeira era uma coerência com uma leitura que mantinha com algumas questões postas principalmente por Foucault, após decidir verificar se essa lógica contemporânea da idéia pouco trabalhada de biopoder tinha alguma relação com a temática do DR e/ou do desenvolvimento. A segunda, talvez pelo valor que mantenho ao que chamo a “força do passado”, a essa vaga de vozes que nos impulsionam — idéia um tanto benjaminiana — a algum lugar marcado tanto pelas contingências (abertura à transformação) como pelas premências estruturantes de cada formação social. O presente sempre nos abre como algo inesperado, incerto, contingente, e sua coerência, sua estruturação em rotina se dá pela memória pessoal e social, fundamentada em grande parte nos discursos.

Seria muito difícil tratar algum tema no campo tecnocientífico sem discorrer sobre a técnica, sobre o caráter de difusão tecnológica no campo, sobre as mudanças que provoca, pois a sociedade não é independente ou anterior às técnicas, estando sempre de acordo com elas. Cada formação social tem uma relação específica com o conjunto de conhecimento técnico de um período, em um processo de hibridação entre sociedade e técnica. A tecnociência contemporânea rompe com a relação sociedade/técnica anterior (ou um outro híbrido), provocando e criando novas perspectivas de vivência, naturalizações e desnaturalizações, remodelando discursos e abrindo possibilidades impensadas para o futuro. Uma hipótese ainda pouco elaborada, fruto de algumas entrevistas realizadas para esta pesquisa, por exemplo, é que a versão romântica de uma técnica e industrialização intrinsecamente negativa seja o resultado de um confronto de visões novas e antigas na relação sociedade/técnica. A abertura de novas possibilidades técnicas (atualmente tecnológicas) pode esmorecer e violentar ideais de sujeito, ideais de sociedade, tendo assim a produção dos discursos de apego ao “antigo modo de ser” (que também, em grande parte, nunca existiu, a não ser em idealizações).

O leitor e a leitora notarão que a condução textual deste trabalho está um tanto centrada em si mesma, uma espécie de auto-referência. Isso não indica, contudo, que o empírico (na medida do possível) foi esquecido ou descolado das propostas teóricas aqui presentes. Muito das referências teóricas foram formuladas por uma curiosidade, afinidade e trajetórias de leituras afinadas mais por questões pessoais (epistemológicas e, não tendo um melhor termo, existenciais) anteriores às oferecidas por esta pesquisa. O caminho trilhado para se chegar ao termo desta dissertação acabou reforçando um aspecto que sempre teve

---

utilizado aqui. A institucionalização acadêmica no Brasil é muito recente e pautada por uma “cultura científica” diferenciada, por exemplo, se comparada à tradição racionalista francesa.

minha particular atenção: a “verdade”, ou o conjunto de ficções, mitos, crenças que sociedades, e mesmo ciências, naturalizam, cristalizam como realidade. Vejo que apenas aumentei o horizonte de questões e dúvidas sobre este processo de produção de verdades e que o mais importante de uma viagem, das escolhas de caminhos, não é a chegada, a meta em si, mas o percurso, com toda a sorte de problemas, acasos, coincidências que nos reserva, interessantes ou não, positivas ou negativas.

Quando pensei em investigar como certo número de agentes de um campo tecnocientífico específico (Ciências Agrárias e afins) pensava o DR, esperava uma discussão paralela sobre a idéia de *progresso* como também da noção de *desenvolvimento* em sua forma mais geral, ou seja, sem os qualificativos “sustentável”, “rural”, “local” entre outros. De início, tentei pensar o encaixe histórico e semântico desses termos, mas logo percebi o tamanho da discussão e a impossibilidade de abarcá-lo o mínimo necessário no tempo que me cabia para a redação da dissertação. Acabei trabalhando com fragmentos discursivos comuns entre os agentes que entrevistei e que sustentavam as locuções acerca do DR e que estavam relacionados à biopolítica. Como poderá ser visto, a noção de DR envolve tanto entusiasmo como decepção, e isso sempre de acordo com a indicação mais geral que os agentes tinham das duas idéias supra citadas (desenvolvimento e progresso). Apesar de não entrar profundamente na discussão, notei uma variação clássica sobre a temática do desenvolvimento e do progresso nas falas sobre DR. Na sociedade moderna ocidental há um fluxo discursivo pautado pelo “progresso”, “desenvolvimento” ou “crescimento econômico” e “humano”, um conjunto de mitos que disponibiliza uma série de sentimentos contrários ou simpáticos ao modo como se processa (políticas públicas ou não) a riqueza material, a abundância, o bem-estar, a saúde e a educação às populações dos Estados modernos. Esta discussão pode ser buscada, por exemplo, em Adam Smith (1979), através das polaridades de seu argumento sobre as preocupações das nações em atingir um dado grau de riqueza e as políticas econômicas necessárias para isso. As oposições que usava eram “nações selvagens”, “pobres” e “nações civilizadas”, “prósperas”. Seu argumento partia de uma crítica às políticas que impediam as pessoas de terem os bens necessários à vida e ao conforto, à riqueza, à opulência e ao crescimento. Atualmente, as polarizações e a linha de condução dessa temática é relativamente a mesma (países “subdesenvolvidos”, “em desenvolvimento”, “desenvolvidos”, “primeiro mundo”, “terceiro mundo” e outro tanto de eufemismos). Alguma nota mudou aqui e ali, mas o tom perdura, e apesar dos avanços tecnológicos e das preocupações ambientais entrarem na pauta das discussões públicas, muito do que foi discutido nas entrevistas sobre DR trilha essa formação discursiva, não importando, neste

trabalho (isso seria outra pesquisa), as estratégias pessoais e institucionais dos agentes no como usam essas noções para expressarem sua posição política e ideológica na produção do conhecimento dito científico.

A ambivalência em torno do tema do DR foi para mim um forte motivo para empreender uma pesquisa sobre a articulação de seus sentidos. A dúvida que meus interlocutores tiveram em definir DR foi compartilhada por mim e no processo de reflexão e escrita tive maior clareza de sua extensão e complexidade. A atração que tenho a esta temática ou este objeto coloca-me constantemente em incoerência, justamente pelo conjunto de questões multiformes que se apresenta a tal tema, impossível de ser minimamente compreendido quando a abordagem se faz de maneira estritamente disciplinar. Além disso, muitos dos discursos que me atravessam foram explicitados neste trabalho através da seleção do *corpus*<sup>2</sup>. Estes mesmos discursos estão por toda dissertação, já não nas falas (locuções) dos entrevistados, mas na minha escrita, opiniões sedimentadas no meu expressar e agir diário.

Como a tecnologia atualmente é pensada, na maioria das vezes, como fenômeno indissociável de uma realidade social, as noções de DR estavam presas a alguns enredos consolidados da visão de mundo ocidental, a mitos fundamentais, “do conhecimento proibido”, de novos produtos e demandas potencialmente desastrosos (o ambiente ou a ecologia eram os primeiros domínios lembrados). As novas expectativas e esperanças proporcionadas por políticas de “transformação social” foram criticadas no geral sobre este ponto do perigo latente de novos conhecimentos e da fabricação pelo sistema capitalista, de cidadãos transvestidos em consumidores. A idéia do conhecimento proibido aparecia quando a noção de desenvolvimento se tornava causa de poluição ou de drásticos efeitos ambientais ou ecológicos, danos à saúde e, na versão econômica e política, dependência de grupos ou países em relação a outros. As formações discursivas, em sua rede temática, simbólica e figurativa, atraem ou repulsam associações de como dizer, o que dizer; podem facilitar ou não classificações identitárias, estereótipos (o camponês, o colono, o caipira, o fazendeiro, entre outros) e perspectivas de mundo. Evidentemente, outras formações discursivas, como a iluminista, a ecológica, a missionária e assim por diante, se entrelaçam objetificando alguns aspectos da superposição de idéias relativas ao DR, como também constituem meu senso de reconhecimento de tais conjuntos discursivos.

De antemão ressalto um problema não tratado ao longo da dissertação e vinculado ao referencial teórico da análise de discurso. Coloco um sobreaviso nisso, pois a extensão e

---

<sup>2</sup> Agrupamento de enunciados — unidades do discurso — para análise.

caráter de tal discussão não caberiam aqui, já antecipando provável crítica. A forma como é entendido o funcionamento discursivo tende a isentar a responsabilidade do sujeito pelo seu discurso, o que pode cair em discurso mais amplo, que seria a predeterminação, o destino ou a reatualização do discurso teológico da predestinação, indo de encontro à questão da responsabilidade e autonomia humana, da sociedade frente à responsabilidade de seus atos. Fica, assim, apenas este rápido aviso, já que, por vezes, algumas análises discursivas levam o agente a estar sempre preso ao discurso que lhe dá sentido como indivíduo ocupando um lugar específico em sociedade, fechando possibilidades de novas perspectivas de pensar e dizer o mundo. Aprender a operacionalizar parte da análise de discurso foi uma grande dificuldade para mim. Por ser campo vasto, com múltiplas correntes em divergência, tive que selecionar algumas leituras e tentar elaborar um meio de ver a vantagem em utilizá-las nesta pesquisa. Sem dúvida, para mim, há um grande caminho para se percorrer quanto a este referencial, ao mesmo tempo aberto a interessantes possibilidades teóricas, curiosos cruzamentos temáticos, mas que demanda muita atenção e trabalho para não ser mais uma moda intelectual pouco utilizada em sua potencialidade.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, com a discussão teórica disseminada ao longo destes. Desculpo-me por algumas redundâncias acerca do referencial teórico usado nos diferentes capítulos, mas imaginei que uma rápida repetição seria conveniente para reforçar e sanar alguma dúvida, bem como retomar questões postas anteriormente. Talvez isso aconteça com mais facilidade quando o referencial ou um capítulo analítico não se concentre em apenas um capítulo específico, mas preferi fugir a isso, pois não consegui pensar meu empírico como algo independente de uma teoria, de uma perspectiva e recorte de mundo desvinculado de um cenário teórico. No primeiro capítulo, o problema de pesquisa é apresentado junto com seus principais objetivos. A hipótese da idéia de DR estar vinculada à noção de biopolítica é adiantada. Trabalha-se neste capítulo com as noções de DR e/ou desenvolvimento, expressas pelos agentes entrevistados, em suas relações com um corpo metafórico estruturado sobre a noção de população. É sobre esta que o DR é aplicado e sobre esta que a pesquisa se inicia, justamente, também, por ser uma das questões (as populações rurais como beneficiárias do DR) mais repetidas durante as entrevistas. O segundo capítulo trata da discussão do campo de atuação dos agentes entrevistados, definição de tecnociência, como este campo disciplina discursos e ações diversas, desde produção de conhecimento, desde produção discursiva da verdade. No terceiro capítulo faço uma discussão de como procedi na escolha das instituições e dos agentes que constituíram o empírico deste trabalho e, também, aí mais demoradamente, o que entendo por análise de discurso e como ela contribui

nesta pesquisa; ou como a noção de DR, desenvolvimento e biopolítica são entendidos sob esta ótica. No quarto capítulo exponho o *corpus* para relacionar termos-chaves ou centrais que produziram a regularidade discursiva sobre DR e/ou desenvolvimento. Ou seja, as pilastras que sustentam estes discursos, estando estreitamente vinculados à concepção explorada por Foucault de biopolítica e biopoder.

# 1 AS POPULAÇÕES RURAIS E O DESENVOLVIMENTO

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Quais as bases discursivas que sustentam os significados ou sentidos da noção de DR circulando entre agentes do campo tecnocientífico do sul do Brasil? Dentre tantas questões que tingem as linhas do quadro de indagações desta pesquisa, esta é a pergunta central, eixo através do qual amarram-se outras dúvidas, suspeitas, afirmações, negativas, tropos diversos da sintaxe de criação do sentido de relevância e verdade da escrita. Os significados de DR ou do desenvolvimento, de maneira geral, podem ser desdobráveis de modo infindo, desde que sua fonte hitórico-discursiva esteja sustentada por um peculiar e absorvente conflito temático, alicerçado difusamente no centro e nas franjas das disputas pelo domínio das direções políticas de transformação social e enraizada em alguns mitos estruturantes da sociedade ocidental moderna. A disputa pelos sentidos da noção de DR neste trabalho será construída em um campo de prática social muito específico, aqui chamado de tecnocientífico, ligado às ciências agrárias e/ou rurais e tratado na segunda parte desta pesquisa. Esta tática intelectual de recortar e bem marcar um grupo da sociedade não indica que o segmento pesquisado esteja autocontido ou não relacionado com a complexa sociedade englobante — embora a sociedade ocidental moderna seja diferenciada por um conjunto de espaços de disputas relativamente autônomos, os aqui denominados *campos*. Uma certa homogeneização da "área" estudada sempre parte de um elo entre problemática e movimentos cognitivos arbitrários, enfatizando o "olhar" preferencial de um enfoque teórico, ou antes, a conformação sociocultural de quem olha para o quê.

Se há diferentes significados de DR no campo tecnocientífico, esses não se confirmam apenas pela capacidade explicativa dos enredos cognitivos das teorias em uso, mas também pelas implicações da trajetória social de cada mediador técnico ou agente no respectivo campo. À medida que se analisam a bibliografia e as entrevistas com os agentes, uma questão começa a tomar forma, qual seja: apesar dos significados de DR, como também de noções outras que o cercam, estarem por vezes em divergência conceitual, existe um espaço comum, uma memória, por onde se constitui uma regularidade discursiva. Este espaço comum de onde



brotar<sup>3</sup> um discurso que dá sentido à noção de DR está intimamente ligado ao que Michel Foucault (2002b) denominou biopoder ou em sua estratégia econômica e política sobre a vida (biotecnologias, máquinas avançadas, genoma etc.), a biopolítica.

Biopoder se alia a uma compreensão de relações de poder que não se aproxima das definições convencionais que adjetivam estas relações como apenas coercitivas, limitantes, negativas. As relações de poder também se dão pelo viés positivo, na construção de espaços de liberdade, de saúde, de desenvolvimento; evidentemente, com as escamuçadas subjunções de controle social. Ou seja, as relações de poder instituem positivities através, e ao mesmo tempo, em que constituem práticas, sujeitos e saberes. As noções de desenvolvimento e a noção de biopolítica se concatenam na medida em que os sentidos dessa encruzilhada estão se referindo a populações, a seu bem-estar, a suas práticas, a regulações territoriais. A partir do momento em que populações tornam-se preocupações de governos (ou de Estado), implicando a criação de disciplinas para melhor entender suas dinâmicas, estabelecem um quadro de políticas específicas para este novo fenômeno social. Assim, a memória implícita que faz com que os agentes — apesar de diferentes posições sociais e políticas — não abram mão da noção de desenvolvimento (enquanto objeto de estudo) é que esta noção está dissolvida na matriz de uma determinada *episteme* surgida após o século XVI na Europa, e que se confunde com — ou funda — o pensamento moderno.

A noção de desenvolvimento, então, teria seu sentido delimitado por esta *episteme*, que está na dobra dos mais variados discursos políticos<sup>4</sup>, principalmente no contexto atual da dinâmica capitalista. A importância desse tipo de relação teórica é vislumbrar as sutilidades de controle individual e coletivo que há em um discurso que engloba a noção de DR. Sendo assim, ao desejo de conhecer — “o homem” —, junta-se o desejo de dominar o conhecido e a honesta presunção do(a) pensador(a) possuir a melhor das exegeses quanto ao modo de dizer “a verdade do homem”.

Embora quatro grandes temas conduzissem as entrevistas para esta pesquisa — trajetória social, problemática ambiental, ciências agrárias e desenvolvimento rural — somente o último foi analisado com maior profundidade, ainda que estivessem quase sempre relacionados entre si. A pesquisa, na tentativa de uma abordagem que contivesse a noção de biopolítica, ficou estipulada do seguinte modo: a qual espaço discursivo — que talvez estaria

---

<sup>3</sup> O uso do verbo brotar remete ao método genealógico pensado por Nietzsche. Não é uma equivalência à busca de uma origem no passado para entender determinado fenômeno no presente. É partir do presente — e assim configurar um passado com as contingências do presente — e esmiuçar os "arquivos discursivos" e encontrar um discurso que sustenta um determinado dizer, que constitui um pensamento, uma prática; permanente ou em mudança.

em algum vestibulo entre a argumentação política e a científica — se remete o debate do DR? Dentre as especificações que armam o programa foucaultiano sobre a analítica do poder e especificamente o biopoder, será dada maior consideração sobre a face populacional da questão, apesar do problema individual do poder disciplinar<sup>5</sup> não estar dissociado do "corpo da população". Ambas questões estão articuladas no mundo contemporâneo e atuando no que diz respeito à articulação de saber/ação no corpo e na vida humana (poder sobre a população). Pensando em uma noção de DR que não associa o rural apenas aos produtos retirados da terra, mas também às populações que ali habitam, tem-se uma atuação que visa a muito mais que bens e riquezas (biotecnologia é tema interessante neste tipo de abordagem), mas também à extração de tempo e trabalho dos corpos (denominação interessante para biopolítica<sup>6</sup>: gerenciamento e suporte dos processos biológicos, nível de saúde, nascimento, mortalidade, condições de habitação, desenvolvimento de formas de educação e treinamento profissional etc.). Estrutura-se uma tecnologia de utilização da força dos corpos, isto é "o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo de ônus reduzida como força política, e maximizada como força útil" (FOUCAULT, 1977, p. 194). Assim, biopolítica se caracteriza essencialmente por "gerar e controlar a vida dentro de uma multiplicidade desde que ela seja numerosa (população), e o espaço estendido ou aberto" (DELEUZE, 1995, p.80).

Mas como se fará a associação entre os discursos do campo tecnocientífico com a noção de biopoder ou biopolítica? Através da formação discursiva dos agentes enquanto grupo específico de porta-vozes ou privilegiados conhecedores da "realidade rural brasileira", formando-se ao mesmo tempo enquanto grupo e discurso. Ver-se-á então que muitos dos condicionantes do discurso sobre a noção de DR remetem-se a uma formação discursiva, um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa, e neste caso, relacionada ao biopoder. As obras e correntes teóricas utilizadas nesta pesquisa são um tanto distintas em seus eixos epistemológicos, metodológicos e temático. Suas posições e planos traçados quanto ao tipo de tema geral abordado são diferentes, na maior parte das vezes, as daqui abordadas. No entanto, acredita-se na viabilidade de uma aproximação destes eixos teóricos na fundamentação analítica da pesquisa e na capacidade de interpretação do sentido e limites das visões de DR abordadas no campo tecnocientífico em questão.

---

<sup>4</sup> E a reboque, sua validade científica garantida por algumas ciências ou disciplinas científicas.

<sup>5</sup> "Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 1977, p.126).

Pretendendo criar uma suspensão quanto ao modo espontâneo com que é tratada a questão do DR, caminha este trabalho através de uma série de diligências teóricas e de princípios metodológicos que evitam enfatizar a argumentação metafísica do "que é?" para o "como?", percurso sugerido por uma escolha de prática heurística, sem muita receita, centrada em abordagens construtivistas do conhecimento social. Aproximando a questão às disciplinas que fundamentam as Ciências Agrárias<sup>7</sup>, espera-se compreender como um discurso tecnocientífico reproduz e legitima sua autoridade para falar e intervir no meio rural, quando em jogo está a questão do desenvolvimento. Como os recursos retóricos tomam forma e criam caprichosamente um "mundo", transformam e problematizam uma realidade em objeto de investimento científico, financeiro, legal, estético e, na junção destes elementos com uma variedade não citada, em problema relevante para a sociedade, já está clara a importância de um exame ao nível discursivo dispensado à temática.

O modo como os agentes enquanto profissionais ou técnico-burocratas pensaram e intervieram no mundo rural, na década de 1970, por exemplo, re-territorializando ou desterritorializando um conjunto de práticas sociais — relações diáticas de parentesco, de vizinhança, de amizade etc. — que conformavam uma realidade peculiar, mas não deixando de estar inserida em espectros mais amplos de outras realidades, como a propalada pelos "agentes da modernização", do desenvolvimento fincado no bojo ainda fecundo da idéia de progresso e crescimento, é uma das memórias e contraponto possível aos sentidos atuais da idéia de DR. O rural é um aspecto da construção social da realidade, assim, deve-se atentar — entre tantos outros fenômenos — para as interações entre as apropriações materiais e simbólicas feitas à terra; ao tecido entramado da percepção ecológica deste espaço de vida; a organização da produção de alimentos e ao resultado da aplicação de novas tecnologias e aos efeitos de políticas internas e externas ao setor agrícola e suas influências no meio rural.

Pensar a diversidade do rural no Brasil também é preocupar-se com as pressões das ondas de planejamento que encerram uma sinonímia que encabeça o rural e algumas de suas populações com o atraso, ao conservadorismo, à ignorância. Essa comparação e nomeação, como outras, fluem na caudalosa essencialização ou naturalização de relações de grupos, de comportamentos, de intervenção mesma no mundo. A composição de direitos e deveres formada em comunidades rurais, por vezes — senão, na maioria das vezes — não se enquadra em um padrão de engajamento esperado. O quadro político-partidário, por exemplo, e sua

---

<sup>6</sup> Que será aprofundada no quarto capítulo.

<sup>7</sup> A maior parte dos agentes entrevistados estava vinculada profissionalmente às ciências agrárias: Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, principalmente.

lógica de engajamento e representação não é código dominado consensualmente. Pensar o DR é também saber entender outras representações de vivências, outros formalismos, que, quando considerados, podem fortalecer criativas intenções de desenvolvimento, dentro das demandas e sentidos tentados por certas comunidades rurais.

A perspectiva da noção de DR, enquanto objeto de pesquisa, deve estar assentada em posição crítica, pois as comunidades alvos de estudos não necessariamente pensarão sua realidade de demandas ou mecanismos para resolver “seus problemas”, a partir de uma noção de desenvolvimento, nem específica, às vezes nem geral. Se a noção desenvolvimento é um desdobramento da esfera política de um ideal de Estado<sup>8</sup>, o entendimento de suas possibilidades e modelos discursivos de legitimação fazem-se incompreensíveis para uma formação social — uma comunidade rural — estruturada em esfera enunciativa e de entendimento do mundo diferenciada, por vezes pautada em fortes relações de parentesco, de *status* social baseados em privilégios outros, que não os dos círculos de possibilidades que anelam a categoria "indivíduo" na sociedade moderna.

Quando um enredo de mundo se configura como o único possível a se disseminar pelo globo, a linha unívoca que toda sociedade inexoravelmente seguirá, as mazelas deixadas no rastro deste pensamento podem ser vistas no contrapelo da História. A implementação de medidas de desenvolvimento que não levem em conta estas contingências, fruto de mundos imbricados simultaneamente, em uma correspondência na formação de identidades a partir de choques de representações, acaba por posicionar-se autoritariamente, com uso da violência (simbólica ou não) na imposição de um olhar na estruturação da realidade.

Em estudo clássico de Karl Polanyi, exemplo sugestivo, este apresenta, de modo geral, as condições culturais e sociais formadoras da hegemonia do "indivíduo" no ocidente europeu, principalmente no que tange à "grande transformação" do mercado econômico e à articulação deste enquanto “valor natural”, ou o isolamento da economia como um domínio de realidade<sup>9</sup>. Seguindo a nervura dessa tese há uma discussão de fundo sobre as mudanças nas ordens de classificar e narrar o mundo na sociedade européia, da passagem de uma esfera religiosa para uma esfera política e econômica<sup>10</sup> como forma das pessoas se expressarem e entenderem os processos "macrossociais". Vê-se como acontece, forçosamente, seguindo a mesma lógica do emprego de classificações naturalizadas, um ajuste para estabelecer "regras

---

<sup>8</sup> Estado enquanto abstração, uma composição de técnicas e táticas de governo.

<sup>9</sup> A economia torna-se também, após o século XVIII, um campo de intervenção governamental (POLANYI, 1980).

<sup>10</sup> A esfera política ganha peso no pensar a transformação da sociedade, principalmente após a Revolução Francesa.

naturais" de transposição de culturas, de convívio em sociedade, seja qual for a formação social. Neste caso, quanto ao comércio e a título de exemplo:

Poderia parecer natural presumir que, em função dos atos individuais de permuta e troca, os mercados locais se desenvolveriam no correr do tempo e que tais mercados, uma vez existindo, levariam naturalmente ao estabelecimento de mercados internos ou nacionais. Entretanto, nem um nem outro aconteceu. Atos individuais de permuta ou troca – esta é a verdade – não levam, como regra, ao estabelecimento de mercados em sociedades onde predominam outros princípios de comportamento econômico (POLANYI, 1980, p. 75).

Uma das propostas chave, então, é discernir que a representação que se faz de um "mundo real", do mundo em que se vive, age e luta é algo que flui em uma sucessão de símbolos e correspondências. A naturalização do mundo (social) é recorrente em sua legitimação, na disputa de olhares para a “realidade verdadeira” ou mais próxima disso. Grande parte dos enunciados vindos do campo tecnocientífico, ou de simpatizantes fora do campo, tende a apresentar um convencimento — quase uma aposta — em uma sociedade concretizada e estabilizada sobre leis universais, que uma hora ou outra serão “descobertas” e entendidas, independentemente de disposições culturais e socioeconômicas de uma formação social. A idéia de DR, como se verificou em algumas entrevistas, ainda está colada à de modernização do meio rural — pensando apenas em técnicas agrícolas ou de criação de animais avançadas — e tende a ser ponderada por seus agentes proponentes como uma recomposição de um mundo abalado pelo atraso e ignorância. É a tendência de pegar símbolos, metáforas, analogias, um mundo enquanto representação, do homem faustiano, do fetiche modernizante, como algo em si, e transpor os significados no lugar dos significantes, encaixar modernidade em realidades que não a comportam como explicação. Deste modo, as margens para as críticas se estreitam no campo do permitido por uma retórica acadêmica e/ou política. Ao levar em conta um projeto de mundo indiscutível, já se perdeu a noção de uma realidade puramente convencional, estabelecida entre signos e símbolos, em entendimentos prévios de um grupo social, disputando sua realidade através de seu alcance utilitário e simbólico.

Nada é dado ao olhar ou aos sentidos como ele é ou poderia ser. A realidade está emaranhada em um conjunto de elementos simbólicos que a expressam em linguagem, na prática das relações definidoras de uma moral, uma estética e uma lógica de mundo. Qualquer governo que seja, por exemplo, não tem apenas bases políticas, econômicas e sociais como normas para a condução do regime; sempre convocará a arte, ciência e educação como suportes basilares no conjunto de seus projetos. A interpretação de vivências das populações

rurais é mediada por inúmeras referências simbólicas que procuram a composição de singularidades, de ligações com o mundo do intérprete. Este trabalho interpretativo ocorre em meio a uma malha de possibilidades conotativas de difícil síntese. A motivação para essa apreensão do mundo do outro é maneira de evitar ou ao menos reduzir as violências simbólicas que perpassam os contatos e intervenções dos "agentes do desenvolvimento" frente a comunidades que norteiam suas existências com outros valores e lógicas de reciprocidade.

A imagem de comunidades rurais ou de uma agricultura confinada em espaço intocado com outras propostas culturais e técnicas, sem nenhum tipo de cooptação e trocas com sociedades englobantes ou “ao entorno”, ainda é vigente quando no manuseio de documentos e assertivas — mesmo acadêmicas — acerca do rural. A rigidez de forma com que é pensada esta população, no mínimo suaviza o chão dinâmico e cambiante com que se adaptam às transformações econômicas e sociais do mundo atual.

Dos fenômenos populacionais decorrem alguns “efeitos econômicos” específicos, como foi dado a conhecer pelos estudos da razão da variação do trabalho, dos acidentes, das riquezas, das migrações e que constituiu a atual e efetiva forma de governo do Estado. As propostas de um corpo científico ou técnico – pensando aqui nos profissionais das Ciências Agrárias – na problematização das demandas de uma sociedade que se firma no mito do crescimento econômico, se aprofundam nas dimensões socioculturais e das estruturas de referência de populações envolvidas por outros códigos e símbolos de apreensão e entendimento de mundo, embora o aprofundamento seja relativo ao olhar interventor. Supõe-se, assim, um isolamento e, ao mesmo tempo, a consecução do outro por um viés economicista, relacionado à produtividade e à alavanca científica na superação dos malogros sociais.

Neste espaço cabe a emergência de novas discussões e a configuração de estudos minuciosos. A "pobreza" alçada como problemática, por exemplo, configura-se como quadro analítico e comparativo de sociedades. A visão deste quadro pode turvar-se, dependendo do tratamento teórico, para outras configurações sociais, bem como culturais, que engendram relações de parentesco, retribuições rituais e formas de se esquivar das asfixias do desenraizamento e dos choques de novas estruturas associativas. Grande parte dos estudos sobre pobreza tem seu enfoque encortinado pela quantidade, pelos modelos econométricos e sociométricos. É uma constante gestação de novas ferramentas e conceitos na pesquisa sobre o meio rural que apenas reforçam ondas de legitimação de intervenções e do falar sobre.

Qualquer perspectiva social de uma coletividade diferente de outra implica a formatação cultural de uma sociedade, de um choque que faz sentir a presença do outro e a

formação de uma identidade essencializante. A trajetória de vida forma um papel social, um nível e direcionamento de responsabilidade. “E responsabilidade significa excluir possibilidades e isso diz respeito a formas de escolhas entre muitos modos de pensar, perceber, classificar, ordenar e praticar uma ação sobre o real. Uma tradição viva é, pois, um conjunto de escolhas que necessariamente excluem formas de realizar tarefas e de classificar o mundo” (DA MATTA, 1987, p. 48). Deste modo, determinado viés do pensamento tecnocientífico que arquiteta o “corpo teórico agrônômico” tendeu ou tende a engendrar um rural e uma ruralidade por uma lente setorial (agricultura); de enxergar apenas meios de produção em ambientes socioculturais que expressavam outras prioridades, não somente a imposta pelos padrões tecnológicos que despontam na agricultura moderna.

## 1.2 NEUTRALIDADE E IMPARCIALIDADE NA APRESENTAÇÃO DOS FATOS

A tarefa de dissociar o termo desenvolvimento de qualquer valor é difícil, se não impossível. Nas entrevistas, questões como as apresentadas a seguir não deixaram de surgir: Que tipo de desenvolvimento para o meio rural? Para quem? E como? E, mesmo com o possível deslize para o discurso de uma auto intitulada “elite” que afasta para o lado da incoerência e da irracionalidade – ou seja, deslegítima – determinadas práticas sociais, pondo-as no silêncio: quais suas possibilidades concretas ou latentes de transformação segundo os desejos dos afetados, ultrapassando a retórica da inconsciência destes para entender e compreender seus “verdadeiros problemas”? De uma forma ou de outra, duas questões entrarão em uma discussão quanto aos usos da ciência ou das teorias sociais para afirmar pontos de vista sobre políticas de Estado ou não, e seus agentes representativos.

Uma delas é a *neutralidade*, ou seja, uma tese que afirma que a prática científica pode servir igualmente a qualquer tipo de interesse, ou posição valorativa. Por ser um elemento neutro, o conhecimento científico pode ser “misturado” a qualquer meio que lhe dê “cores”, independente de qual seja. Outra tese é a da *imparcialidade*, esta significando que a escolha das teorias se faz por motivos ou critérios cognitivos e suas relações com a referência empírica, não por sugestionamento ideológico ou fundamentação que não epistemológica.

Uma vertente influente do Pensamento Social abraçou – e talvez ainda não tenha largado – a perspectiva do “materialismo científico” para representar seu objeto de estudo. Pressupõe que a realidade está dada, bastando absorvê-la e narrá-la. Por outro lado, existe uma mediação entre esta “realidade concreta” e a forma como é representada. Este “meio

neutro” por onde passaria a imagem única do real é a linguagem. A representação lingüística ou simbólica é produto humano, sempre contextualizado, é preciso inundar-se de mundo, interagir e, neste ponto, o posicionamento do agente social é fundamental para entender seu progresso na escolha teórica. Assim, não se obtêm o conhecimento do "mundo rural" por uma perspectiva científica, ou qualquer outra perspectiva que tenha como trunfo uma manifestada imparcialidade. Não se tem o mundo tal qual é, mas aquele possível por um conjunto de valores.

No entanto, um forte argumento lançado pelo "materialismo científico" deve ser levado em conta: o sucesso da tecnologia na resolução dos problemas da sociedade. Este ponto pode ser correspondido pela seguinte resposta. A abordagem que se fez até agora, os usos de um conhecimento dito neutro, imparcial, tem uma âncora valorativa. A tecnologia que desponta está desempenhando uma função baseada no valor social de controle da natureza, ou ainda, de alta consideração ao controle social<sup>11</sup>.

A verdade do discurso científico, a autoridade sobre o que é agricultura, o que deveria ser o rural não está dada pela natureza dos objetos, mas pelas relações dialógicas e de enfrentamento entre os membros de uma sociedade com seus campos de disputa. É uma procura de carregar um mundo ao ponto da visibilidade, através das categorias e classificações que o realçam aos píncaros da legitimidade. O campo político é um dos espaços que tenta alinhar, produzir e repartir o consumo e uso de diferentes textos e discursos — ou saberes "consagrados" — à coerência de agir na sociedade, em nome do “bem-estar, da liberdade e igualdade” dos cidadãos. É um espaço de sínteses, onde dados buscam valor de persuasão em um campo intervindo diretamente e categorizando o que é bom ou não para a sociedade. Espaço constituído por agentes articulando-se em suas diferenças na tentativa para achar algo de bem comum e de reduzido prejuízo mútuo, ou mesmo na anulação do outro. Como dito por Lyotard (2000, p. 39): "O político tem necessidade de saber, mas o conhecimento não passa para ele de um componente de uma ação em andamento. Seu desafio não é conhecer as coisas, mas mudá-las, como o artista não busca a ciência, mas como restituir e fazer transitar rumo ao outro o que se pode oferecer à sua sensibilidade".

---

<sup>11</sup> Esta discussão, evidentemente, é muito mais rica e profunda do que aparenta aqui. Para maiores esclarecimentos e compreensão do debate, ver Lacey (1997).



## **O coletivo população: termo referencial dos fenômenos sociais**

O espaço de disputa central nesta pesquisa e aprofundado no próximo capítulo tem a principal questão esboçada ligada à formação de um particular e influente tipo de saber, o tecnocientífico. Ligeiras linhas serão traçadas sobre as bases sociais de formação de autoridade, de estratégias de legitimidade e das tomadas de posição de agentes no campo tecnocientífico. Deste campo, saíram entrevistas sobre questões relacionadas à idéia de DR. Agora, o assunto levantado será alguns dos aspectos do “alvo” das entrevistas e das ações de “desenvolvimento” nelas expressas, que surge em nível discursivo: as “populações rurais”. Estas serão focalizadas neste trabalho enquanto realidade social historicamente construída, como são designadas, e quais os princípios que regulam e orientam essas designações. Evitando a uma tentativa de definir o objeto “população”<sup>12</sup> de forma única, categórica e absoluta, busca-se nesse caso a respiração ruidosa de uma luta feita ao sigilo da cena teatral das classificações naturalizadas, conflito corporificado às surdinas pela autenticação das percepções da idéia de DR e seu léxico relacionado à sustentabilidade socioambiental.

Existe toda uma carga de representações prévias ligadas à idéia de população, induzindo a sua apreensão e tratamento conceituais geralmente de forma biologizante, com suas categorias de classificação formadas sobre “preensões” (antes de uma reflexão mais apurada) ligadas a metáforas orgânicas decorrentes de íntima ligação conceitual a fenômenos biológicos, considerados portadores de maior cientificidade. Exemplo disso são as classificações pautadas por critérios fisiológicos (jovens, mulheres, idosos) e a inculcação classificatória das ilusões de raça. Certas questões levantadas quanto aos “problemas” da dinâmica e “gestão das populações” como “desequilíbrio demográfico” (grande variação entre jovens e idosos, homens e mulheres), “limite populacional”, entre outros, são aferidos, medidos e definidos por agentes e instituições especializadas, criadas e financiadas para tal fim. No entanto, estes estudos podem esconder ou suavizar questões determinantes de um “problema social”. Por vezes, por exemplo, as implicações dos arbitrários classificatórios de uma população podem deixar fora do alcance de uma análise as lutas entre gerações e entre classes sociais pela faixa etária legítima de acesso às ocupações mais prestigiosas da sociedade.

Um "problema social" implica seu reconhecimento e sua legitimação enquanto tal, principalmente por grupos interessados na atenção a uma determinada questão, reconvertida e

---

<sup>12</sup> Notar como a categoria "população" é de caráter extremamente homogeneizador.

elaborada para ter todas as repercussões subjacentes a um problema proposto geralmente de modo universal e probo, mas colocado em pauta por agentes ocupando posições particulares na sociedade ou na circunscrição das fronteiras de um campo, indicando, com precisão ou não, um conjunto de questões relacionadas não resolvidas, ligadas a um contexto social e a uma perspectiva teórica. Se de um lado existe um ponto objetivo do problema, transformações sociais perceptíveis, por exemplo, por outro lado há uma prática de mobilização para a "visibilidade" do problema social do momento, uma frente interessada em levantar um debate público. É principalmente pela instância estatal<sup>13</sup> que um problema apenas tematizado em círculos restritos — academia, movimentos sociais específicos etc. — difunde-se como um problema social de fato, através da movimentação jurídica, econômica e outros mecanismos regulatórios e executivos de normalização cabíveis à competência e estrutura do Estado.

O processo de "descoberta dos problemas de uma população", o que é desejável, específico e pertinente a sua existência (no caso, as populações rurais) ajusta-se perfeitamente a sua "problematização", desta forma projetando atenção e cuidados especiais a assunto merecedor de consideração, não esquecendo, porém, que a problematização implica uma "desnaturalização" da questão levantada, um olhar atento à razão de seu engendramento ser constituído histórica e socialmente. A população enquanto um conjunto geral que comporta uma miríade de assuntos sociais e políticos ramificados em esferas administrativas públicas e/ou estatais, produz e integra o corpo de diferentes especializações profissionais, formando e designando os especialistas ou técnicos mais "capacitados" na gestão das populações. Agentes ou técnicos formados em áreas generalizantes das ciências — ciências jurídicas, biológicas (derivando o saber médico), sociais ou humanas — atuam com a garantia do reconhecimento científico e seu sancionamento legal, tendo sobre si as representações sociais produzidas pela competência da área de especialização e alargando cada vez mais o conhecimento de aspectos da vida ou das relações sociais através da institucionalização e "normalização" de representações e práticas sociais.

Encarando a dinâmica da população como uma problemática social, esta possibilidade se comporta fundamentalmente de duas maneiras, principalmente quando utilizadas pelos meios de planejamento e administração do Estado e quando a economia baseada na metáfora da família acha outro modelo, a população. A família agora é o elemento no interior da população que será o instrumento de controle sobre os efeitos esperados da dinâmica populacional — comportamentos sexuais, taxas de consumo etc. (FOUCAULT, 2002b).

---

<sup>13</sup> Formada por um corpo de especialistas mais ou menos comprometido com a "normalização" de comportamentos, emoções e expectativas específicas às diversas gerações de uma população.

Assim sendo, além da instituição de uma problemática produzir objetivações, avaliações e arranjos retóricos para engajamento e convencimento público, buscando recursos materiais e simbólicos através do explicitamento persuasivo da existência de determinado tipo de problema, como aplicações de medidas paliativas ou mesmo soluções definitivas para tais questões, há ainda o reforço das impressões de controle e alcance do conhecimento dos agentes do Estado, garantindo o ajustamento dos “problemas sociais” atribuídos ao fenômeno populacional e os meios disponíveis à sua solução. É um ajustamento entre problemas normalmente ligados à população — desemprego, saúde, velhice, violência, educação etc. — suas soluções e, principalmente, às relações econômicas, morais, políticas ou de modo amplo, socioculturais, envolvidas nas representações das expectativas sociais de um complexo estatal cortado pelas forças racionais dos argumentos científicos (LENOIR, 1996).

As intervenções do Estado — em um processo simultâneo de legitimação entre seu corpo burocrático de agentes sociais e suas estruturas abstratas de pensamento como força onipresente, onisciente e onipotente, em um processo de referência recíproca contínua — nesses problemas sociais "acessíveis à vista" são registrados de forma científica, política, moral e econômica, e às vezes mascarados por um humanismo que põe como evidente e longe do arbitrário de classe social suas categorias fundantes de representações normatizáveis. Disto se vê a dificuldade para romper com as categorias que formam visões de mundo apoiadas por um padrão de cientificidade laqueado pela autoridade do Estado, em um processo de luta contínuo, atento para uma completa institucionalização de representações sociais, como se pode verificar nos programas sociais divulgadores de determinadas visões de "família" ou de "delinqüência".

É necessário perceber quem ganha com a utilização de certas categorias qualificadas como as mais "humanas" e "morais". Explicitar a luta dos agentes em suas construções de representação da realidade e, nesse processo, antever a realidade mais afim a seus interesses. A produção de saber, intrínseca às relações de poder, necessita de peritos, especialistas da observação, da experimentação. A população torna-se o objeto prioritário para as classificações e demarcações de áreas de saber e campos de atuação por agentes que constituem e resguardam saberes sobre populações "pobres", "marginalizadas", "excluídas", "em risco" através de exames e vigilância. Esse rol de conhecimento é, então, difundido e institucionalizado pelas redes de controle descendentes e ascendentes da sociedade, favorecendo a prefiguração de dispositivos de monitoração do tempo, do espaço, do trabalho, enfim, da atividade social cotidiana. Saberes que se cruzam e se transformam discursivamente ou extradiscursivamente em um conjunto de mecanismos regulatórios das populações

(dispositivos de segurança, por exemplo), assegurando sua máxima produtividade com o mínimo receio de indisciplina e pulsões revolucionárias.

### 1.3 CIÊNCIAS AGRÁRIAS, ESQUEMATIZAÇÃO SIMBÓLICA E AÇÃO POLÍTICA

Desde a segunda metade do século XX, basicamente, houve no Brasil — devido ao contexto particularmente favorável à expansão da dinâmica capitalista mundial — um "atendimento" tecnológico e científico dos mais diferenciados setores das ciências agrárias ou rurais às populações ligadas, de um modo ou outro, à produção agrícola. Desde o pós-guerra até meados dos anos de 1980, os projetos “desenvolvimentistas” dos “países periféricos” estavam alicerçados pela expansão de investimento externo, com o objetivo de garantir o aumento da capacidade produtiva. Foi um período de políticas industriais ativas, do maciço investimento tecnológico e de altas taxas de crescimento. Essa intervenção, capitaneada principalmente pelas planilhas do estado, criando, entre outras coisas, órgãos de pesquisa e extensão, induziu consideráveis mudanças, mas nem sempre animadoras, no índice de produtividade da agricultura brasileira. Um novo arranjo se forma no campo: mudanças na organização do trabalho agrícola em virtude da implantação da mecanização; mudanças na determinação do comportamento migratório e nas relações entre campo e cidade; implantação em larga escala de novos cultivares com a ajuda de sofisticados processos de hibridação de espécimes às condições edafo-climáticas locais e, conseqüentemente; transformação de representações e adequações do próprio saber agrônomo<sup>14</sup>. O atendimento às populações rurais não foi o principal objetivo das políticas de intervenção da época, antes foi uma capacidade de intervenção social legitimada, peculiarmente, por um instrumental de saberes agrônômicos, orquestrados ou manejados para uma variação dos padrões agrícolas e agrários do rural brasileiro<sup>15</sup>.

Novos problemas ligados ao fenômeno "população" foram postos no correr do século XIX em várias regiões do Brasil e ainda continuam como substrato para pensar a economia, a moral, a política, a geoestratégia, entre outras aberturas disciplinares<sup>16</sup>. Em termos históricos,

---

<sup>14</sup> Saber agrônomo deve ser entendido como uma expressão indicativa de um razoável número de conhecimento de certo tipo, tendo sentido e satisfazendo uma certa descrição do que é aceito enquanto técnicas agrícolas ou agropecuárias, legitimados ou não pelas ciências agrárias.

<sup>15</sup> Não custa lembrar que essas políticas de intervenção não foram uniformes nem gerais, no Brasil como um todo.

<sup>16</sup> Uma questão interessante, mas não tratada diretamente neste trabalho, é pensar os saberes agrônômicos como um conjunto de conhecimentos demandados por uma perspectiva de ação política.

sugere-se aqui, para fins didáticos, uma comparação entre um saber sanitário e um saber agrônomo. Os espaços das cidades brasileiras no fim do século XIX — Rio de Janeiro como caso mais estudado — com a fiscalização das distribuições, delimitações e inserção de seus habitantes, foram modificados pela perspectiva de um olhar médico-sanitarista (CHALHOUB, 1996). Mudanças de hábitos e "habitats" da população são pressionadas por ações de cunho político, visto a concepção de que as doenças físicas e "morais" também estariam ligadas à persistência de certos fatores "etiológicos", condicionados principalmente pela miséria e assim precisando de uma profilaxia. Os espaços ditos rurais são re-elaborados de várias maneiras e por vários motivos. Pensa-se aqui a preponderância da técnica agrônoma promovida por agentes empenhados em legitimar e possibilitar transformações nestes espaços.

Estas mudanças foram dirigidas pelo poder público em um consenso relativo na implementação de políticas públicas, instrumentalizadas por agentes inseridos em uma "comunidade epistêmica", um grupo com posição intelectual semelhante, composto por profissionais afeitos a pensamentos sociopolíticos comuns e compartilhados — apesar de alguma nuance. A ação política de uma comunidade de interesses está ligada, junto a outros condicionantes, também ao compromisso e à forma de aplicação do conhecimento por determinados padrões de raciocínios, técnicas e valores. Isso não reduz essa comunidade a um consenso paradigmático intersubjetivo, geralmente ligado às regras de agir na comunidade científica. É mais genérico, pois engloba estilos de pensamentos comuns ou de grande legitimidade em diversas áreas do conhecimento conjetural ou aplicado como o político, econômico, administrativo, religioso, filosófico. Evidentemente, existem correntes em litígio, mas um pano de fundo prevalece, não obstante a variação teatral, principalmente quando o objetivo no Estado é um pacto de dominação.

Esta fonte autoritária da tradição política brasileira — apesar de às vezes parecer esquecida ou relegada ao passado — ainda se afirma nos expedientes técnico-burocráticos e nas intervenções governamentais. Este raciocínio latente no pensamento social do bloco de poder dominante da sociedade brasileira esteriliza as possibilidades de ação em comunidades rurais ao não prever margens de apoio para pensá-las em suas respectivas formas de sociabilidade. Quando um vetor institucional adentra nestas comunidades e não tem o retorno esperado para suas metas, quando, por exemplo, os procedimentos legais e burocráticos de uma prefeitura não dão conta de problematizar políticas para o espaço rural, discutir demandas, sequer entendê-las, imprime-se o desatino destas comunidades, sua exceção da

sociedade civil, como se estas fossem culpadas por não se integrarem à lógica do estado liberal representativo.

A emergência institucional do tema DR atualmente mostra, entre outras coisas, o quanto de inadequação — ou os resultados de um tipo de abordagem — existiu na intervenção e tratamento a parte da população do campo, pensando em um balanço das condições socioeconômicas e ambientais permanente desde então. O ideal de DR se enraíza em representações do rural para planejar, pensar, adaptar ou transformar uma realidade. Isso torna seu posicionamento extremamente delicado, justamente por estar na fronteira entre produzir um conhecimento crítico sobre o rural e suas derivações sociais, e tomar posicionamentos acerca de programas de intervenção nesta realidade. Ficar no limiar do campo político e acadêmico implica consciência disto, um jogar em campos diferentes com regras diferentes, articulações discursivas e motivações que por vezes não se tangenciam. Tomar decisões de como fazer alguma coisa, a quem, ou ao quê se relacionam, às forças motivadoras de instauração de um mundo, da política e suas expressões de poder, pressupõe um jogo entre estes dois campos.

O recorte histórico pensado aqui é relativamente curto: da implantação da república até os dias atuais. Começa-se agora, sobejamente, a esboçar certas abordagens com algumas problematizações desses encontros entre profissionais do "desenvolvimento" e as "populações alvo". Pode-se dizer que essas problematizações começam nas diferenças de contato com os códigos lingüísticos dominantes e, indissociável a este ponto, nas barreiras formadas à compreensão do universo simbólico do outro. Estas questões delegadas a um conjunto de saberes sociais e agronômicos associados ao pensamento científico moderno, com suas práticas interventivas, complementam-se formando uma cadeia de observação, apreensão e explicação dos fenômenos cabíveis às estratégias de desenvolvimento.

Alguns problemas levantados a respeito das políticas de DR mostram um questionamento das bases de noções e crenças do sistema de conhecimento e técnicas agronômicas utilizados. Abre-se um panorama para uma contenda de princípios e métodos sobre agriculturas possíveis, modalidades para pensar uma “identidade rural” e mesmo política. Agricultura “convencional”, de “precisão”, “tecnológica”, “sustentável”, “agroecológica”, “orgânica”, entre tantas, agrupam-se — com alinhamentos contrários entre agriculturas hegemônicas e não hegemônicas — em um conjunto de saberes tido como válidos, mas não necessariamente científicos, continuamente naturalizando sua ficção. Com a maciça manifestação de uma problemática socioambiental com o formato atual, este conjunto de idéias, representações, máximas, fantasias, inteligências, faculdades teóricas e práticas

dispersas nesses modelos de agricultura, consideram-se válidos para a transformação de políticas agrárias e agrícolas "insustentáveis" de pontos de vista os mais diversos.

Os sistemas e processos de constituição dos saberes agronômicos — tantos os hegemônicos como os "alternativos" — incluindo o ordenamento e classificação da experiência, da percepção e da memória dos ensinamentos e práticas de universos culturais variados, na aplicação das técnicas de cultivo e conhecimentos de sementes, solos, fármacos, espécies vegetais e animais, estão estruturados culturalmente, abrindo um espaço para as discussões do etnoconhecimento. Não é receio, por conseguinte, imaginar que muitos desses saberes tradicionais sejam transposições mecânicas de um saber científico-agronômico recontextualizado, quando difundido em épocas anteriores. É justo afirmar ainda, que neste período de "crises" sociais, econômicas e ambientais, muito se fale em afirmação de saberes alternativos e/ou tradicionais (uma série de pesquisas e argumentos produzidos e herdados, principalmente, na esteira de realizações ecologistas) frente à suposta generalização dos esquemas de interpretação e ação da ciência e sua indiferença/inépcia relativa aos problemas e aflições de grande parte da sociedade. Não paira grande dúvida que nessa disputa pelo discurso de verdade dos conhecimentos ditos agronômicos há um enredo político, principalmente quando uma simbólica de campanha (esforço de grupos para se conseguir algo) toma forma.

Boa parte dessas discussões sobre a positividade de saberes alternativos frente à inviabilidade de uma ciência dominante para certas questões classificadas de socioambientais reproduz, arriscadamente, argumentos com uma perspectiva deveras "inocente" ou ingênua, quando referidas ao sistema de representações e prenoções preponderantes do conjunto temático e discursivo abarcado geralmente pela "questão das populações". Este quesito referente à população está entendido aqui enquanto um domínio de saber que fez aparecer novos objetos do conhecimento através de recentes práticas sociais e de uma moderna formulação de Estado a partir do século XVIII (FOUCAULT, 1989a). Surgem dessas relações entre homens e verdade, novas ciências — como a estatística — apropriadas à observação, à coleta e produção de informações que permitem aos governantes saber o que governam, quem governam e como governar.

Inserida em um sistema simbólico, a idéia de DR pode ser tomada em diferentes modalidades de vinculação e pensada como fazendo parte de um conjunto ativo de significados socialmente objetivados e inscritos subjetivamente. Algumas dessas idéias apontadas em entrevistas com os agentes pressupõem-se, são formadas por meio de objetivações sociais, ligadas por uma historicidade e vivência específicas, coladas às suas

biografias e instituindo lógica e coerência à experiência de nomeação e representação da realidade. Um sistema sógnico terá "eficiência" simbólica dependendo de sua credibilidade alcançada e defendida nos conflitos sociais entre projetos e visões de mundo.

A sustentação de um sistema simbólico por grupos de interesse busca estipular — de um modo inconsciente — suas práticas pedagógicas, seu domínio hierárquico e a instituição de saberes através da criação de um relativo consenso social. Pensando em uma mediação técnica e/ou social respeitante a um investimento em determinada noção de DR — sempre compartimentada em uma posição frente a tantas outras visões de mundo em jogo e expressas e referendadas nos discursos — sua possibilidade de crédito estará dependente de um compartilhamento, pela população alvo, do sistema simbólico que estrutura sua lógica e representação. Acreditando nos vários sistemas simbólicos ou ideológicos disponíveis na sociedade contemporânea, a escolha entre um deles ou, dependendo das circunstâncias de vida, mais de um — mesmo excludentes — não é claramente consciente, refletido e voluntário, mas dependente em maior ou menor grau da posição, divulgação e origem de classe tanto da discursividade do sistema, como do agente. Relação, aliás, coincidente.

É válido ressaltar que os sistemas simbólicos não são apenas entidades organizativas dos seres do mundo, institucionalizados (fundamento regulamentado) ou não, e passivamente abertos a escolhas pessoais. Mantêm-se ligados a um contexto histórico de origem e a grupamentos sociais com maior acesso às interpretações de suas codificações. Os sistemas simbólicos fundam os sujeitos, suas representações, seus discursos, articulando uma rede complexa de representação de si, dos outros e das coisas. Nas análises das entrevistas, no terceiro e quarto capítulo do trabalho, verificar-se-á que apesar da relativa base discursiva própria do campo científico — categorias de linguagem comuns e consuetudinárias — sistemas simbólicos diferenciados, dominantes ou não dominantes, complexos e articulados com espaços de valores de classe e com mecanismos de produção do indivíduo-sujeito irão refletir a maneira como o termo DR se aplica, assim como nas conseqüências de sua aplicação.

O que se designa flexivelmente como saber agrônômico está inserido em modalidades de pensar o mundo (sistemas condicionantes e incorporados de percepção e ação, categorias morais, legais e inseridas em espaço e tempo determinados) e organizado sobre a dinâmica dos limites sociais e culturais dos códigos lingüísticos (expressão das práticas) e das próprias práticas com a terra. A difusão, a troca, a transcodificação e a imposição de técnicas e conhecimentos agrônômicos, com o amparo do saber científico, para campos simbólicos outros, onde introspeção, expressão e produção não estão ligados a uma modalidade e *ethos*



científico (e, talvez, às especificidades da categoria urbano), têm seus limites não na incompetência de uma "clientela" ou simplesmente dos mediadores, mas sim nas fronteiras móveis e pusilânimes de práticas socioculturais diferenciadas.

Pondo-se em contato, embora ligeiro, com a questão da mediação técnica e/ou social, a ligação destas com políticas e programas ditos de DR são quase indissociáveis. E é na problematização da mediação que surge um caminho para a relativização de um possível caráter genérico, ou mesmo universal, tomado por algumas falas no tocante ao trabalho discursivo acerca da noção de DR. Por vezes, esta noção é conduzida como natural ou ingênita (em termos de intento social) a todo e qualquer grupo social. Não há, necessariamente, uma familiarização pelos grupos visados a uma política de "desenvolvimento", das mesmas categorias de "problematização" da realidade aquiescidas pelo corpo técnico e político articulador ou executor de uma proposta. Uma disposição mental sobre determinado tema não pode ser compartilhada por todos da mesma forma, pois esta se estabelece através de uma disposição adquirida, um "habitus cultivado" formador de esquemas particulares de percepção, seleção e ação, operando sobre padrões de pensamentos mais profundos adquiridos na infância — "habitus de classe" (BOURDIEU, 1974). Há ainda, junto ao processo de socialização primária na infância, as atitudes mentais disseminadas pela escola, uma postura intelectual capitaneada — teoricamente — pela ciência e tentando transmitir uma realidade que não pode se esquivar de um conhecimento racional. A intenção das propostas de DR habitualmente se escora em uma noção de causalidade associada a uma historicidade linear, evolutiva, implicando que os "eventos ou etapas" de um programa de desenvolvimento seriam passíveis de explicação lógica, com uma causalidade científica, devendo ser buscada e encontrada a todo custo.

### **Categoria indivíduo**

A preponderância de análises políticas e sociais enfocadas na categoria indivíduo, apresentando um sujeito autônomo instaurador de um "direito" centrado em si (e resguardado pelo Estado), propicia e reforça um ordenamento de percepções, representações e tipificações individualistas em outros segmentos do universo social. A importância dessa questão — apenas sinalizada, pois não central nesta pesquisa — é sua manifestação na formação do campo científico. Como exemplo, tem-se o individualismo metodológico, alinhado por uma peculiar crença nos fatos sociais, os quais devem sempre ser estudados através das ações e intenções dos "indivíduos", agindo racionalmente e desligados das relações sociais e

normativas que os constituem. Assim como esta noção de indivíduo está centrada em uma representação moderna de liberdade e igualdade (concepção liberal), diferente das apresentadas nas visões “holistas” das "sociedades tradicionais", onde o indivíduo empírico não é "livre" de determinantes lingüísticos, morais, legais e sociais (DUMONT, 1985), também os saberes modernos se estruturam por esse tipo de representação, ou seja, conhecimento ou ciências "livres e iguais", opostas a um conhecimento "totalizante" como o religioso ou mesmo filosófico.

Pode-se, assim, problematizar a questão do desenvolvimento da seguinte maneira: como atribuir valores vinculados a uma sociedade que se monta através da associação ("sociedade moderna") para outra que se estrutura enquanto um todo ("sociedade tradicional"), por exemplo? Na sociedade pensada como um todo (*universitas*) o que se põe é a norma, a tradição e o fim de cada membro da comunidade dirigido a toda sociedade. Por vezes, a imagem que se faz da comunidade rural tipificada desta maneira é um desdobramento do ponto de vista do pesquisador, como exigência de certos atributos idiossincráticos a cada indivíduo, independentemente de seu posicionamento na comunidade — "o indivíduo existindo por si e para si". Está claro que estas sociedades não seriam isoladas, confinadas; estratégias moldam-se na pluralidade de “taxonomias” de mundos, mas na medida em que a mediação destes mundos e seus respectivos atores se afirmam na troca de recursos políticos ou legais — por exemplo, para o reconhecimento formal de um direito de propriedade — tem-se um novo modelamento do campo político nas comunidades que estão transitando de um modelo “holístico” para o “individualista”. Estas mudanças de valores tendem a desconsiderar bens simbólicos e culturais que só viveriam em um quadro que não fosse pensado aos moldes do individualismo, fundando outras dinâmicas simbólicas — como os recursos simbólicos que expressam o prestígio social — e redes de circulação destes bens.

Do mesmo modo que o individualismo é uma perspectiva teórica, ideal, não sendo um reflexo puro e exato da realidade, seu oposto, a perspectiva holista, também o é. São modelos construídos e baseados em realidades históricas, sociais e políticas específicas (embora generalizadas), vinculadas a esquemas de classificação e categorização de grupamentos sociais. Considera-se uma cilada manter exclusividade metodológica apenas em uma das partes. A polarização destas discussões entre individualismo e holismo pode ser uma armadilha, pois os múltiplos condicionantes sociais inscritos na língua, nas estruturas de pensamento e percepção, nas oposições de classe e, geralmente tidas como questões holistas, estão incorporados nos indivíduos.

E já que de algum modo pensar em desenvolvimento é ter em conta um projeto provido de uma série de dispositivos<sup>17</sup>, um conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não-discursivas que possuem uma função estratégica de dominação; possivelmente um cerco ideológico estará disposto qualquer que seja a posição tomada respeitante a este projeto. Interessa então, ponderar — para melhor compreender — o núcleo da ideologia moderna centrada no princípio individualista em oposição ao princípio hierárquico ou "não-igualitário", com tratamento "personalizado", não impessoal (perspectiva comparativa de Louis Dumont), tendo em conta a possibilidade da convivência de ambos, pensando a sociedade brasileira (BARBOSA, 1992) como um espaço de imbricação e luta desses dois princípios. Talvez uma típica estruturação de oposição de classe. Basta verificar a rede de adjetivos, os sinônimos, analogias e metáforas associadas à categoria indivíduo e à categoria coletivo, grupo. Indivíduo: singular, raro, único, superior aos demais, exclusivo, excepcional, a que nada é comparável, bom. Coletivo ou grupo: comum, inserido em uma coleção e determinado por ela, massa, amontoado de seres ou coisas, a canalha, a multidão, a rua, ruim<sup>18</sup>. Pois assim se nota que é necessária uma apreciação acurada desta perspectiva teórica, situada em usos didáticos de "categorias escolares" quando da teorização da possível fricção entre grupos portadores de visões de mundo mais "individualizantes", "modernas", "racionalis", integrantes de estratos sociais urbanos legatários de uma tradição erudita européia, em oposição aos grupos herdeiros de uma visão de mundo "hierarquizante", "holista", denominados "tradicionais" e "conservadores", associados a camadas sociais rurais ou "periféricas".

O trabalho de expansão "civilizatório" associado à tradição cultural européia leva consigo um ponto cego a qualquer diferença decorrente, justamente, de uma de suas qualidades mais elevadas: o igualitarismo. A articulação dessa discussão em torno do individualismo merece ser tratada, pois a sociedade brasileira está edificada sobre diferenças socioculturais marcantes. Como parte das ações de DR sustentam uma crítica à universalização da ideologia individualista, a questão da difusão de práticas de intervenção no meio rural tendo o habitante local ou nativo na configuração cultural do individualismo tenciona ser relativizada. E a força desse argumento se faz premente quando se percebe um discurso sobre DR comprometido com essa generalização a amplas parcelas da sociedade, mas estruturadas em outros padrões sociais e culturais que não os do "indivíduo liberal".

O debate se torna relevante quando se formulam políticas — e discussões — que pensam realidades locais e peculiares pela ótica pretensamente universalizante do pensamento

---

<sup>17</sup> Sobre uma definição mais extensa de dispositivos, ver Foucault (1989b, p. 244).

<sup>18</sup> Pensando em Roberto Da Matta.

liberal, que, decorrendo de uma tradição do direito romano e da “razão iluminista”, resolveu abarcar as diferenças do mundo pela “imagem do mundo forense”. Programas de desenvolvimento devem ser elaborados e discutidos através do concatenamento deste horizonte de eventos, de onde se institui e se condensa o consenso em torno dos modos de operacionalizar a sociedade pelo Estado, e do horizonte enunciativo das identidades e posições sociais dos atores que transitam no espaço rural. Caminhar por esta fronteira, onde se emaranham questões complexas de identidades e representações sociais com operacionalizações conceituais, é o chão mesmo, a vereda interminável que sensibiliza um desenvolvimento rural coerente e socialmente responsável.

### **A forma nominalista do poder**

Nas análises históricas de Foucault — instrumentalizadas pelas idéias de arqueologia e genealogia — a categoria “poder” tem papel central nas análises sobre a formação do indivíduo moderno. Modalidades de poder, mecanismos de ação e tecnologias de sujeição são figuras conceituais formadoras de dois sistemas históricos e diversos de poder: o poder soberano e o poder disciplinar (FOUCAULT, 1977). Resumidamente, o poder soberano foi o que constituiu o conjunto de teorias e códigos do conhecimento jurídico ocidental. Em torno da pessoa do soberano elaborou-se um vasto código acerca dos direitos, poderes e deveres da concepção jurídico-discursiva moderna. A modalidade do poder soberano está registrada, retida e celebrada nos tratados jurídico-filosóficos e políticos como a representação máxima do entendimento de poder, qual seja, um poder que se irradia de cima para baixo, verticalmente, punindo, proibindo, negando, impondo, sujeitando. A máxima ostentação ritual ou exibição pública da substancialização dessas relações repressivas eram as manifestações punitivas como forca, estripação, esquartejamento com a presença ou não do soberano no medievo clássico.

Com a emergência e consolidação dos estados modernos, entre os séculos XVIII e XIX, uma nova modalidade de poder aparece, sem desconsiderar a existência do anterior: é o poder disciplinar. Novas técnicas e procedimentos de intervenção são utilizados em complementação aos anteriores, atuando em conjunto sobre o "corpo social", através de mecanismos jurídicos, restrições disciplinares, ou seja, entre discursos teóricos e práticas reguladoras. O poder disciplinar, ao contrário do poder soberano, não age sobre o aspecto da negatividade. Sua formulação e inscrição tende a ser positiva — como será visto no funcionamento da sociedade de controle e da relação do DR com a noção de biopoder. Esse

mecanismo forma uma analítica do poder que busca relações de domínio e controle nas ações e projetos ditos "emancipadores", "livres de poder". É uma dinâmica inscrita e materializada no modo de atuação produtivo, estimulando, proporcionando incentivo, diversificação de sentimentos e condutas, criando novas formas de interação social, novas percepções intimistas, desenvolvendo produção simbólica e material.

Esse tipo de poder não possui um centro e local materializado. Ele se dissemina anonimamente pelos meandros da sociedade, de modo suave, dissimulado, preventivo, moldando o virtual, o possível, evitando riscos. É um dispositivo intimamente ligado com a conjuntura de aparecimento e constituição do capitalismo industrial, manifestando uma nova economia de poder, maximizando as forças produtivas na medida que sutaliza — minimizando gastos em controle — os mecanismos de dominação.

Abre-se um preâmbulo sobre a modalidade de poder foucaultiana em uma tentativa de aproximação com Louis Dumont sobre seu efeito individualizante, esclarecendo desde já a implicação teórica dessa abordagem no tratamento que será dado nas análises das entrevistas, cujos indivíduos-sujeitos — um "eu" construído social e historicamente, disfarçada unidade resultante de uma colagem de múltiplos discursos e percepções — serão autenticados por um discurso-verdade sobre o que consideram importante na difusão da noção de DR. Abre-se um parêntese na linha de aprofundamento sobre os mecanismos de formação do indivíduo moderno, que será tratado no terceiro capítulo deste trabalho e busca-se entender a formação e extensão dos domínios globais de poder sobre as populações rurais através das estratégias de transformação de condutas e inovação das formas de controle, encontradas na difusão de discursos sobre desenvolvimento e sua operacionalização na produção e manipulação da vida, da felicidade, da "pureza", e do bem-estar. Fica claro, no entanto, que nessa rápida pontuação sobre os problemas da categoria "indivíduo", há uma relevância dessa abordagem quando se pretende negar o caráter absoluto de verdade e justiça à difusão de "programas de DR", recheados de saberes e técnicas próprias de pressupostos individualistas não congruentes com o espaço social atingido.

Tenta-se estabelecer, nessa discussão, não uma negação total das políticas de DR, mas uma reflexão dos seus pressupostos histórico-culturais, "científicos", para, assim, organizar da melhor maneira possível uma discussão sobre as condições e limites de sua aplicabilidade. E ainda, contextualizar e discutir as reflexões sobre as teorias do individualismo e das formas de poder que o realçam, principalmente pelas configurações culturais modernas difundidas com as estruturações políticas e econômicas das sociedades centrais, tendência de difusão homogênea, uniformizando espaços sociais não centrados no sujeito individualizado. O

sobreaviso é muito importante quanto a estes aspectos, pois toda operação posta como forma de remediar populações dominadas pode conter, em seu bojo, um redesenho da configuração sociopolítica para o privilégio das classes dominantes de uma sociedade.

Uma atenção é necessária quanto às imposições de problemáticas e categorias de pensamento de uma visão de mundo dominante, colocadas como gerais, presunçosamente acertados e afeiçoados a toda e qualquer formação social, inoculando universalidades particulares ao modo de fazer e ao modo de pensar de grupos sociais específicos e construídos sobre histórias e conflitos próprios. Conceitos frouxos vão se estabelecendo — não sem resistência — através de um conjunto de questões pouco replicadas, facilmente absorvíveis, como as que vêm na esteira da "globalização" e "da sustentabilidade". Quando não historicizadas, categorias e problemáticas específicas tendem a se generalizar, englobando questões e problemas que não podem ser respondidos por estes esquemas de percepção e de ação. Perde-se, assim, muito do caráter reflexivo necessário à prática científica acerca de questões sociais e políticas regionais, ou seja, pensar como se dá e o que está em jogo na produção do conhecimento sobre o social.

A suposta evidência de uma contemporaneidade entre as pessoas no "mundo globalizado", entre os grupos sociais, não implica expectativas unânimes e equilibradas. Engendradas através dos sistemas dominantes de relações político-intelectuais que criam e imputam essências a grupos sociais, visibilizando-os através da substantivação, é necessário atentar para os discursos de consenso, das idéias inexoráveis, pois naturalizadas, dos discursos particulares em nome da humanidade.

### **População e formas de governo**

Com a supremacia dos Estados-Nação modernos, definidos em oposição um ao outro, firmados sobre um modelo civilizatório europeu — envolvidos de modo direto e indireto com os grandes avanços técnicos e científicos atuais, cujo momento de expansão está na segunda metade do século XIX — ocorre um recrudescimento (dependendo do período, pode se manifestar de modo veemente, como foi entre a passagem dos séculos XIX e XX) da crença na idéia de progresso, na racionalidade e, como não, no desenvolvimento. O expediente dessas idéias costumava (ou costuma) estar envolvido ou influenciado por um conjunto de “teorias” com sentido geral ligado à herança do evolucionismo darwiano e spenceriano, juntamente com as concepções organicistas do funcionamento social ao estilo do positivismo de Auguste Comte. Alguns destes postulados com caráter de fé, surgidos em torno das

Ciências Naturais ou hoje as *Hard Science*, protagonizaram o aparecimento de uma “vanguarda científica”, desde políticos profissionais, cientistas e literatos, contribuindo para as transformações e rearticulações das práticas políticas e sociais da moderna sociedade ocidental. Através desses novos saberes, que vão desde a microbiologia até a economia, há uma nova disposição das políticas populacionais, tanto urbanas como rurais.

Os atuais avanços e constantes investimentos nas técnicas de intervenção e planejamento social, fundamentados pelos Estados modernos ou pelos não ligados governamentalmente, mas consentidos, “órgãos de fomento e desenvolvimento”, administram seu poder político através de procedimentos totalizadores e técnicas de individualização. Foucault não dá tanta importância ao papel do Estado — “uma realidade compósita e uma abstração mistificada” — nas práticas de intervenção e planejamento social, econômico e produtivo de uma sociedade. Ao fenômeno *governamentalização* sim, como técnicas e táticas de governo das coisas, das pessoas que, quando arraigada ao Estado, define este, o que governa, como governa, suas funções em relação a instrumentalização da lei, da justiça e da polícia, dos limites do público e privado, do que compete ao Estado e à "sociedade civil" (FOUCAULT, 1989a).

O *Estado de governo* molda, instrumentaliza e controla populações. Isso não o impede de relegar sua territorialidade e seu aparato legal de legitimidade. O Estado reforça sua territorialidade e aparato legal com o uso de táticas específicas e pontuais através das práticas econômicas e sociais, do controle "policial" pelos aparatos de segurança, mais eficientes com os suportes tecnológicos. A regulação das populações se faz sobre um conjunto de saberes e práticas relativos à saúde, prevenção de doenças, medidas de higiene, atividades físicas, cuidado com a alimentação, vacinação etc. Também, como proposição, os chamados saberes agrônomicos<sup>19</sup>, ligados de modo geral às técnicas, práticas, gerenciamento, acompanhamento e abastecimento da produção de alimentos e matérias-primas diversas, através da extensão rural e pesquisa na orientação de produtores, tanto diretamente "no campo" como em cooperativas e sindicatos rurais, sobre novas tecnologias e difusão de percepções “cientificizadas” acerca, por exemplo, "do ambiente e sua preservação". Geralmente esses saberes estão focalizados aos setores "pobres" da população rural, tendo a família (unidade de intervenção básica do conjunto populacional) como alvo estratégico. São relações de poder produtoras de novas objetivações, novos conceitos, novas técnicas, produzidas e operadas pelas práticas sociais engendradas na sociedade moderna ocidental.

---

<sup>19</sup> Conhecimento e práticas sempre vinculadas a uma peculiar concepção de vida, animal e/ou vegetal.

As técnicas de governo surgidas no final do século XVIII tendem a apurar as operações e codificações estatísticas e a objetivação da “população” como um dado. Foucault, no texto *A Governamentalidade* (1989a), chamou a isso de governamentalização do Estado, técnicas de controle articuladas a um sistema jurídico-representativo de poder. As elaborações dos dados sobre as populações constituem-se pela mensuração de variáveis demográficas (natalidade, mortalidade e taxas de morbidade) dando-lhes um aspecto próprio. Isto facilita e torna exequíveis os meios de exercer as práticas de governo, através das relações e cruzamentos entre riquezas, território e população. Ao contrário do que possa parecer, essas técnicas de governo, além de esquadrihar, examinar e vigiar os fenômenos de massa, facultam a observação e prática da gestão da minúcia. É uma prática estabelecida através da disciplinarização dos corpos e dos comportamentos por meio das distribuições espaciais e arquitetônicas, monitoração e fiscalização do tempo, domínio de convenções e saberes sociológicos, psicológicos, médicos, agrônômicos etc. A realização contínua e prolongada do exercício de poder, não apenas pela interdição, mas também e, principalmente, pela gestão positiva da vida, vincula-se às novas formas de produção de verdade através do minucioso, detalhado e profundo estudo das “coisas” e das “experiências humanas”.

A pretensão de querer relativizar noções de DR gerais e homogêneas tem seu limite na zona constitutiva da própria base discursiva das falas e definições sobre desenvolvimento, embora estas não busquem uma precisão de sentido. Mesmo nas divergências possíveis, a constituição desse discurso está sinalizada como uma adesão comum destas divergências a outra noção geral — aqui assumida com a idéia de biopolítica. Basicamente uma nova concepção acerca da vida, resultante de novas relações de poder dispersas na sociedade moderna (intensificada pela ciência) e refluindo sobre a prática da gestão das populações. Mesmo com as divergências existe esta base discursiva compartilhada, na qual o discurso não consegue se evadir, pois constitui o próprio objeto estudado, falado, descrito, realizado pelos agentes entrevistados, fruto de um "discurso cultural" referendado historicamente e legitimado, principalmente, pelos herdeiros de um saber textualizado em um projeto científico e político ocidental.

#### 1.4 DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO

Na pergunta "para quem se destina o DR?" existe um componente de projeto, de finalidade específica e não geral, pois está inserido (no Brasil) em uma sociedade complexa e



recortada por múltiplas formações ideológicas e étnicas. E já que no arranjo de saberes, na produção de conhecimento, existe uma construção de subjetividade, nota-se, geralmente, a noção liberal de "indivíduo" articulando a base da idéia de projeto com a liberdade de escolha daquele. É uma tendência afeita a um *eidos* (visão de mundo) e a um *ethos* (estilo de vida, organização das emoções) sustentado sobre "padrões de uma classe média urbana", com a formação de categorias como eficiência e bem-estar, não necessariamente ligadas aos padrões culturais e sociais da população alvo de um projeto de "desenvolvimento". O aumento populacional nas "sociedades complexas" está de certa forma ligado ao processo de ampliação das forças produtivas, e ainda, e seguindo o mesmo movimento, ao aperfeiçoamento da técnica e ingresso da ciência em diversas áreas, dentre as quais a agricultura e medicina, aumentando a produção de alimentos e diminuindo a mortalidade nessas sociedades. A disseminação de inovações tecnológicas junto a uma marcante produção de recursos vitais é expressão dessa lógica de realização da vida na sociedade moderna ocidental.

Da mesma forma que ao final do século XIX no Brasil havia um conjunto de imagens acerca de um projeto de nação "moderna" aos moldes europeus, constituídos sobre a marca da ciência, da raça e da civilização, atualmente, nas discussões sobre um projeto de transformação da realidade nacional (por vezes ainda pensada nos termos da falta, da ausência e da negatividade) há um sistema de crenças e valores pautados sobre a questão do "desenvolvimento", da "sustentabilidade", da "problemática ambiental", do domínio e importância do conhecimento científico e tecnológico. Um projeto se apóia sobre algumas condições históricas, sociais e culturais, dando-lhe sentido e formando um campo de possibilidades temático, com suas prioridades e repertório de problemas. Nas entrevistas, apesar da originalidade de experiência de cada agente, suas particularidades sociais, culturais e psicológicas, mantêm-se uma combinação de problemáticas e questões centrais acerca da noção de DR, encaixadas com a concepção de *governo das populações*; quando governar implica melhorar a qualidade de vida da população, sua riqueza, prolongar sua vida e sua saúde. É a concepção de técnicas de governo que motiva o surgimento das campanhas para produzir melhoria nas condições de existência das populações, seus efeitos sobre a natalidade, sanidade, mortalidade, planejamento do fluxo populacional para certas regiões, como as fronteiras do território, ou empreendendo mudanças para efeitos econômicos específicos.

A elaboração de um projeto de DR dificilmente se faz sobre homogeneidade, mas sobre diferentes mundos e interesses, os quais se interpenetram, se misturam e se conflitam. É sempre uma tentativa de união coerente de vários projetos individuais, seus códigos de emoções e percepções, esquemas simbólicos e interesses múltiplos ligados à classe social,

grupos étnicos e partidos políticos. Projetos sociais são expressões simbólicas referentes à estruturação, organização e mudanças de espaços sociais como vizinhança, cooperativa, bairro, trabalho, família, envolvidos por relações de poder e roteiros políticos (VELHO, 1999). Projetos sociais implicam manipulação de instrumental simbólico, como linguagem e capitais variados utilizados por grupos — em relação à sua posição e trajetória ao resto da sociedade — como recurso à veiculação de seus interesses.

### **Ciência e ruptura contextual**

A história das ciências e/ou das técnicas que se costuma narrar é um caminho sem rupturas e percalços, uma vereda onde as coisas se dispõem ao observador linearmente. Os elementos e leis estão dados, bastando ao curioso percebê-la e descrevê-la aos seus pares. É uma história ou um discurso de acontecimentos que transita entre o objeto e o sujeito, entre a continuidade e a descontinuidade, sem explicar o imbricamento de heterogeneidades de possibilidades das práticas em jogo (RABINOW, 1999). Por vezes, a narrativa exclui a diferença, outras práticas que não se encaixam com a coerência narrativa. Estrutura-se um conhecimento que provêm de uma dimensão objetiva, sem interferência do sujeito e da imaginação “obstaculizadora” da atividade científica.

A noção de ruptura para explicar o conhecimento científico toma forma mais definida com Gaston Bachelard e em sua decorrente influência ao pensamento filosófico francês. Sua “filosofia do não” (BACHELARD, 1998) procura ultrapassar os focos que se concentram ora no sujeito ora no objeto para explicar a realidade, mantendo-se em uma temporalidade perseverante, sem rupturas<sup>20</sup>. A própria imaginação se torna objeto de estudo, uma entidade singular e não secundária em relação ao “real” ou à percepção. Uma esfera do conhecimento formada socialmente, que se ata aos sentidos como base arquetípica para moldar a realidade, uma espécie de vínculo à origem absoluta que velam visões, pois se enganam os que procuram pontos de partida em outra coisa que não os arquétipos do inconsciente<sup>21</sup>. A relevância do pensamento de Bachelard para este trabalho está em sua influência sobre o pensamento de autores<sup>22</sup> que não aceitam de primeira mão propostas discursivas e de mundo auto-intituladas distantes, sem contato. Sempre há um fio costurando pensamentos que se

---

<sup>20</sup> A influência do pensamento bachelardiano nas teorias sociais que contemplam a ruptura ou evitam a esteira do continuísmo para explicar o conhecimento científico foi tratada por Felicio (1994).

<sup>21</sup> O ponto de maior crítica no estado de arte do positivismo bachelardiano é a universalidade pressuposta nos seus “Quatro Elementos” (Água, Ar, Terra e Fogo) para explicar os paralelos entre epistemologia e poética, bem como fugir aos esquemas mecanicistas para o entendimento do pensamento científico.

<sup>22</sup> Autores os mais variados como L. Althusser, P. Bourdieu, M. Foucault, J. Derrida e G. Deleuze.

querem diferentes, mas estruturados sobre a mesma base de entendimento de mundo; com seus preconceitos, inovações e despropósitos. Em um nível mais profundo de conhecimento, por exemplo, o marxismo não efetuou uma drástica ruptura epistemológica com o economicismo, apenas digladiou por algumas diferenças acerca do contrato social e encaixe de uma nova sociedade no espaço já ocupado por outra, mas em desmoronamento. Não obstante, esta nova sociedade seria construída a partir das ruínas da antiga, com os mesmos tijolos. A prática de determinada ciência fundada em um ambiente histórico que releva sua especificidade, ou seja, seu estatuto científico e os objetos que reforçarão ou não este estatuto, está ligada à noção de ruptura proposta por Bachelard e usada de outras formas por Foucault<sup>23</sup> para estabelecer a maneira que o discurso e o não-discurso possibilitam práticas que se legitimam para criar e explicar um mundo, bem como ordená-lo (FELICIO, 1994). Utiliza assim, e para se diferenciar de uma história das ciências, a noção de *episteme*.

Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estarem defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas (FOUCAULT, 1986, p. 217).

## 1.5 IMPOSIÇÃO DAS FORMAS DE PENSAR

A dívida que um Pensamento Social tem para com as populações rurais ainda é grande e pela maneira como é exercido, ainda aumentará. Uma proposta intelectual e política depositária da idéia de um mundo rural enquanto lugar de amparo do atraso social ou da política arcaica insiste com pertinácia. O exórdio do desenvolvimento e da modernização, feito ao rural brasileiro com as técnicas e produtos avançados, retirou o chão, e assim, as perspectivas de formas de vivência, códigos de conhecimento e reprodução social de uma população envolvida em outras lógicas e finalidades de vida em relação a um padrão hegemônico.

Na história recente, uma configuração de modernização, embora favorável em alguns pontos, causou incongruências e divisões no mundo rural, através da crença em uma

---

<sup>23</sup> Ruptura não enquanto foco da análise em si, mas como mudanças da regência das formações discursivas, impondo a mesma norma e o mesmo rumo à vida das pessoas.

determinada pedagogia da "conscientização" das melhorias técnicas e gerenciamento de produção. Forjaram-se meios de reordenação social proporcionando marginalidade, opressão e nenhum entendimento dos anseios destas populações. Esta mediação utilizou-se de uma desqualificação de interesses sociais dos grupos focados, para impor uma racionalidade fundada em outras interações sociais, outras perspectivas de pertencimento e outros arranjos simbólicos.

A onda modernizante, por estar assentada em uma lógica de dominação, além de não alcançar a expectativa de crescimento econômico generalizado, desabilita seu lateral aumento da qualidade de vida ou bem-estar social. No entanto, o controle de formas de vida não se faz apenas pelo poder econômico com suas restrições de acesso a bens materiais. Um pólo ideológico ou de modo abrangente, uma determinada *episteme*, utiliza-se de meios mais sutis para infundir um "novo mundo" que esteja alinhavado com seus interesses. A imposição se faz, dentre outros meios, com a fraude da incontestabilidade, ou seja, supõe-se que os interesses das classes dominantes são naturais e únicos para manter a ordem pública e o alcance de projetos; deveras se esquivando da noção de contingência e arbitrariedade de escolhas das vias de interesse.

As populações rurais, em sua maioria, transitam por meandros sociais pressionadas pelos interesses de uma cultura dominante, que, em um processo de dominação, introduz seus gostos, prazeres, conhecimentos, discursos e experiências para as camadas da população que não têm condições de igualdade ao acesso a esses bens simbólicos e materiais. Constroem-se, assim, esquemas de dominação, ao declarar-se a autonomia de todos perante as escolhas e formas de vivência, mas sem enaltecer a existência de um conjunto de regras lingüísticas e competências culturais limitantes do trânsito entre os domínios do conhecimento hegemônico, excluindo saberes e marginalizando outros conjuntos culturais que estão fora da competência da cultura letrada ou científica. É uma dinâmica de *habitus*, conflitos entre esquemas das disposições subjetivas que moldam o corpo e os modos de pensar, pautados em classes sociais ou diferenciações culturais da pessoa ao longo da vida. Assim, a violência simbólica se impõe à pessoa não apenas de modo externo a ela, mas por suas próprias competências internalizadas e comparadas com a perspectiva dominante. Suas experiências sociais reproduzirão as mesmas estruturas de língua, práticas e limites ao possível, internalizados pela gramática social dominante, e aqui, o saber agrônomo tem sua deixa ao dispor a "melhor forma" — pois científica — de intervir no ambiente através de disposições técnicas e sociais para a produção agrícola ou agropecuária.

O campo da produção científica, sendo objeto de estudo sociológico e tratado com pormenor no próximo capítulo, considera seus agentes enquanto possuidores de capitais econômicos, culturais, estabelecendo importante mediação na construção de saberes — seus objetos específicos de estudos — que podem ser aceitos ou rejeitados. O cuidado reflexivo da prática científica, no tocante às prenoções sociais estabelecidas, deve estar “distanciado” do universo tão próximo da vida diária; seguindo uma problematização da construção do objeto científico proposta por Bachelard com a noção do corte entre o senso comum e a composição do discurso científico. É necessário compreender a inserção dos "agentes do desenvolvimento" na produção social efetiva e no diagnóstico de uma realidade, tanto no momento da elaboração teórica, como no momento das realizações práticas de intervenção, baseadas em uma “história incorporada” e em estruturas de conhecimento revestidas por tradições metodológicas ditas científicas.

As explicações de uma realidade social devem fugir às demarcações disciplinares rígidas, estabelecendo, porém, realces às descontinuidades e contingências contextuais, por vezes forçosamente unidas como um todo resistente. A continuidade que se dá à história da ciência cai por terra ao se propor um olhar sobre as "regularidades discursivas" que unem acontecimentos da esfera do político, do econômico, do social e da técnica. É necessário marcar criticamente os discursos e práticas estruturantes, definidores dos sujeitos, dos capitais simbólicos e materiais disputados e as implicações recíprocas geradas no ato de hegemonizar um mundo frente ao silenciamento de outro.

O espaço social de onde os agentes percebem e pensam o “desenvolvimento” estão moldados pelo seu campo específico de ação, com suas lutas internas, engajamentos e disputas por seus recursos e investimentos. Assim, as sutilezas das falas a respeito das populações rurais teriam que ser clareadas através do desvelamento destes mecanismos, principalmente os empregados pela própria academia. Para uma sociedade que incensa aos quatros ventos a prática democrática, seria necessária, então, uma vigorosa crítica do dissimulado mecanismo de violência simbólica que perpassa a sociedade, cujo papel estratégico é a dominação de uma cultura dita "avançada", "moderna" e grávida de possibilidades na "prática da liberdade".

Termos, categorias, conceitos e adjetivos diversos adquirem posição consuetudinária nos discursos laudatórios à "justiça", ao "bem comum" e ao senso social sensivelmente escrupuloso, porém não muito seguros de sua imunidade à crítica. É uma grande quantidade de imagens — e daí os conceitos e categorias expressos — ligadas à idéia do "humanismo"; palavra que atrai uma variedade de elementos retóricos e esquemas cognitivos na formação da

dita "boa sociedade", na universalização de particularidades. A relatividade histórico-cultural dessas idéias-força apresentadas no uso diário repetidamente é suavizada, quando não totalmente apagada no meio acadêmico, importante meio circulante e propagador. A prática da vida faz-se mais presente no engendramento cognitivo do cotidiano. A extensão da significação do "humanismo", como percebido por Gramsci (1991), no meio literário, está ligada como veículo de possível e implícito reacionarismo. O romantismo encaixa-se aqui (ROMANO, 1981), por exemplo, com sua efusão sociopolítica fundada sobre uma ordem universal e conservadora, coroada com a "fé, caridade, temperança e esperança", sustentando a glória da ordem social vigente, onde cada um deve estar em seu devido e santificado lugar.

A tradição intelectual "humanista", tendo início nos séculos XV e XVI, surge como contraposição a uma filosofia escolástica e a centralidade da religião nos debates intelectuais de então. A articulação de idéias do Humanismo talvez esteja presa à formulação de uma cultura pautada em elementos da antiguidade clássica greco-romana, constituidora do abrangente e pouco esclarecido sentido de "cultura clássica" e desse "homem universal", em oposição à diversidade de "culturas populares ou nativas" que não mantêm a mesma correspondência de percepções sobre a realidade.

Por estranho que possa parecer, em virtude do esforço crítico ligado às origens da tradição intelectual humanista, essa herança cultural pode favorecer, em certo sentido, a crença na superioridade de uma "alta cultura" baseada em uma específica interpretação de indivíduo (das classes dominantes ou de uma nova classe dominante) em detrimento das "tradições populares". Não é à toa o aparecimento da filologia, fruto dessa corrente, e a gramaticalização, aos moldes dominantes da expressão greco-latina, de tradições lingüísticas "populares". Isso já mostra um primeiro tipo de ação de intelectuais — e que depois estaria ligado às ciências humanas e sociais — desvalorizando qualquer tipo de manifestações socioculturais não ligadas a esta "alta cultura letrada". Mesmo o que se chamaria de "resgate" cultural de tradições camponesas, por exemplo, pode-se encarar como uma leitura e manipulação muito particular, e com fins outros, que não um genuíno entendimento destas tradições, como por exemplo, a que houve no processo de busca de um fator nacional para a unificação alemã nas histórias dos irmãos Grimm.

Sociedades mantêm-se estruturadas sobre uma rotina de comportamentos inscritos por discursos e práticas, porém com um vapor muito denso encobrendo o porquê dessa rotina. Quanto mais inexplicável uma idéia, um dogma, uma doutrina, em uma fórmula de Mark Twain, mais difícil de mudá-la ou aboli-la. Ao que tudo indica, um véu torneia a vida de cada um na proporção que materializa hábitos estáveis não-duvidáveis. Forma consenso em torno

de uma finalidade de vida que um pensamento hegemônico proporciona em meio à difusão de esperanças aos desesperançados. E o que as voltas deste véu escondem? Possibilidades de outras hegemonias, outras rotinas. Não se deve duvidar, porém, da luta constante que há entre estes diferentes pensamentos. Há fissuras por toda cristalização sociocultural; onde a cunha e o sistema de alavanca for maior, melhores as chances de ruptura.

### **A questão ambiental e sua relação com os fenômenos populacionais**

O problema ambiental enfeixado por um sortimento de “questões objetivas” pode ser caracterizado como fenômeno a-histórico, sua existência não dependente da percepção humana, mas, todavia, ligado e imerso inteligivelmente na produção dos registros da História (escrita ou oral) de uma sociedade. O problema ambiental se revela em certa medida de modo concreto e pungente, reflexo da ação humana ou ação dita natural. É sentido de modo não ambíguo como algo impeditivo à reprodução ou crescimento de determinada sociedade, podendo em certo ponto pressionar uma extinção de populações ou mesmo grandes extensões territoriais de relativo domínio cultural homogêneo. Talvez a maior facticidade deste fenômeno seja a própria historicidade das sociedades enquanto domínio socioambiental continuamente aberto às pressões de mudança, não obstante seu entendimento estar sempre dependente da produção humana, com suas temporalidades específicas (forma cultural de pensar o tempo) e estritamente ligada à discussão sociocultural de intenção de verdade como, por exemplo, a problemática ambiental. A formulação do que seria um fato histórico relevante depende de uma variada gama de figuras retóricas e representações históricas. Talvez neste ponto exista uma tendência à proximidade teórica entre problema ambiental e problemática ambiental.

A elevação do problema ambiental a uma questão social ultrapassa certos limites teóricos e a guarda em um campo reflexivo e de embate teórico tenso, na medida que a avidez de hegemonia toma conta das discussões, e neste momento caracterizando questão política, justamente por assinalar projetos sociais ligados ao ambiental em uma linha de representação vencedora.

A instituição do problema ambiental como fator de debates de relevância social, como meta de políticas públicas, como problema percebido e representado de forma similar pela sociedade, como ponto de inflexão e de relevância nas formulações de políticas públicas, se faz em problemática ambiental. A sociologização da questão ou problema ambiental, ou

ainda, a transformação do problema ambiental em fato sociológico é o passo de mudança e criação da problemática ambiental.

Quando os indivíduos-sujeitos se apropriam socialmente dos discursos está instalada toda uma gama de problemas sugeridos por estes discursos. Reforçando, todavia, que a "sintaxe" discursiva não muda, pois, caso contrário, ficaria fora do campo de debate instituído socialmente. Isso significa que regras precisam ser acatadas para a legitimidade discursiva, bem como sua inteligibilidade aos pares do grupo hegemônico.

A discussão de uma problemática ambiental se formula também por elementos teóricos ou fatos sociais que lhes sejam específicos, "idiossincráticos". Assim, tende a formar-se um discurso que gradativamente é apropriado e se faz com sentido para a sociedade que o cria e o recebe. Ao se pensar em problemática ambiental, um variado, porém reconhecido conjunto de imagens vem facilmente, não obstante a multiplicidade de matizes moldados por variações socialmente enraizadas dependendo de fatores socioculturais: populações rurais de certo modo possuem visões sobre o ambiente de modo diverso de populações urbanas. Tudo depende do modo de prática em que se relacionam estas populações com o que se caracteriza para elas o ambiente. A tendência à universalidade dos discursos acerca da problemática ambiental é uma forma narrativa e representativa que pode descartar certos modos de apreensão, manipulação e compreensão do que seria uma problemática ambiental para determinadas populações socialmente diferenciadas da sociedade moderna ocidental.

A representação se caracteriza pela formação de *produto* e pela dinâmica de *processo*. Produtos seriam as informações circulantes e produzidas, o conteúdo social de determinados assuntos e fatos: no caso aqui especificado, a problemática ambiental. Juntamente com o conteúdo produzido pela sociedade sobre um problema elevado como questão social, tem-se o estudo da maneira como se dá este processo de criação de informação, os elementos constituintes do produto. Assim, juntamente com a compreensão do conteúdo de um assunto, procura-se entender o modo como se estruturam as condições básicas dos fatores de criação de um campo de representação determinado.

O estudo dos processos de estruturação do que seria uma problemática ambiental se verifica desta maneira, ou seja, a curiosidade pelo conteúdo discursivo dos agentes e, principalmente, o processo histórico e sociológico de como são instituídos estes conteúdos, bem como sua circulação nos diversos canais de comunicação (academia, mídia, conversas em geral). Todo o embate pela formulação da problemática ambiental não está desconectado de questões mais profundas, desde a classificação do "mundo natural" a partir de modelos sociais e depositários de toda sua criação imaginária das relações de poder e arbitrariedades



classificadoras. A maneira como se narram os processos e fatos do que poderia ser um problema ambiental pode incorrer em esquemas simplificadores ou redutores do que se considerariam categorias estáveis e invariantes. O interesse seria, ao invés de estudar o objeto histórico (problema ambiental), perceber como se constrói a objetivação do objeto, e por quais motivos sociopolíticos (relações de poder). Neste caso, a objetivação de um problema ambiental é feita pelos domínios da prática e configurações teóricas dos agentes que instituem a problemática ambiental, bem como sua implicação social e política.

De certo modo, os fenômenos demográficos, particularmente as taxas de crescimento populacional, estão ligados ao debate sobre desenvolvimento e as problemáticas ambientais. Argumentação incluída aos aspectos do discurso malthusiano defendendo a redução do crescimento populacional, iniciada quando Thomas Malthus, em 1798, escreveu que este crescimento levaria a fome no mundo, pois a população crescia em progressão geométrica e os alimentos em progressão aritmética. E quais as preocupações ambientais e políticas no conjunto desses assuntos? Preocupação quanto ao aumento da população dos países ou continentes pobres e a eventual migração desse contingente aos países centrais; perturbação aos acréscimos nos gastos com energia, controle da poluição, alimentação e saúde. Ainda uma insatisfação quanto as possíveis alterações climáticas do planeta, redução da camada de ozônio, elevação de temperatura, concentração da taxa de gás carbônico na atmosfera, elevação do nível da água do mar, questões essas ligadas aos fenômenos populacionais (crescimento demográfico, principalmente) e às não tão discutidas manobras de reação dos países inquietos com eventuais concorrentes na indústria, comércio e agricultura.

O tema população se renova em novo vocabulário, se reinscrevendo no plano ecológico e político-econômico. Os receios demográficos cobertos pelas inquietações intelectuais de perfil biológico podem estar em uma intersecção com um plano político. “À linha natural, e muitas vezes biológica, adoptada por aqueles que temem os efeitos de um excesso de população, sobrepõe-se uma linha política que receia a emergência das nações da Ásia, da América do Sul e da África” (LE BRAS, 1995, p. 9). Monta-se um repertório de questões ligadas a enunciados sobre “recursos”, “sustentabilidade”, “limites do desenvolvimento”, “crescimento demográfico” que, não desprezando sua importância, está pouco questionado quanto ao seu cunho ideológico, induzindo uma biologização de temáticas políticas e sociais. Argumentos ecológicos são tomados, grosso modo, para explicar e prever os “desequilíbrios” entre ambiente e sociedade. Isso é fundamental. Mas a razão ecológica pode estar sendo utilizada de modo cínico a estas problemáticas, escondendo tensões e

conflitos de ordem mundial, para assegurar o controle de elementos naturais na concorrência por mercados e por hegemonias regionais.

## 2 O CAMPO TECNOCIENTÍFICO

### 2.1 CIÊNCIA, DISCURSO E DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA

Nesta seção do trabalho será discutido o lugar em que se fundam as possibilidades de significado do desenvolvimento rural (DR) entre os agentes entrevistados<sup>24</sup>. Um espaço de significados é envolvido por posições relativas entre os agentes, formadas historicamente em meio a contendas. A homologia simbólica materializada destas lutas são suas inscrições textuais que tramam o enredo das vozes (faladas e escritas) que nem tudo podem dizer em alto e bom som. As delimitações definidas pelo campo tecnocientífico demarcam sugestões temáticas e códigos de interpretação da condução textual que mais tarde será analisada com certo pormenor. Apesar de caracterizar inicialmente um campo com fronteiras, estas funcionam através de modulações. Há uma variação de sua extensão segundo outras instâncias que a tangenciam: a política, a social, a religiosa e a econômica, entre outros espaços sociais que se autodeterminaram como campo autônomo de ações de interesse coletivo na sociedade moderna ocidental.

A idéia de tecnociência provém do trabalho multidisciplinar desenvolvido por Lenoir (1997a; 1997b). O uso dessa idéia foi uma maneira de mostrar o espaço e o traçado da lógica de criação e reprodução de um conhecimento diluído em historicidade, onde estão inseridos os agentes e/ou mediadores técnicos entrevistados. Considerando que o termo tecnociência denota uma produção científica dirigida e voltada para e pela tecnologia moderna e orquestrada pelo capitalismo, fica ainda um ponto: muitos dos entrevistados/as não necessariamente produzem conhecimento ligado a algum tipo direto de atividade tecnológica. Este aspecto, entretanto, não cria dificuldade, visto que a idéia de tecnociência absorve com facilidade a lógica destes agentes que se atêm a outras questões — ligadas à perspectiva das ciências humanas e sociais — e que, do modo como serão tratadas, não acarretará nenhum tipo de descontextualização conceitual.

Tecnociência, quando usado neste trabalho, é praticamente sinônimo de ciência, indicando uma ciência mais dirigida a problemas prático-instrumentais ou a questões que se

---

<sup>24</sup> Quando ao invés de *agente* aparecer *mediador tecnocientífico*, este indica a figura do/a extensionista rural, tanto governamental ou não. É apenas uma especificação da categoria agente, com o fim de precisar, quando possível, uma figura particular abarcada por termo tão genérico.

encaminham ou se concretizam se relacionadas a uma ordem de fatores tecnológicos<sup>25</sup>. A ciência contemporânea, diferentemente das formas anteriores, está orientada a propósitos e métodos empregados para e pela tecnologia. Outro modo de aproximação ao conceito é entender as disciplinas científicas estabilizando seu objeto de estudo por procedimentos com um alto controle das condições instrumentais (laboratoriais, computacionais e cognitivos) de criação, percepção, avaliação, manuseio e utilização. Esse objeto ou fato só poderá fazer sentido se indissociável do conjunto instrumental e metodológico que o mostrou/criou como verdade.

A lógica de funcionamento desse campo, apesar de circular encerrada em suas fronteiras, se legitimar e se instituir nas interações práticas e discursivas de seus pares, não permanece confinada em seu campo específico. Existe um trânsito relativo de enunciados nesse campo que reforça posições e argumentos em outros campos que formam e conformam a sociedade. Considerando a sociedade um espaço de tensões, não reconciliadas consigo próprias, o domínio dos capitais de cada campo (que também não são livres de conflitos) é o que dá a força de instituição de realidades, de sua reprodução, de sua hegemonia. Impor uma “realidade” é a forma mais costumaz de controle e domínio social. No momento em que a distribuição dos códigos de interpretação dessa realidade é desigual e preferencial a “indivíduos eleitos”, tem-se o embate pelo valor de autenticidade dos códigos e capitais em disputa pelos agentes, dentro dos campos e entre os campos.

A postura científica (*ethos* científico) perante o mundo é possibilitada pela observação rigorosa de suas condições sociais de produção. A *seriedade* científica, por exemplo, não se faz séria por ser naturalmente séria ou por tratar questões-problema em tal grau de zelo e exatidão, que não sobraria nada no espaço afetivo do sujeito objetivante, se não a *têmpera* inerente à natureza, a *seriedade*. Esta marca, geralmente associada à produção e descrição científicas, é um vestígio da estrutura formalizante de uma postura determinando ou delimitando previamente um assunto, pois instrumentalizado teoricamente, ou seja, não existe proposições certamente científicas ou nem todo assunto pode ter feições científicas. A *seriedade* é formada, assim, por um controle social do agente social, em seu espaço de atuação (campo) com regras específicas de como olhar, o quê olhar e formas de se expressar. A linha dirigente da *seriedade* é formada pelos objetos aglutinados pelo nome racionalidade. Seu

---

<sup>25</sup> A pertinência do termo tecnociência fica dependendo da seguinte questão: há como definir ciência hoje sem levar em consideração o envolvimento e dependência — de regulação recíproca — desta com a tecnologia, a simbiose não é total? O termo *tecnociência*, quando usado no texto, indica a importância dada a essa relação ciência/tecnologia. Quando aparecer apenas o termo *ciência*, a relevância se pautará na dita postura científica dos agentes, formada pelas relações conflituosas no peculiar jogo do campo dito científico.

contrário ficará fora do campo relativo à ciência, será algo efêmero, transitório, banal, sem valor. A diligência ritualística da ciência se aproxima da sisudez cavalheiresca das cortes européias. A ironia fina, o riso astucioso sempre serão avisos para o sentenciado se por em seu devido lugar (posição no campo). Recado para considerar uma postura de indivíduo em suas exigências científicas, a cumprir as regras do jogo, caso não queira sofrer as conseqüências de ser o deslocado, o bobo. A antinomia da atitude séria seria a risível, justamente por transitar em vários campos e mostrar a descontextualização de falas e comportamentos, no constante chamado aos seus lugares<sup>26</sup>.

Esta pesquisa destacará as práticas discursivas dos agentes, como falam das coisas, de si e do outro. Há um encantamento quando do poder de nomear, pois este disponibiliza o poder de fazer coisas. No conflito das representações de mundo, o poder de mudar representações equivale a mudar as coisas. Sabendo a força que a ciência adquiriu com a ascensão do capitalismo, tem-se a medida de sua hegemonia na definição dos significados e estabilização destes. As disputas entre mediadores técnicos pelo significado do “objeto” DR implica, além da tentativa de se fazer compreender, a busca de ser reconhecido, acreditado, obedecido. A competência de uso da linguagem científica então — e nesta, principalmente as categorias e conceitos dominantes — é um instrumento de poder de quem a usa, em certas ocasiões e para determinados fins. Logo se vê que a comunicação é um processo importante de legitimação de ações, uma disputa simbólica pelas nomeações legítimas sempre referenciadas às posições dos agentes em seus respectivos campos hierarquizados<sup>27</sup>. Cada campo contendo e se estruturando segundo um capital específico comum — que conforma a relativa autonomia do campo — e com um conflito permanente dos respectivos agentes pela apropriação desse capital.

A idéia de *discurso* tem um valor significativo no traçado geral deste trabalho. Enquanto uma manifestação de enunciado(s), ou uma junção de signos lingüísticos com sentido, sua caracterização é vital para evitar os reducionismos da concepção de sujeito a custo de determinantes biológicos e psíquicos. Ou ainda, para sentir desconfiância das especulações que afrouxam demasiadamente os laços condicionantes do agente social, que atribuem a este a liberdade de um cálculo lógico na livre escolha de opções oferecidas pela sociedade ao expressar o viver. O entendimento que se faz aqui é que este (o agente social) não é livre para dizer qualquer coisa, mas sim o que seu grupo social (classe social, talvez de

---

<sup>26</sup> Há um interessante artigo de Neves sobre a função do *jester* (bobo da corte) nas cortes européias e paralelamente, uma análise da produção do “sério” na ciência (NEVES, 1979).

forma mais ampla), posicionado em campos específicos, elabora ideologicamente. Ele não é senhor absoluto de seu discurso, pois este é governado por ideologias imersas em historicidades. Adiantando o que será tratado em capítulo específico, mais adiante a análise de discurso que será proposta aqui procura perceber de qual formação discursiva se origina o discurso do agente entrevistado. A visão de mundo deste tem sua base em uma formação ideológica que irá produzir o “eu” do enunciador, suas expectativas de futuro, construções do passado e atuação social. É o discurso e não o enunciador que fornece as posições ideológicas perante o mundo, o discurso diz quem é o sujeito e qual sua visão de mundo.

Discurso equivale a formas abstratas de estruturação de enunciados em suas formas ideológicas de coerção. As configurações concretas dos enunciados, sua materialidade — fala, escrita, pintura, as mídias etc. — são indissociáveis dos conteúdos enunciativos. Suas coordenadas — os espaços e historicidades dos enunciados — mantêm junto com seu *status* material a raiz de suas características. A função-autor ou a constituição do sujeito se modifica na medida em que as reestruturações semióticas mudam. É bom alertar que essa mudança dá-se ao nível da atualização discursiva, na dependência da materialidade da linguagem. Os discursos, enfim, carregam consigo as conjecturas sociais, políticas, religiosas, espalhando-se dissimuladamente em suas formulações, formando a rede estruturante de visões de mundo. Materializam valores, esperanças, necessidades, desejos, interesses, racionalizações e justificativas existentes nas formações sociais que lhes deram origem.

Parte do que será tratado acerca da constituição do discurso científico neste trabalho tem sua origem nas discussões da lingüística a respeito da interação entre a linguagem enquanto uma particular e especial instituição social. Relação esta que se configura em um amplo campo de estudo, pois a linguagem é o princípio que carrega e reproduz as formações ideológicas que mediam os vínculos sociais. A importância das questões levantadas pela lingüística (e que está ligada à própria emergência do estruturalismo) orientando a discussão aqui presente, se pautará muito mais sobre as relações entre sociedade e linguagem do que as vinculações internas e autônomas desta. O discurso funciona com uma estrutura produtora de sentido, fazendo com que um texto ou uma fala não seja um amontoado de palavras lançadas aleatoriamente. Ele se estrutura segundo uma ordem sintática e semântica.

Uma das bases de entendimento de uma formação discursiva é a noção de ideologia. Há tantas formações discursivas quanto há de formações ideológicas, dependentes das classes sociais de uma formação social. Enquanto as formações ideológicas condicionam o que

---

<sup>27</sup> Já está claro que um dos referenciais básicos para tratar a problemática do campo tecnocientífico é a sociologia de Pierre Bourdieu.

pensar e como pensar, as formações discursivas dirigem o que dizer e como dizer. Múltiplos discursos moldam modos de ver o mundo, abrem certas perspectivas e fecham outras. A linguagem é o lugar por onde passam as idéias, o espaço de expressão da consciência, de reprodução de vínculos temáticos (existência de raças inferiores e superiores, eternidade de sociedade com ricos — que necessariamente seriam elite — e pobres, por exemplo) produtores da naturalização de relações de dominação. Considerando que o pensamento conceptual não existe sem a linguagem, sua extensão como domínio privilegiado na narrativa científica patenteia sua importância nos estudos da produção científica. Por causa da união entre linguagem e pensamento, toda rede discursiva contém elementos ideológicos configuradores de pensamentos e dirigentes de ações. Mesmo no campo tecnocientífico, a garantia de um discurso “asséptico”, não-ideológico, é posta de molho, as representações ideológicas se materializam na linguagem, por mais controlada e “transparente” que queira ser.

A idéia tão comum de indivíduo, que percorre grande parte das construções analíticas das ciências humanas e sociais, passa por uma formação discursiva crente e reprodutora da noção da autonomia individual; uma convicção na subjetividade livre de coerções, apta a agir, quanto ao encaminhamento da vida nos "prazeres" da livre-escolha. Um lugar no espírito que acumula a função de individualidade absoluta e autônoma, o espaço da criatividade. Quando se usa o termo agente ou mediador técnico<sup>28</sup> para caracterizar as pessoas que formam o campo de estudo deste trabalho, parte-se da posição teórica indicativa de homens e mulheres formados por relações sociais dinâmicas e coercitivas, que moldam desejos e constroem sujeitos a partir e, indissociavelmente, de normas sociais.

O discurso está ligado ao conteúdo de uma manifestação, podendo ser expresso de várias maneiras, em um jogo veicular que pode unir ou usar unitariamente, significantes pictóricos, gestuais, verbais etc. Isto, porém, não quer dizer que um mesmo conteúdo não seja veiculado com algumas diferenças quando meios de expressão mudam. O texto ou plano de expressão, apesar de aparecer como estrutura mais criativa, mais moldável segundo o plano criador de um autor/enunciador, associado às iniciativas individuais, também está amarrado a padrões estilísticos, retóricos e à ação continuada de formas de elocução que não podem ser transviadas ao sabor da originalidade do enunciador. O discurso em sua função de sentido tem seu conteúdo preso adequadamente a temáticas e imagens gerais de mundo, instauradas

---

<sup>28</sup> Mediador técnico para especificar um agente do campo tecnocientífico em trabalho de extensão e pesquisa, difundindo saberes técnicos e/ou científicos (geralmente agrônômicos e veterinários) ou ainda participando das elaborações e articulações políticas entre agricultores ou moradores rurais.

devido às coerções sociais de uma formação social ou de um campo. Interessa deixar claro que a expressão comporta, como o conteúdo, certas conciliações discursivas, como as exigências de expressão normativa do texto científico, com suas tabelas, gráficos, dosagem de objetividade e assim por diante. Como se verá logo abaixo, no tópico “*A estabilização das representações no campo tecnocientífico*”, o texto ou a materialidade discursiva está carregado de ideologia e configura o próprio conteúdo.

Uma sociedade delimita certos temas em uma repetição permanente através das formações discursivas de campos específicos ou da sociedade geral. Um discurso remete-se continuamente a outros, instaurando-lhe inteligibilidade e formando um circuito discursivo afirmativo e reprodutor de formações ideológicas, cerceando a pretensa liberdade discursiva do espírito humano. A constante tentativa de não deixar esgotar certos temas, derivados de condições históricas e sociais, estabelece uma sucessão de esboços consagrados e assumidos historicamente, levando consigo figuras e idéias que contam e recontam “mitos sociopolíticos”: origem da nação e de sua unidade, destino manifesto de uma nação, a cordialidade do brasileiro, o inevitável crescimento e progresso do “gigante adormecido” seriam alguns exemplos facilmente elencáveis.

A forma pela qual o discurso, estabelecido socialmente, aparece como criação de um indivíduo decorre dos veículos de expressão — como a escrita e a oralidade — perpassadas pela idéia de um sujeito criativo, retirando, este, idéias e temas de uma singularidade psíquica de expressão única. A técnica de singularizar ou individualizar um discurso tem sua origem na formação ideológica de um grupo social e é feita a partir de modelos de expressão aprendidos pelas tradições culturais de uma sociedade<sup>29</sup>. A principal técnica é a instituição da noção de *autor* imbuído de criatividade e inovação, do novo, da ruptura. Evitando cair em um radicalismo que determina, via discurso, toda possibilidade de significado e expressão, negando qualquer rasgo criativo do sujeito, este trabalho esforça-se para mostrar que técnicas de individuação do discurso apagam a atividade de coação social e as relações de dominação que determinam discursos. Ou, por outro ângulo, o discurso provém de um plano social e ideológico que é dissimulado através da crença da livre expressão e liberdade de pensamento do indivíduo. Ver-se-á que a especificidade do campo tecnocientífico quanto a este desvanecimento da determinação ideológica nos estudos de certos temas, está ligada ao recurso retórico e narrativo que apaga o sujeito do discurso através da ultrafocalização do

---

<sup>29</sup> A sociedade a que se refere aqui é a “moderna ocidental”, centrada e afeita à hegemonia do discurso econômico e político liberais, tendo o indivíduo como unidade.



objeto, criando, assim, o efeito de naturalização e a-historização do objeto de estudo, nublando o processo de sua construção e problematização.

Mesmo existindo uma abertura à emergência de novas maneiras de dizer, de novas condições para pensar a sociedade, os agentes sociais não organizam e se exprimem como querem. Eles agem, reagem, avaliam, julgam, criticam, censuram — geralmente — como membros posicionados e produzidos por relações sociais (quer dizer, através de relações sociais conflituosas). A crítica a um discurso dominante, embora diferente e dita “mais consciente”, só surge a partir do oponente criticado. As sociedades instauram maneiras de socialização — neste caso pode ser considerado principalmente através da educação (sociedade ocidental moderna) — através de uma consciência verbal estreitante dos laços de identidade, pondo em comunicação, através da união, membros de um grupo ou classe social. Aprende-se uma gramática, um repertório lingüístico vinculador de identidades ideológicas. Estas oferecem e pressionam papéis a seguir, que são incorporados (*habitus*) e assumidos nos contatos interpessoais. As estruturas sociais decorrentes de lutas históricas entre grupos sociais incorporam-se nos agentes formando o que Bourdieu (1996) chama de *habitus*. Este é a estrutura mental de percepção do mundo, disposições perceptivas ajustadas a posições sociais dos agentes.

Na sociedade, os discursos estão se cruzando a todo o momento, estabelecendo relações históricas de aproximação e distanciamento, aglutinando-se e apoiando-se mutuamente no estabelecimento de afinidades de persuasão e justificativas. Os grupos sociais em conflito ou em acordos estabelecem, através dos discursos, a garantia da instituição e legitimidade do dizível. Textos remetem sempre a discursos que estão materializando na comunicação as experiências sociais dos agentes em interação. Os textos científicos se reportam constantemente a apreciações epistemológicas, lógicas, estéticas e éticas, que, apesar de se autocaracterizarem como minuciosos exames racionais, livres de preconceitos, estão inseridos em sociedade; daí em formações ideológicas que estabelecem os grandes temas e elaborações imaginativas das formações discursivas, exercendo influência nas atividades científicas.

A realidade é percebida e expressa segundo as categorias montadas na linguagem pela prática social de um agente. Esta prática social é a forma ativa de se envolver com a realidade, moldando sentidos que se cristalizam nos discursos. Na linguagem não aparecem posições claras e bem delimitadas como o quer uma lógica de entidades discretas e descontínuas, mas uma extensão não interrompida de aproximações entre o não e o sim, o eu e o outro, a superestrutura e a infra-estrutura. O conjunto considerado concreto não é um apanhado de

formas puras e conhecido passivamente. Ele é percebido por um esquadramento de perspectivas e pela montagem destas, segundo a prática nas interações históricas de cada grupo social.

A prática social, as interações interpessoais, os contatos sociais conflitantes vão regulando e engessando valores nas palavras, sendo assim, o objeto ou o sujeito — ou a objetivação e subjetivação de um e outro — a que a palavra se dirige já está, de antemão, impregnado de estereótipos condensados pelas relações sociais. Uma formação social tendo em alto grau formalizações hierárquicas, por exemplo, terá na linguagem a expressão do constrangimento obsequioso, respeitoso, do controle minucioso dos papéis do falante; perceberá a realidade através de hierarquizações, gradações entre inferior e superior, legitimadas pela vontade divina ou pela determinação da natureza, como foi na sociedade cortesã dos regimes aristocráticos da Europa.

A linguagem não existe simplesmente em função das formações sociais — o que não quer dizer que a linguagem seja totalmente autônoma das formações sociais e suas ideologias — todavia, é o suporte por excelência das materializações ideológicas. Antes da comunicação e da materialização do pensamento, a linguagem é a possibilidade de expressividade do real. É autônoma e determinada ao mesmo tempo. Através dela um enunciado se faz falar e ouvir, criando um espaço de tensão no enunciatário (o ouvinte) quando de uma idéia nova, uma crítica, um novo ponto de vista, uma perspectiva de mundo que se faz existir por um enunciador (o que fala). Este espaço de tensão é a inércia do agir, o lugar do confronto da prática social transvestido em discursos.

## 2.2 A ESTABILIZAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES NO CAMPO TECNOCIENTÍFICO

As inovações tecnológicas, como extensão dos sentidos nos aparelhos de medição (mediação), de visão, de criação e reprodução de imagens, entre tantos outros, modificam as formas de inscrição discursiva na sociedade, alteram as percepções de corpo e humanidade, mesmo de vida e doença, dos sentimentos; embora, é certo, paire a dúvida de uma factível mudança na latente estrutura ideológica que orienta a sociedade ocidental moderna ao extremo controle das possibilidades sociais. O “real espetacular” criado pelas novas tecnologias salta à vista e faz com que o fato que deu origem a sua utilização seja sobrepujado

pela sua simulação, por um novo viés do real<sup>30</sup>. A tendência, então, é sempre criar novas representações de uma realidade. Considerando a produção científica como análoga à produção cultural, tem-se com as reestruturações de representação da realidade uma constante colocação em crise do modelo cultural anterior ou, seguindo a analogia, modelos e regimes de experimentação e expressão tecnocientíficos.

A forma como se registram os discursos científicos segue padrões inscritos na história da metáfora fundamental de um contexto de investigação. Metáfora da natureza enquanto livro escrito em ideogramas matemáticos, construção da vida revelada pelas seqüências protéicas do DNA (LENOIR, 1997b). O enredo textual da ciência possui preceitos rígidos de forma e conteúdo que, além da padronização, buscam segurança na prática científica da produção de conhecimento e verdade. A prática científica será entendida aqui como sendo influenciada pelas crenças políticas, culturais e sociais de uma época, um entrelaçamento de campos que se condicionam mutuamente, não obstante, dentro de suas fronteiras, cada campo conservar uma relativa lógica particular<sup>31</sup>. A materialidade da comunicação não é meio neutro, como se costuma fazer crer na narrativa científica. Desta questão surge um ramo das discussões em torno da filosofia da ciência, pós-*virada semiótica*, apostando na sua dependência social e equiparando esta a uma exitosa produção cultural. A linguagem escrita — como a falada — é mais que um vestígio neutro de memória que explicita um pensamento, é também um meio condutor de sentido, instituidor de significado.

A escrita científica segue e disputa cânones. O campo da tecnociência se apoia em textos e códigos reconhecidos que institui representações, práticas de materialização de significados. A impressão materializada (significante) do significado pressiona com toda sua historicidade a produção mesma de um enunciado, da objetivação do mundo ou "inscrições de fato". A linguagem factual está intimamente ligada ao processo de sua inscrição; a discussão do seu caráter de veracidade (sistema experimental e inscrição literal) toma interessante rumo quando explicitada a construção de sua prática textual, impregnada previamente de um sentido ostensivo. Esta ostensibilidade muito mais que pressionar pelo lado da demanda de sentidos ou do lado da oferta de visões de mundo, está na técnica da gramatização, no mecanismo mesmo de materialização dos significados: produção de índices (revelador da existência ou materialização de signos dependentes de um contexto de referência), inscrições,

---

<sup>30</sup> Vide os desdobramentos que as ciências físicas e matemáticas, juntamente com um aperfeiçoamento tecnológico de aparelhos de aferição e simulação, proporcionaram na concepção de energia, tempo, fenômeno, observador, matéria etc.

codificação e, por final, a maneira correta de interpretação. Esta posição, no limite, oferece novas especulações quanto ao que até então era considerado neutro: o suplemento (o sistema textual) está unido ao conteúdo do pensamento e assim, influenciando seus sentidos<sup>32</sup> e dando uma reviravolta à tradição hermenêutica. A produção científica está plantada em estruturas narrativas que se disseminam e se originam nas estruturas literárias e de escrita da produção cultural dominante de uma sociedade. Ficando nos interstícios da narrativa científica, determinados códigos sociais favorecem a persuasão de textos científicos, facilitando sua recepção em meio às disputas dos pares.

Essa discussão pressupõe algumas mudanças no tocante aos usos de instrumentos (produtores de índices e sentido) pelas teorias como forma de expressar da melhor maneira possível um objeto de estudo. Quando uma experimentação agrônômica é colocada como uma extensão da teoria, por exemplo, ela não é uma expressão transparente da realidade, mas uma mediação e instrumento de estabilização de realidade, um modelo de mediação originado de determinada representação de mundo ou natureza. Novas aberturas de pesquisa acerca da crítica da realidade que se põe anterior ao conhecimento científico e recuperável por este de forma independente e neutra abrem novas perspectivas de encarar as máquinas e tecnologias de experimentação como dispositivos de fixação teórica<sup>33</sup>.

Evidentemente, cair em uma discussão que se inclina ao argumento da determinação da linguagem sobre a construção da realidade, como se esta estivesse cercada e só fosse possível em um sistema fechado de signos, do discurso enquanto realidade última, é um equívoco comum de determinismo sorrateiro. A instituição do sentido de um discurso é mais tributária às modalidades materiais de produção das redes discursivas como códigos, livros, filmes, hipertexto entre outros, do que a produção de um sentido que antes modela tecnologias de comunicação e não o contrário. "O conteúdo é o meio" torna agora uma vasta área de pesquisa para novos entendimentos da produção literária e científica. Para esquivar-se das demarcações absolutas da linguagem na tecnociência é forçoso apresentar, também, que as práticas dos mediadores técnicos são situadas e encaradas como fundamentais para se entender a produção e disputas no campo conflituoso ligado às ciências agrárias e/ou rurais. Discursos e experiências se atam pelas lutas de construção de sentidos naturalizados, produção de novas metáforas, vocabulários, sistemas de analogias, estruturações de

---

<sup>31</sup> Essa "influência externa" na prática científica depende muito de tempo e lugar em que se originam e do grau de autonomização das disciplinas para a instauração e funcionamento das "regras racionalistas" nos argumentos entre os pares.

<sup>32</sup> Na obra *Gramatologia* (1999), de Jacques Derrida, estas especulações são intensamente tratadas.

apresentação do texto científico, de modelos de realidade situados historicamente (LENOIR, 1997b).

A escolha de um padrão narrativo de objetividade é de suma importância nesta área de disputas por representações de verdade ou verossimilhança. Neste ponto, outros cantos da problemática da estabilização teórica da tecnociência e da manutenção de uma ordem política ficam encobertos se centrados apenas nas discussões da materialidade comunicacional (GUMBRECHT, 1998) ou da conformidade de percepção proporcionada pelo filtro laboratorial de Latour e Woolgar (1997). Um modelo de objetivação pode ser tratado também no que concerne a um recurso estético ideologizado pelo arbitrário da "alta cultura", naturalizado, compondo os manuais de ordenamento e construção de um texto científico "objetivo". A eficiência desse processo é a quase redundância do "fazer ciência" e da objetividade. A proposta de estudo da tecnociência acena, assim, para uma junção entre a prática científica centrada na materialidade de sua inscrição (os meios de perceber os objetos e traduzi-los) e as regras de interpretação fornecidas por instituições políticas e socioeconômicas solidariamente atadas.

As relações formadas em campos específicos da sociedade estão matizadas pelas relações dos grupos sociais em seu seio, grupos sociais estruturados pela incorporação do seu passado comum, dirigidos por categorias específicas de tempo, espaço, bem e mal, causalidade que enfeixam e situam a multiplicidade de obstáculos da existência. A despeito de uma ligeira autonomia do campo tecnocientífico<sup>34</sup>, este não está livre da inserção em sua área de atuação, de múltiplos conflitos acerca de categorias e conceitos que afetam a vasta região do plano social; categorias e conceitos ligados às condições sociais de elaboração por grupos parciais cortados por orientações específicas de valores, mas que os transmitem em esquemas universais de equivalência e competência. Faz-se necessário, então, tomar como base as próprias condições sociais fundantes da lógica das classificações sociais.

Como vários dos agentes entrevistados estão situados na órbita das comumente chamadas ciências agrárias ou rurais, mas ligados à especificidade de pesquisas de uma tradição de ciência físico-química ou biológica; ou seja, proximidade maior às ciências naturais do que às ciências humanas e sociais fica mais difícil persuadir o leitor não acostumado às teorizações que visam entender os processos de construção e desconstrução de mecanismos de percepção e descrição de realidades, da situação de inscrição de técnicas de

---

<sup>33</sup> Quanto a esta questão existe o clássico trabalho *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, de Woolgar e Latour (1997).

percepção que, apesar de ser considerada livre de valores, não escapa ao crivo da crítica epistemológica constante nestas ciências. É um revés para as teorias tradicionais, que crêem no objetivismo de uma realidade pré-dada, anterior à percepção. Não é nada fácil, porém, explicar os estudos que “antropologizam” ou mesmo “sociologizam”<sup>35</sup> as produções científicas. No máximo há um amparo na idéia de que as ciências que se referem à natureza ou às tecnologias imbuem-se do desejo de “dominar a natureza”. A universalidade desse desejo espalha-se aos quatro cantos das sociedades modernas com certa tradição e capacidade de pesquisa acadêmica ou industrial. Há mais homogeneidade teórica nestas ciências do que existe nas ciências humanas e sociais. A Física que se faz na Europa não é muito diferente da que se faz na América ou Ásia. Comparativamente às teorias usadas pelas ciências humanas e sociais que, a todo o momento, faz uma revolução científica (parodiando Thomas Kuhn), a questão da anuência temática e de produção de fatos é mais “clara” no conhecimento “livre de valor”. Ao que parece, a operacionalização de parte de uma “objetividade científica” e seu considerável consenso frente ao objeto de estudo está intrinsecamente ligada aos padrões de inscrição de sinais e de uma perspectiva intelectual sobre o mundo estabilizada. A discussão que se levanta é a estabilização mesma dos critérios cognitivos concomitantemente à instituição de um modelo de empiricidade através do realismo e instrumentalismo científicos. A vertente de pesquisa aberta pelos *Estudos de Ciência* — mais conhecidas por *Science Studies* — que tem como foco principal de questionamento o processo de construção da racionalidade e as disputas dos cientistas pela disseminação do conhecimento com maior isenção de falhas, será amplamente usada neste trabalho para mapear algumas questões levantadas até aqui e ainda sem resposta.

A junção entre os parâmetros de percepção e expectativas ligados a trajetórias sociais dos agentes técnicos envolvidos na pesquisa e a lógica do campo tecnocientífico permite um largo leque de problemas que vão desde os interesses econômicos, políticos e sociais que estão ligados à ciência, principalmente no que representa e influi — e por isso tecnociência — na produção de tecnologias até as condições discursivas e instrumentais de naturalização de concepções de mundo, solidificação do que é e foi natureza e sociedade. Os problemas enfrentados pelos estudos de Literatura Comparada quanto a disputas de padrões de narração permite, do mesmo modo, uma inclinação destes métodos ao que neste trabalho será encarado

---

<sup>34</sup> Autonomia que será relativizada às condições e particularidades da emergência do "debate científico" brasileiro.

<sup>35</sup> Aqui a ciência toma nova forma se vista pela ótica do perspectivismo dos estudos de Viveiros de Castro (2002), ou ainda de uma perspectiva construtivista, tentando por em xeque o monopólio do conhecimento pelos cientistas.

como um “campo de disputa”<sup>36</sup> pelos sentidos da noção de desenvolvimento rural, não obstante sua sublimação e aproximação feitas neste trabalho baseando-se na idéia levantada por Michel Foucault de *biopolítica* ou *biopoder* e que será tratada principalmente no quarto capítulo.

Como visto às pinceladas, o procedimento de naturalização na produção de fatos se conforma segundo um enchimento de projeções humanas sobre entidades que *a priori* não tem nenhuma vinculação com o humano. Assunto examinado de variadas maneiras nos certames sobre as relações sociedade/natureza, alguns destes apontam para o que aqui seria considerado um transporte de interesses sociopolíticos específicos na elaboração de representações de entidades como “natureza”, “rural”. O ajuste do desenho de uma representação é oferecido como equivalente a mais correta maneira de expressar a entidade. Considerando-a uma baliza de comparação, em vista de seu “caráter universal”, a representação de uma entidade, de um conceito, de uma idéia, está povoada de sentidos e vai se estabelecendo no decorrer do jogo de condensação de privilégios sociais nesses espaços abertos à universalização. Os estudos lingüísticos ou, de modo mais geral, as análises semióticas apresentam interessantes abordagens sobre a construção social do conhecimento científico, pois a recepção deste está firmemente associada a estratégias narrativas, retóricas e estéticas (aparência e conteúdo de capitais simbólicos) de grupos sociais em conflito permanente na imposição de perspectivas cosmológicas, políticas e sociais (sociodicéias) “convincentes”.

Uma forma de tratar a fusão destas estratégias de persuasão e imposição de perspectivas é através do que o olhar semiológico de Culler (1988) chama de marcadores de “autenticidade”. A recepção do “autêntico” decorre de um paradoxo. O autêntico não deve ser mediado, não deve ter um marcador explícito que assegure sua autenticidade. A mediação sempre existe, porém, no autêntico, intocado, o marcador está em constante subterfúgio, quieto, escondido. Apesar do trabalho de desconstrução semiótica de Culler estar ligado ao fenômeno do turismo em sua imersão no mundo local do nativo, em sua originalidade, seu estudo dá pistas para outras veredas em que a questão da originalidade, da autenticidade, esconde uma receita de percepção que percorre de antemão a construção do que deveria ser o original, quando não já apresenta o guia para mostrá-lo. Estes marcadores se apresentam de

---

<sup>36</sup> Próximo a estas questões, existem as pesquisas atuais em torno das estratégias retóricas dos agentes sociais na persuasão de grupos específicos ou da sociedade global das vantagens e verdades de suas idéias, e podem ser conferidas nas pesquisas acerca das “Arenas de Disputa”, principalmente em Hilgartner & Bosk (1988) e, no Brasil, Fuks (2001).

várias maneiras e em vários campos: a natureza intocada, um determinado cenário urbano no passado, o *souvenir* ideal<sup>37</sup>.

A autenticidade do discurso tecnocientífico envolve alguns recursos de linguagem que o distingue de outros (discursos). O conhecimento de mundo que a narrativa científica cria e dissemina passa necessariamente pela linguagem. Não há um modo direto ou não-mediado de falar do mundo pelo qual os profissionais da ciência tomariam uso. Nesse sentido é patente a importância das abordagens que levam em conta os efeitos da linguagem na produção de conhecimento. A recepção que o neófito ou profissional de ciência tem do conhecimento científico se faz dentro de estritos limites do modelo de transmissão de informação. A modelagem da linguagem científica possui seus marcadores que a diferenciam, por exemplo, da linguagem política, do jargão inserido no contexto sindical, da rotina policial e doméstica. A impessoalidade e a tentativa de objetividade são parâmetros que identificam ou etiquetam o texto científico em uma primeira vista. A impessoalidade arrebatada do sujeito o objeto de estudo e explanação, caracterizando uma forma de texto com especial efeito de verdade.

O mascaramento do sujeito, a voz passiva, o apagamento da primeira pessoa no discurso objetivo focalizam a ordem de observação, explicitação e manipulação do objeto. Este existe (do modo como é mostrado) independentemente da pessoa — neste caso “não-pessoa” — que constrói o objeto do discurso. É como se o objeto existisse por si só, em um *fiat lux*, como se a linguagem fosse transparente a ele, uma lente que o focalizasse melhor, sem nenhum falante, os objetos parecem ser apresentados e narrados por si próprios. Este “apagamento” do sujeito constitui um dos processos de sintaxe discursiva, ou o modo como se estrutura a ação de um discurso, que na retórica científica — como exemplificado — costuma se dar pela objetividade narrativa, como se o próprio objeto estivesse se mostrando em sua passividade e estabelecendo assim, um vestígio de verdade.

A sintaxe discursiva cria os efeitos de verdade, das estratégias narrativas de persuasão e convencimento, sempre dependendo da expectativa dos interlocutores e do espaço social em que se dá a fala ou a escrita. É uma regulação em que o falante ou escritor estabelece um plano de efeito de seu discurso no outro, e assim, encaminha-o seguindo a melhor forma argumentativa para cada ocasião de interlocução. Já a semântica discursiva é o enchimento de sentido proveniente das formações sociais na estrutura sintática do discurso. São conjuntos de significados que formam grandes temas empregados cotidianamente por uma sociedade. Temas que sofrem variações superficiais em virtude de litígios políticos, mas que trazem à

---

<sup>37</sup> Timothy Lenoir usou de forma interessante Jonathan Culler, fazendo uma brilhante exposição de como a natureza foi representada e “autenticada” em alguns museus de história natural (LENOIR, 1997a).



lembrança blocos quase inalteráveis de visões de mundo. Fiorin (2001) deu bons exemplos destas imagens, anexins que movem a vida diária: “os homens são desiguais por natureza; na vida, vencem os mais fortes; o dinheiro não traz a felicidade.”

O refino de qualquer resquício de subjetividade é uma das artimanhas que a linguagem científica encontrou em sua rigorosa economia lexical e sintática. Uma estratégia de universalização conscientemente formulada e apreendida que tenta, em sua fluência, não deixar os rastros da materialidade e impessoalidade intencionalmente construídas. Sua orientação é apontar a realidade que “aparece” fora da linguagem. Não a interessa evidenciar a si mesma enquanto uma opacidade que institui o traçado de uma realidade; sua dinâmica é oferecer-se transparente, sem mediação, sem a perturbadora sinfonia sinonímica das palavras. A linguagem da ciência não é apenas um aglutinado de termos técnicos usados a esmo; é gerada e ajustada para expressar convenientemente determinadas situações da realidade. Ela só fará sentido se usada em um contexto específico, controlado pela expectativa da recepção do ouvinte ou leitor, geralmente já iniciado e competente.

### 2.3 CIÊNCIA NA DIREÇÃO DA VERDADE

A busca mais saliente das ciências é a verdade. Métodos para encontrá-la ou produzi-la existem em abundância, não obstante a concorrência pelos padrões autorizados de produção. A forma de enunciá-la, decifrá-la em meio a caotização mundana, entre as declarações resguardadas das narrativas teóricas, é disputada através de capitais simbólicos que legitimam e materializam uma determinada verdade. Esta verdade só se materializa na linguagem, no concurso das circunstâncias socioculturais em que é usada. No processo de deciframento, a verdade não é dócil, só se estabilizando quando amarrada pelos laços de uma teoria. Para beneficiar-se dela, interrogá-la, é necessário conhecer a técnica dos nós de sua tessitura. O deciframento da verdade implica a capacidade de saber desconstruí-la, entender que erro e verdade se complementam no enredo que os enunciam, não existindo um sem o outro. Não há verdade por si só, ela está envolvida por subjetividades relacionadas às disputas do certo e errado. Por experiências que devem ser entendidas como esquemas históricos de percepção da realidade. Princípios na montagem da verdade são postas como balizas vigiadas. O princípio da não-contradição, por exemplo, forma um enredo que comporta, para muitos, a primeira baliza de onde parte o molde instituidor da verdade. Estes princípios serão empregados socialmente como estratégias estabelecidas por grupos sociais em suas tomadas

de posições. O exemplo usado aqui não é uma crítica à não-contradição em si, mas aos usos desta por agentes sociais que, esquivando-se, na maioria das vezes, ao explicitamento de sua estratégia “desinteressada do conhecimento”, encobertam relações de poder. A tomada de posição dos agentes sociais está limitada pelas estruturas sociais, mas os agentes não se limitam a reproduzi-las, tentam agir estrategicamente visando a implementar interesses pessoais dentro das possibilidades dadas pelas estruturas. Agentes que produzem “verdades legítimas” (cientistas, por exemplo) irão objetivar no ideal da produção de verdade uma “coincidência” com as disposições de demandantes que ocupam as posições sociais hegemônicas ou de domínio.

Não há como encontrar uma verdade passivamente; ela jamais é dada, é “prêmio” de uso (ou capital) para os que a enunciam laureadamente, após a luta de sua posse e legitimação. O dado está em meio a signos que o denunciam como construção cultural, desmascarando sua naturalidade. Normalmente a verdade é entendida como uma homologia entre uma coisa verdadeira, que se apresenta à evidência sensível, e uma enunciação adequada a esta evidência. Esse processo de construção de verdades é entendido como algo evidente, oferecido corriqueiramente ao sujeito.

Outro modo de entender a verdade é aquele que imagina um caminho ou método único para o encontro entre o pensar e o ser. No entanto, a verdade não seria esse encontro, mas a própria abertura das possibilidades de trilhas entre o ser e o pensar. A coisa só se apresenta pela linguagem quando de uma *abertura* entre ela, a linguagem, o falante e o ouvinte. Para Heidegger (1979), esta abertura só é possível com a liberdade, e é através deste colocar-se diante das possibilidades da coisa que a proposição de um sujeito não é apenas uma proposição, mas uma abertura à verdade, à verossimilhança, uma fundação que remete não apenas à coisa, mas também, ou essencialmente, ao sujeito.

A prática científica, vista pelas novas abordagens em história das ciências, não é homogênea e estável nem no tempo, nem em lugar<sup>38</sup>. Essas discontinuidades da ciência são aferidas segundo diretrizes voltadas a questões do presente. A produção científica das ciências naturais e exatas, apesar de manter uma narrativa que lhe dá um sentido de cumulação, dificilmente usará dados — ditos obsoletos ou antiquados — fora do contexto tecnológico e experimental em que foram produzidos e utilizados. Exceção é feita às ciências humanas e sociais, pois estas não descartam questões levantadas longinquamente, não descuidando,

---

<sup>38</sup> Basta verificar a reviravolta nos estudos da ciência proporcionada pelo livro de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, ou ainda, na mesma perspectiva de uma história da ciência constantemente falseada e feita aos saltos, as contribuições de Gaston Bachelard, Alexandre Koyré, além de Georges Canguilhem.

evidentemente, da situação contextual da produção do fato. Os clássicos destas mantêm um atual e constante apanhado de meios heurísticos, um conjunto de idéias vigorosas que segue a força de orientação teleológica da formação social em que se originou. Para as ciências denominadas *hard*, o levantamento histórico da disciplina não tem o mesmo efeito de atualização e recorrência que os clássicos da filosofia e ciências humanas e sociais; são mais pontos de comparação às perspectivas que vigoram no presente, leitura lúdica que estabelece congruência e unidade de ânimo entre seus pares, mas que, ainda assim, demonstram descontinuidades temáticas e metodológicas, novos viéses cognitivos, talvez mesmo mudanças de estereótipos do que seja um cientista, principalmente para quem está fora do campo de atuação profissional.

Pelo que os novos estudos da ciência indicam, não há como achar “fatos puros” passivos de serem utilizados em qualquer tempo e lugar. É uma crítica provocante das premissas de um conhecimento proveniente das descrições das leis e estruturas derivadas dos fenômenos averiguados. Os enfoques teóricos desses novos estudos em ciência examinam a produção científica pela perspectiva do outro, do olhar etnográfico e também pelo enfoque dos estudos de gênero que dão conta da ciência como uma produção cultural. Teorias são vistas como moldes que conformam os princípios de uma realidade, disseminando suas visões a outros campos, graças ao seu valor social enquanto atividade de conhecimento. Como foi visto há pouco, as narrativas disciplinares trabalham em favor da coerência de um ramo do conhecimento — criando um sentimento de pertença entre os pares de uma “tradição” do pensamento — demonstrando sua relevância para a sociedade e órgãos financiadores, além de estabelecer ligações entre público leigo e especialista, através da história da disciplina e suas curiosidades que despertam interesse.

Não obstante os estudos de ciência não produzirem dados *stricto sensu* para uso particular da produção disciplinar, eles facultam a percepção do percurso epistemológico de uma ciência, suas descontinuidades e reorientações, e ainda, as conexões com traços ideológicos, crenças e ideais de um determinado grupo social. Neste caso, uma particular apreciação crítica desses estudos se dirige a uma história disciplinar que suaviza irregularidades epistêmicas, passadas pela impressão de continuidade e acumulabilidade, descartando ao limbo das memórias menos persistentes pressupostos que hoje são considerados erros, mas que em seu contexto histórico tinham sentido de verdade e respaldo institucional majoritário.

Como neste trabalho os discursos dos agentes entrevistados sobre a noção de DR e seus temas adjacentes é a seiva que alimenta um crescer de questões sobre “a verdade” desses

discursos, ver-se-á que a verdade destes não decorre apenas de um fluxo coerente, universal e imparcial da fala ou da escrita. A verdade surge do cruzamento de discursos, engasgos provocados por dizeres que evidenciam conflitos pelo apagamento da voz do outro. Nesses esbarros aparecem as sutilezas dos signos que se impõem aos falantes, permeando as brechas das costuras do arbitrário que a lógica não consegue cobrir. Ou seja, um registro de erro que clareia uma verdade latente (ato-falho). O caráter contraditório e ruinoso com que é vista a oposição entre verdade e falsidade no interior de um mesmo discurso é uma invenção de parte da filosofia grega (Platão, principalmente) contra a “verdade poética” dos *aedos* (GARCIA-ROZA, 2001). A tradição psicanalítica aproveitou-se muito bem deste duplo habitar (do falso e da verdade) em análise do discurso que, no fim, aponta a invenção do discurso filosófico-científico como uma técnica de retirada do “eu” discursivo, dando ao discurso uma pretensa autonomia frente ao enunciador e às bases socioculturais que o produziu.

Desde a artificialização da palavra no século VI a.C., ou seja, quando se retira da realidade a palavra enquanto coisa e torna-a mera imagem do real, pode-se compreender a noção de verdade no ocidente como uma confluência de valores dados à palavra. A palavra da classe guerreira grega, por exemplo, era vista mais como persuasão do que compromisso com a verdade. Palavra enquanto exercício abstrato conflitante através do diálogo, onde a palavra de cada falante tem o mesmo valor (desde que da mesma classe). Essa concepção da palavra igualitária irá influenciar uma nova versão da função da palavra entre sofistas e filósofos gregos (GARCIA-ROZA, 2001).

A inscrição da verdade no discurso não está separada de uma organização social que a constitui pelo conflito. Como foi visto acima, a mudança do valor da palavra entre a classe guerreira grega e a soberania de um rei, que tinha a verdade na palavra, fez do discurso sobre a palavra uma extensão do campo de batalha. A função que a palavra tem em uma formação social está ligada à narrativa e memorização da ordem do real, com uma constante ritualização dos principais mitos que caracterizam e estruturam a glória do passado comum, das esperanças do devir e da construção das essências fundantes da sociedade. Verdades conflitantes, fumaças das diatribes que valorizam ou desvalorizam as formações ideológicas dos grupos sociais em entrechoque.

No cotidiano se estabelece a opinião (*doxa*), é o lugar do desamparo da certeza. E foi com opiniões que o material empírico desta pesquisa foi organizado, tornando-as vozes que comportam saberes, porquanto associadas geralmente ao engano, pois livre da reflexão e autocorreção da consciência. Sendo fruto de uma abordagem psicanalítica — decorrente da leitura das transformações das noções de verdade na Grécia antiga — a opinião é entendida

como portadora tanto da verdade, como do falso. Na opinião não se encontra a orientação vigilante à verdade; ela se desenvolve conjuntamente com a dicotomia falso/verdadeiro, não havendo nos falantes a tensa preocupação com transparência e iluminação da verdade, mas sim com a formação da subjetividade via comunicação e prática entre sujeitos arrastados pelos discursos do cotidiano.

A opinião enquanto atividade horizontal *entre iguais* não se encaixa bem ao propósito científico-filosófico como crença na sinonímia entre verdade e objetividade. A opinião, ao não se balizar em uma garantia de verdade, será constantemente atacada pela certeza gerada na dúvida sistemática, e na busca da estabilização conceitual, tendo em vista o projeto cartesiano — ou parte do conhecimento ocidental após o século XVI — procurar a certeza na consciência quando perdeu a possibilidade dela no real, no mundo sensível. Levando em conta a consciência como morada da certeza, ainda assim, fica irrespondível a questão contrastante entre o dizível e o indizível, a não-transparência inserida no *cogito*, constituído pela variação permanente entre ocultação e a verdade do sujeito.

A palavra no campo tecnocientífico é institucionalizada. A ordem instituidora de sentido entre palavras e coisas só é comum entre pares que passaram por determinadas condições sociais de incorporação de legitimações por parte do enunciador, cristalizadas no seu vocabulário, em sua retórica persuasiva, no *habitus* remetente ao campo que alenta a permanência de um discurso legítimo. Considerando que o confronto de opiniões pode produzir saber, fica a questão da legitimidade daquelas; a verdade expressa em uma opinião precisa, para ser verdade, se concretizar no enunciado através da naturalização de arbitrários das formas de dizer, da ordem cuja relação entre coisas e palavras produz sentido.

E já que as circunstâncias e finalidades deste trabalho estão envoltas na procura de “verdades”, é válido adiantar que esta não estará apenas na não-contradição dos discursos sobre DR aqui revelados. A livre fluência das associações de sentidos se fará da maneira mais diversa e imprevista, surgindo amostras dos lapsos e ambigüidades das palavras, fruto de exigências que não significam explicitamente, irrompendo fora do discurso conceitual (campo seguro da ciência) e dando-se à mostra nas opiniões. Contudo, por um gesto de ironia, este trabalho utiliza-se de opiniões para expressar suas “verdades e erros” na forma do discurso teórico-conceitual.

Atentar ao engano do outro é a maneira de criar a intersubjetividade. Sem o anseio da espera do engano e com o predomínio da verdade, não há possibilidade da subjetividade, apenas uma contínua verdade encobrendo invariavelmente a tudo (GARCIA-ROZA, 2001). O apontamento ao engano ou à verdade se dá através da palavra; esta, ao contrário do

comumente imaginado, não aponta para o objeto, mas para outras palavras, outros signos. Forma-se, assim, uma rede de signos distribuídos socialmente, uma teia simbólica da realidade materializada no pensamento ou na linguagem, nuançadas pelas diferenças sociais em suas relações de força.

O discurso científico almeja, desde seu início ao ponto final, a não-contradição como o caminho da verdade. Esta aposta tem como garantia a supremacia da consciência<sup>39</sup> na coisa apontada por ela e materializada na fala ou redação. Mas o ato de apontar tem consigo a ambigüidade, pois não há certeza a que local especificamente aponta. Quanto à ambigüidade da indicação da coisa pela palavra, tem-se um exemplo disso, dado por Neiva Júnior (1992), exemplificando que não há garantia de um conhecimento total e indiscutível. No caso, usa-se um exemplo radical, quando a comunicação é dificultosa em virtude do desconhecimento total da língua do outro, de seus signos; porém, fenômeno constante na comunicação corriqueira, pois a intercomunicação é aproximativa, sempre dependente das formações sociais, grupos sociais e campos em que estejam os agentes.

Como relata Neiva Júnior,

Diante de um informante e de um antropólogo, cujas línguas e pessoas não tenham tido qualquer contato, passa um animal que, à primeira vista, classificaríamos como *coelho*. O informante diz *gavagai*. O antropólogo não sabe o que compreender, oscila entre termos e aproxima-se, hesitante, de vários significados possíveis: coelho, estratégia de coelho, partes integrais de coelho, fusões de coelho e coelhicidade (*rabithood*). Qual dos significados é definitivo? Nenhum e todos. O processo geral é tentativo. Não há como definir qual a representação que corresponde absolutamente a seu objeto (NEIVA JÚNIOR, 1992, p.73).

Não é para a coisa que o sujeito aponta, mas para o signo, parte de algo maior, e em sua particularidade, tropeça pelas vias da linguagem, nas irrupções momentâneas do inconsciente com suas ferramentas de tradução. O inconsciente, ao ser espaço de sentido, permite, ao seu modo, uma simultaneidade de sentidos, mesmo opostos, que se relacionam sem se excluírem, outra via da verdade que não a da não-contradição.

## 2.4 COMUNIDADE DISCIPLINAR

Como nesta dissertação se está tratando de analisar entrevistas de um determinado grupo de agentes em peculiar campo social (o tecnocientífico), com seus saberes

---

<sup>39</sup> Garantia posta em dúvida pela “cultura da psicanálise” quando da invenção do inconsciente e seu amplo domínio nas ações humanas.

especializados, seus sistemas de poder e privilégios específicos, neste tópico será discutida a constância de conduta dos agentes dentro de suas áreas de conhecimento especializado. A disciplina, enquanto um sistema de saberes que age sobre o corpo humano e não apenas instituições, regulando comportamentos e práticas corporais, é o elemento chave para entender como a ciência, sendo heterogênea e multifacetada no tempo e no espaço, pode formar uma rede que apanha, absorve e comunica em vasto e acidentado campo, instrumentos, dados e técnicas de disciplinas diversas. É o que atua como elemento comum no funcionamento de ciências não unificadas, promovendo suporte à dinâmica da autoridade científica, formada pelo encadeamento da capacidade técnica com poder social. Mais que processos cognitivos comuns e consenso epistemológico é a disciplina que envolve o campo tecnocientífico com sentido, tanto interno, entre os pares, quanto à sociedade capitalista onde se insere, regulando uma economia de práticas na organização, estabilização e funcionamento de um ambiente científico marcado pela heterogeneidade.

Nas mais diferentes atividades do dia-a-dia a disciplina comporta esquemas de percepção e ação. Não poderia deixar de estar relacionada, assim, à atividade de produção científica, delimitando áreas específicas do conhecimento, precisando a rede de privilégios e responsabilidades destes territórios de saber. Seu funcionamento é marcado pelo treinamento e exigência de perícia no uso de equipamentos, regramento no roteiro e controle de um experimento. Habilidades práticas que são adquiridas enquanto esquemas corporificados na relação de uma arquitetura cognitiva com a produção e consumo de conhecimento e na sua comunicação. As escolhas e práticas científicas estão diretamente ligadas a uma hierarquia social dos objetos e os métodos de ajustá-los e debatê-los no interior de uma dada disciplina.

A idéia do funcionamento disciplinar nas ciências possibilita novos entendimentos sobre os usos de modelos discursivos e práticas institucionais que se organizam coerentemente entre si, dirigindo os interesses do mercado de consumo e produção de conhecimento às instâncias que controlam recursos financeiros ou representam as conexões técnicas de ordem histórica que ajudam na estruturação de relações de poder da sociedade ocidental moderna. As disciplinas científicas não funcionam seguindo apenas a lógica interna da estrita produção científica. Elas se estabelecem de modo mais geral pelas relações entre a economia política de uma formação social e as configurações legítimas de produção de saber/poder que regulam a dinâmica social e econômica da sociedade. As relações entre esses pontos gerais e de ordem interna do território da pesquisa (acadêmica ou não) estão inseridos na lógica de constituição das disciplinas enquanto “estruturas essenciais para a sistematização,

organização e a corporificação de práticas institucionais das quais dependem tantos os discursos coerentes quanto o exercício legítimo do poder” (AMARAL, 1997, p. 121).

Há uma diferença entre programas de pesquisa e programas disciplinares empregada e relevada mais como artifício intelectual do que acontece na dinâmica da atividade científica. Ambos programas se orientam e se envolvem mutuamente na formação de uma relação estreita entre atividade de pesquisa e questões políticas envolvidas na construção das disciplinas.

Programas de pesquisa estão ligados à resolução de problemas do conhecimento, concentrando menos em parâmetros disciplinares, como conteúdo e fronteiras do conhecimento, do que com assuntos técnicos associados a bases instrumentais que possibilitam inovações e descobertas da área. Já os programas disciplinares têm sua orientação baseada em parâmetros institucionais, envolvendo grupos de usuários através de elos entre disciplinas adjacentes e rotinas de desempenho disciplinar. Submete à interpretação para uso, ferramentas, conceitos e técnicas de uma área para outra (áreas afins), além de desenvolver o treinamento dos novos profissionais. A constituição de um regime de verdade não se estabelece sem pontos de conexão entre as esferas dos programas de pesquisa e as dos programas disciplinares. Resumindo, os programas de pesquisa servem para definir e controlar o campo científico, enquanto os programas disciplinares servem para o controle da sociedade. Cada um estabelece no outro, pontos de conexão e condicionamentos recíprocos, resultando em uma dinâmica de influências múltiplas.

O conjunto de disciplinas científicas não está orquestrado por uma racionalidade unitária e constante, principalmente quando atentado para a formação disciplinar da maioria dos entrevistados desta pesquisa: as ciências agrárias. Além disso, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a ciência é vista não apenas como um substrato submetido à razão, mas ao devir-a-ser da humanidade, um conhecimento como um projeto. Aumentou as considerações a respeito dos efeitos morais dos conteúdos da ciência, onde e como a praticam, as forças que a sustentam e instituem-na para uso, sua autonomia. A ciência é vista como um complexo de relações objetivas de forças, guiadas por objetivos sociais dominantes, indo além de suas cadeias lógicas estereotipadas na validade do conhecimento produzido, mas pelo seu lugar fundamental nas questões geopolíticas.

A perspectiva teórica à produção científica tomada pelos Estudos da Ciência não é uniforme e, muito menos unificada, mas entre as linhas desses estudos diferenciados em métodos e temas, existem alguns pressupostos comuns. Dá-se as costas a um conhecimento que se queira totalizante, com referências universais, eivados de transcendências e essências e



busca-se apoio em um pensamento relacional. O real se forma na relação, não há uma substância a ser apreendida, há sim relações que formam a substância; modificando a relação (social, por exemplo), modifica-se a substância percebida. Até agora estas referências e elementos metafísicos de uma racionalidade universal se validaram sobre um pensamento eurocêntrico, localizado; não obstante sua luta por uma pretensa universalidade. Os sucessos alcançados até agora pelos usos das ciências nos engendramentos tecnológicos são estudados pela perspectiva referida, de modo a valorizar a prática científica inserida e condicionada por uma sociedade, e não tanto a procurar as bases racionais que na sua transcendência dirigiria da melhor forma possível o conhecimento científico. Embutiu-se junto às reflexões sobre o encadeamento lógico das formulações “seguramente racionais e universais” dos estatutos epistemológicos científicos, investigações que consideram as problemáticas provenientes da sociologia, antropologia, economia, história; abrindo amplo espaço de estudos críticos, revisões e resignificações do que anteriormente era objeto estável e carregado de certezas.

O controle disciplinar de um conhecimento é muito mais enfático, e por isso sutil, no que *não se pode dizer* — e se dito arcando com os constrangimentos implícitos — do que no que *pode dizer*. Uma disciplina científica orienta não só o conteúdo/forma e direção de uma discussão, mas também, suas regras para o alcance da legitimação e, ainda, mecanismos para atrair ou excluir membros do círculo de seus interesses via um programa educacional, reprimindo instintos e inculcando regras e também, por treinamento, desenvolvendo instintos e inculcando hábitos. As exigências ao agente produtor de conhecimento científico são feitas de dois flancos não necessariamente excludentes. Um conjunto de exigências pode ser feito do ambiente institucional onde o agente ou grupo se faz vinculado<sup>40</sup> ou de exigências externas ao ambiente, vindas de seus pares de especialização para os quais põe à prova suas idéias segundo padrões racionais de contestação.

## 2.5 A PRÁTICA CIENTÍFICA

Uma das dimensões básicas da vida social e do campo tecnocientífico, em particular, é a luta pelo reconhecimento. Este envolve a disposição a jogar com certas regras em um campo com capitais previamente estipulados pela luta histórica entre grupos sociais e articulados por uma economia de valores simbólicos. As regras do jogo são fixas (apesar de estarem em pauta de mudança, quando da luta entre agentes em um campo), mas as disposições dos agentes em

seus objetivos pessoais — não diferindo muito em desejos e esquemas de ação do grupo do respectivo campo — para o jogo e as estratégias de lances de momento — estando ligadas às predisposições vinculadas às trajetórias sociais de cada agente — se processam em certo nível de possibilidades, por vezes imprevisível.

A ligação que a divisão das disciplinas científicas tem com a forma de organização do ensino — desde o fundamental ao superior — é notória, inculcando ordens de classificação da realidade, designando categorias do pensar, estruturando mentalidades desde cedo, ajustando-as assim, aos requisitos que mais tarde serão selecionados nos vestibulos como atributos essenciais da carreira científica. A educação escolar e científica é uma das instâncias, mas não a única e, no Brasil talvez, não muito relevante, pela insuficiente autonomia das regras de um *ethos* científico. A formação das “prenoções”, de filosofias sociais, da percepção de identidades sociais e conformações político-ideológicas estabelecidas é proveniente de outros campos de poder (econômico, político e cultural principalmente) e adotados nos critérios de existência de uma disciplina<sup>40</sup>. Atentando ao argumento de que ordens classificatórias implicam formas de organizar a realidade, os grupos sociais dominantes impõem conseqüentemente suas taxionomias sociais, criando e reproduzindo estreitos laços de dominação. O arbitrário classificatório fixado pela educação escolar ensina e avalia a solicitação futura, demandada pela perspectiva científica aos novatos da carreira. Esses esquemas de percepção são arranjos sociais de grupos dominantes, naturalizados nas formas de juízos científicos. Pensados como construções rigorosamente neutras e imparciais, seu uso é um *a priori* social, anterior ao ato de “fazer ciência”, mas cravados e remodelados eufemisticamente em sua pura e fria linguagem.

O campo científico costuma ser o espaço de excelência na produção — forçosamente ou não, dependendo de para quem é dirigida a justificativa de seu trabalho — de peculiares objetos universais, mesmo, e talvez por isso, tendo agentes trabalhando sobre interesses pessoais, de corporações, ou de determinados grupos econômicos. As ciências e seus desdobramentos tecnológicos formam um campo de interesses estruturados sobre certas condições sociais de emergência do universal (BOURDIEU, 1990). Como todo campo, o científico, ou o aqui considerado tecnocientífico, possui suas regras internas de funcionamento e regulação dos regimes de verdade pertinentes e específicos, marcados pelo

---

<sup>40</sup> Instituição onde mantém sua folha de pagamento e segue regras às promoções de carreira ou de forma ampla ainda, o sistema de crenças, valores e mitos infiltrados em sua produção científica.

<sup>41</sup> Principalmente das disciplinas ligadas às ciências humanas ou sociais e tendo como oposição e ideal às “prenoções ideológicas” nestas ciências, um “racionalismo aplicado” bachelardiano. Sobre isso conferir artigo de Coradini (1996), que trata das especificidades e condições de uso do referencial teórico de Pierre Bourdieu.

momento histórico e pelo lugar em que se dão. Os embates formados sobre os caminhos das verdades variam segundo o grau de autonomia do campo em questão. Regras podem ser superpostas, dividindo ou variando os capitais de autoridade e autorização de uma verdade ou preferência temática, no caso de um campo não significativamente autônomo — influência política ou religiosa, por exemplo. Quando o campo é intensamente autônomo, as disputas se dão sobre cânones metodológicos internos e princípios de racionalidade geradores de verdade.

A tecnociência está estruturada e se construindo em um campo, em um espaço de jogo historicamente constituído, com suas instituições específicas (academias, escolas, universidades, institutos, laboratórios) e leis próprias de funcionamento. Existe, em um campo, um conjunto de posições instauradas em meio à luta pela autoridade dos limites e definições do respectivo campo, bem como pelas posições legítimas de objetivação da realidade. Para impor uma definição de ciência é necessário colocar limites aos problemas despontados, tornando-os pertinentes (cientificamente) a um domínio teórico dominante, acrescentando a isso, muito comum na desvalidação de uma teoria concorrente, a validade ou não dos métodos, indissociáveis das posições teóricas em disputa.

O que está em jogo em um campo é constituído pelas relações de forças em seu interior, provocando ação e rivalidades ao mesmo tempo em que o produto desse jogo (a verdade) é constantemente reatualizado através desses choques. As classificações tão importantes à narrativa científica — principalmente das ciências humanas e sociais — provêm, como tantas outras, de práticas e representações dos agentes ligados às condições sociais de produção destes esquemas classificatórios referidos objetivamente a um campo social. Esquemas de apreciação da realidade que, ao classificar coisas e seres vivos, acabam autoclassificando o enunciador. O *habitus* torna-se efetivamente operante, em harmonia com o campo, quando encontra, no presente, as condições em que foi gerado. Isso implica um *habitus* que pode estar ou não bem acomodado através de disposições e propensões ao campo de sua atuação. Ao incorporar as estruturas constituintes de um campo, o agente “prevê” o encadeamento de ajustes operativos deste, seguindo sem traumas e “naturalmente” sua lógica de funcionamento. Quando bem “ajustado”, o *habitus* de um agente antecipa o caminho presumido (de máximo lucro) do campo, evitando tropeços e desvios desnecessários. Quando a história incorporada de um campo não se atualiza com as transformações do respectivo campo, o *habitus* torna-se anacrônico, não proporcionando ou efetivando as ações esperadas de um mundo social. A maior parte das ações do agente parecerá então desequilibrada socialmente.

O interesse intrínseco de uma pesquisa comumente é associado ao prazer do conhecimento em si, um ato voluntário de ascetismo auto-recompensador, a boa nova gerada pelo pesquisador/a. Há um certo esquecimento, porém, em virtude da maneira como é gerado e orientado o interesse teórico "desinteressado" da autoridade científica, através do esquecimento de seus fundamentos sociais de arbitrariedade, de que a produção da novidade científica está agregada também, à repercussão da pesquisa na comunidade científica, esta conferindo, na melhor das hipóteses, a importância e autoridade da pesquisa tornada pública (BOURDIEU, 1983). Não existe uma diferença visível de interesses intrínsecos e extrínsecos em uma pesquisa, sim uma conjunção e seleção de possibilidades temáticas. O que é posto como interessante e importante por uma comunidade científica, geralmente, por ajuste de sintonia, será o relevante e pertinente a um pesquisador/a ou grupo de pesquisadores envolvidos com certos métodos e temas. Essa idéia está associada ao escrito anteriormente sobre a antecipação "natural" do caminho de um campo por um agente com maiores chances de lucros, pois portador do capital interessado no momento em um campo específico.

O ajuste entre as pesquisas e os temas "importantes" ou prioritários em uma situação local e histórica trará maior repercussão e lucros aos pesquisadores "sintonizados" com as demandas de seu tempo, contando ainda que a autoridade científica, sendo uma espécie de capital simbólico, tem, atualmente, um valor de troca muito importante na acumulação de vantagens em outros campos. É o caso de um capital científico específico servir prestigiosamente na argumentação e legitimação de ações políticas em outros campos.

O capital simbólico é o conjunto de capitais conhecidos e reconhecidos como óbvios em uma sociedade, tem uma força estipulada relacionalmente no mercado de trocas. No sistema de lutas dos campos, os capitais são atuantes (capitais econômicos, sociais, culturais etc.) e relacionados segundo o volume, quantidades e tipo de capital acumulado às posições relativas tomadas pelos agentes em seu interior, bem como às suas práticas de vida, dependentes dos recursos e estratégias na luta material e simbólica.

Os capitais encadeantes de uma trajetória social e profissional abrem à perspectiva do agente social uma gama de aspirações "ambiciosas", "vultosas" ou mesmo "humildes" disponíveis e oferecíveis — mas desigualmente distribuídos — desde o sistema escolar até a carreira científica. A concorrência neste meio se faz sobre capitais acumulados e disputados de várias formas, levando, às vezes, a uma mudança de temas de pesquisa por parte do agente, justamente para se inserir em uma disputa menos aguerrida quando seu capital específico não se comporta eficazmente diante da pungência da luta.

Como em qualquer campo, no tecnocientífico os agentes têm para si capitais específicos adquiridos de forma variável, como variável é uma trajetória social. A produção disponibilizada no campo para ser apreendida, reproduzida e usada eficazmente, precisa de uma chave de abertura, ou seja, o capital específico ligado à produção mesma do trabalho científico e assim, dependendo do grau de homogeneidade da autoridade científica entre os companheiros em disputa, ser por eles apropriados ou censurados. Nas lutas particulares por cooptação e distanciamento das posições objetivas dos agentes, no jogo da ciência validada como oficial (na tradição kuhniana, alguns diriam "normal"), existe um fluxo de formações ideológicas tomando parte neste jogo. O principal objetivo dessa concorrência é universalizar e convencionalizar particularidades teóricas (visões de mundo), aberturas ao mundo compreensíveis e inteligíveis aos agentes que a objetivaram enquanto estados particulares universalizados. O desinteresse interessado não é exclusividade do jogo científico, como é tão reforçado aqui, basta ver a distância tomada por artistas, intelectuais e religiosos aos elementos “ordinários da vida”, como dinheiro ou bens materiais com forte simbolismo de superfluidade.

Mesmo interesses particulares estando de certo modo nas prioridades do jogo dos agentes da ciência, por vezes, e dependendo do ponto de vista, o exercício do jogo se torna proveitoso tanto aos dominantes e dominados, ao enriquecer suportes críticos a preconceitos de autoridade e possibilitar benefício (bem-estar) a modelos de ação política e tecnológica para grande parcela da população. População esta, aliás, incluída em um sistema social para ser dominada, não obstante ser chamada de excluída (é necessário estar incluída em determinado sistema social para ser dominada por este) e ser confiada justamente aos avanços científicos para esse domínio e controle. O fazer ciência fica mais claro quando se dá, principalmente, uma abertura ao impensado na disputa científica: questões como carreira acadêmica ou institucional, recursos financeiros e a seleção dos perfiz prioritários, frutos de arbitrários socioculturais promovidos por ação pedagógica, e não por uma razão iluminada e enalacrada na humanidade. Quando estas questões são somadas e consideradas no jogo, estabelece-se uma crítica arguta à ficção da neutralidade científica e a sua autoritária propensão à construção de uma ordem discursiva irreduzível, interessada pela representação dominante do mundo social. Essa postura crítica<sup>42</sup>, com forte tradição no historicismo, evidencia uma luta política por tradições de pensamento, buscando autonomia — pressuposto do descomprometimento político — das pressões de grupos sociais específicos e variados.

---

<sup>42</sup> Crítica constante às categorias de análise do outro e às categorias de análise da análise do outro, ou objetivação do sujeito objetivante, sendo este também, o próprio analista.

O questionamento aos esquemas de pensamento impensáveis, aos subentendidos não tocados pelo debate aguerrido das questões "objetivas e científicas" deve cruzar, além das posições objetivas dos agentes/jogadores, toda a produção textual, deslocando também, aos processos estilísticos da cientificidade, a tese do assujeitamento. Este é proporcionado, por exemplo, pelo relato "limpo", pontualmente claro e enxuto, que dociliza o texto e o pensamento, deixando-o "menos literário", estabilizando regras de avaliação da estrutura textual em nome da facilidade do conhecimento pelo público e anatematizando as fugas aos padrões como linguagem elitista. Forma de contenda comum entre nichos tradicionais das ciências humanas e sociais de origem anglo-saxã e francesa ou ainda "continental", que, no fim, são traços de posturas teóricas diversas, derivadas das "tradições acadêmicas e escolares" dessas sociedades<sup>43</sup>. A inscrição textual, além de objeto de disputa, é a maneira de fazer (ou obrigar a) circular em crenças do objeto legítimo, das idéias "claras e centradas" e dos métodos reconhecidos.

Não importa o lugar postado pelos pares-concorrentes no campo tecnocientífico — de forma radical, se a favor ou contra uma ciência disciplinar oficial —, há um relativo acordo da existência do campo<sup>44</sup> em razão de escolherem e não abrirem mão — geralmente, pois dependente de capital simbólico acumulado e das estratégias em seu interior — de suas posições e, mais importante, instaurarem uma dinâmica de censuras e controles no campo. Todavia, não exercidas por locais fixos de poder, mas sim pela "relação objetiva entre adversários cúmplices" (BOURDIEU, 1983, p. 153) que, na discussão, delimitam as fronteiras das questões legítimas, além, é claro, como foi discutido no parágrafo anterior, de alterarem e/ou dar manutenção a um cânone lingüístico em suas alusões teóricas e autorais, apresentadas e reconhecidas como substancialmente científica.

Este campo, então, é um sistema de estratégias formado por posições correlacionadas e opositoras entre os agentes, engendrando representações de ciência que legitimam a posição mesma da qual é derivada. Nesse processo, onde posições ideológicas e argumentação epistemológica tendem a se confundir (principalmente quando o "racionalismo aplicado" não é princípio de estruturação teórica), o mais importante e mais difícil ao pesquisador/a é perceber o jogo e jogá-lo ao mesmo tempo, na tentativa de descrever as forças governantes da dinâmica do campo. O conflito é o princípio de funcionamento do campo, algo salutar, pois isso é a possibilidade de construir novas questões, problemáticas e percepções de mundo que

---

<sup>43</sup> "Empirismo inglês", "racionalismo francês", "idealismo romântico alemão".

<sup>44</sup> Como dito, dependente da autonomia e particularidade da formação histórica do respectivo campo em uma sociedade.

de outro modo seriam enviáveis, pois o não-conflito é um caminho unívoco, da ordem inexorável, da pretensiosa onisciência absoluta. O conflito deve manter, contudo, o cultivo da deliberação, e não sua imposição à sociedade.

### **O alcance da previsibilidade**

Foi tratado brevemente, até agora, certos pressupostos do fazer ciência, geralmente implícitos no campo, embora constituam toda a força motriz que conduza a dinâmica dos agentes para questões importantes a eles: como clareza e articulação recíproca entre finalidades e meios (o que Weber pensava como racionalidade) desse saber controlado, disciplinado por métodos. Com toda postura cética relativa a cândidas certezas e esperanças depositadas ao conhecimento científico, sublinhada a grossos traços aqui, fica outra contrária, talvez diletante ainda. Os métodos de intelecção e racionalização procedentes da prática científica não implicam necessariamente um conhecimento exato das complexas condições da vida diária, mas por outro lado, e através de uma fruição em escala ascendente de novas indagações em relação a certezas passadas e legítimas, abrem-se, ao menos, um espaço mais claro na arguição dos projetos sociais — construídos em meio a conflitos — em suas inabaláveis crenças na *previsibilidade*.

Embora a concepção atual do previsível esteja associada ao desencantamento do mundo<sup>45</sup>, fruto de uma intelectualização gradativa, retirando, do ponto de vista científico, uma visão mística e encantada de mundo, podendo agora ser dominado e previsto estatisticamente e não por oráculos, a prática científica, de certo modo, tem como conseqüência última o vislumbre dos sentidos das ações humanas (dos sujeitos classificantes) e/ou naturais. Até onde a clareza para atingir metas sociais e políticas, de determinado ponto de vista, pode chegar e que desvios formalmente não explicitados, pode tomar? A ciência oferece meios de conhecimento com o objetivo da previsibilidade dos passos da vida e, pelas disciplinas, modos de pensar, métodos para chegar à previsibilidade — com o conseqüente risco do julgamento — do maior número de fenômenos. Inventou-se então, o *conceito* (invenção associada principalmente aos gregos) enquanto meio de encontrar, operacionalizar e aprisionar a “essência” de algo, em uma contínua tentativa de afirmação de correspondência com uma realidade cabal e, sendo assim, juntamente — pois indissociável — com os aspectos teóricos, experimentais e instrumentais da ciência moderna, a melhor forma de agir na condução dos projetos elaborados socialmente. A ciência alicerçou-se na especialização, na

fiscalização da probidade intelectual e em uma intrincada racionalidade para chegar a uma dinâmica entre meios e fins; meios tecnológicos alicerçados aos fins científicos baconianos de domínio da natureza (WEBER, s.d.).

### **A dinâmica da carreira**

Carreira é entendida aqui como a trajetória de um agente em um espaço de força performativo e em constante transformação. Dir-se-ia que a dinâmica mais ou menos esperada de uma trajetória profissional sejam estas: entrada, permanência e desligamento, ao mesmo tempo indicando estabilização e fluidez ascensional, dependentes dos capitais sociais e culturais envolvidos na mobilidade competitiva e no aproveitamento de brechas e oportunidades do sistema institucional. Uma carreira vai se compondo correlativamente a um conjunto de interações mais amplas, sejam com as forças mais sólidas do esboço geral de uma formação social, valores que vergam e assujeitam — determinantes da validade e do status da profissão para a sociedade — bem como das regras e objetivos específicos da profissão, inseridos em uma organização de pesquisa, extensão e ensino. Ao entrar em uma instituição, é necessário, além de uma prévia socialização e preparação do interessado ao um modelo de sistema almejado — através, principalmente, dos ritos de iniciação e dos cursos de pós-graduação — uma adaptação de valores e expectativas já no seio familiar e do grupo social de convívio mais próximo. Aí já está a base de um roteiro fadado a se concretizar, caso o agente social cultive e conviva com a dita "alta cultura letrada", obtendo esquemas cognitivos e projeções de vida expectados pelo processo seletivo de uma carreira. Uma instituição tem delegada a si, pela sociedade envolvente, funções específicas de atuação nesta mesma sociedade, e que devem ser constantemente revalorizadas na medida das transformações das demandas sociais dos seus serviços. Esses grupos especializados estabelecem regras internas de julgamento e controle, exames do que julgam bom ou mau a suas funções, e na medida do possível, levantam barreiras a opiniões de leigos ou às críticas vindas de fora.

Por estar circunscrita a relações simbólicas e valorativas mais amplas, a noção de carreira não deixa de apresentar um enredo de categorias socioculturais típico da sociedade moderna ocidental. Estando segmentada em múltiplas especialidades de saberes atuantes, esta variedade deixa transparecer uma razoável idéia de oportunidade de preferências ou liberdade de gosto ou aptidão. Ao mesmo tempo sendo pensada como uma trajetória pautada em um

---

<sup>45</sup> Relacionando-se, em um caso limite, no atroz determinismo científico.



individualismo voluntarista, livre em suas escolhas, uma carreira está ligada, também, a nem tanto sutis determinações sociais, expostas nos rodeios do eufemismo nas falas sobre destino, vocação ou fortuitude de um sucesso. Essa dialética entre autodeterminação e forças sociais não-controláveis pelo “indivíduo”, da teoria da escolha racional, aparece freqüentemente nas exposições sobre expectativa de futuro e na história do engajamento à carreira. Tem-se, assim, um fluxo de escolhas ao longo da trajetória do agente, mas limitado aos caminhos dados pelos contornos dos modelos da organização de uma comunidade científica. As carreiras, dependendo da postura teórica, podem se apresentar tanto como oportunidades tanto como coerções.

No momento da socialização prévia do agente, e após sua adesão a uma carreira (quando do engajamento em uma comunidade profissional, no caso tecnocientífica), sua margem de escolha a temas e formas de tratá-las se reconfigura mais ou menos aos problemas legítimos de ocasião, além de uma variação identitária feita através de rotinas de trabalho e tarefas da prática institucional. Os agentes em suas carreiras se influenciam mutuamente, ambos transformando-se, adquirindo reputações via cumprimentos de cronogramas traçados e inovações, angariando novas posições ou estabilizando-as (quando no topo) em relação a instituições e pares-concorrentes. Essa interação socializante é formada pela dinâmica concorrencial dos esquemas cognitivos e pelas regras hierárquicas do modelo meritocrático conduzidos por treinamento, orientações e experiências variadas, quando de uma completa autonomia do campo.

A universidade, no Brasil, é a principal e uma das várias instituições produtoras de ciência e conhecimento tecnológico, acomodando, juntamente com os órgãos de fomento, os critérios e modos de controle dos principais grupos de pesquisa do país, chancelando alocação de recursos, credenciamentos de programas de pesquisa, comitês editoriais, regulação das titulações e trabalhos aceitáveis ou não. Constitui, deste modo, o principal foco na realização de pesquisas incumbidas da união das atividades estruturantes de uma carreira: treinamento, pautas de avaliação e julgamento, formalização de uma linguagem técnica, critérios de reconhecimento da competência profissional e atribuição de reputação. O modelo de universidade aqui referido tem sua origem nos moldes alemães, de uma universidade unida pela pesquisa e ensino (OLIVEIRA, 1985). A pluralidade das maneiras de operar a ciência no entorno de uma estrutura de ensino possibilita um maior controle no processo de formação de quadros, com entrada e fluxo regular de discentes, com perfis de profissionais e de conhecimento delineados desde o início, pois curriculados e disciplinados através dos programas de recrutamento e treinamento. Como mencionado por Oliveira (1985, p. 34), “a

pesquisa ou o fazer científico tornaram-se regulados e burocratizados, de maneira a permitir economia de escalas e mecanismos de fabricação em série de novos cientistas, cujos trabalhos passaram a ser delineados, controlados e avaliados com base em critérios razoavelmente bem assentados”.

As idas e vindas de uma carreira estão entrecortadas por relações hierárquicas, mesmo em ambientes formalmente homogêneos e classificados por sua horizontalidade, principalmente pelos que estão de fora. Até quando questões de classe, étnicas, religiosas entre outras são postas de lado, o campo tecnocientífico, como em outros campos, comporta em seu seio variadas gradações de diferenciação próprias e inteligíveis ao meio. É um modo de diferenciação contínua dos "iguais", regidos pelo capital científico em seus variados eixos estéticos, éticos, temáticos e metodológicos. Isso complexifica a análise do campo, principalmente quando as relações entre dominantes e dominados é costumeiramente vista pela ótica da diferenciação econômica. O funcionamento desse espaço de produção de conhecimento se dá através de um duplo processo entre os agentes. De um lado um estratagema de igualdade, horizontalidade no convívio, de outro, e ao mesmo tempo, uma lógica de diferenciação vertical materializada no prestígio e na autoridade da palavra ou do nome (de um agente ou instituição).

O campo científico brasileiro compõe-se a partir de injunções da sociedade envolvente em que se encontra, com suas representações de hierarquia, estabelecimento dos domínios de público e privado, concepções de autonomia e sujeito, entre outros fundamentos da ordenação social particulares à sua formação histórica. Um estilo do fazer ciência é reputado como padrão a ser seguido, uma norma à comunidade geral, mas estabelecida não com gratuidade. Poderia dizer-se dos padrões de uma estilística científica hegemonicamente calcada na língua inglesa, formando maneiras de conduzir a produção e leitura de textos. Por ter suas especificidades, no Brasil haverá outros modelos do fazer ciência, desde as perspectivas teóricas até a própria institucionalização e relevância das ciências na sociedade. Basta lembrar que a institucionalização da pesquisa/ensino no país se fez principalmente a partir dos anos de 1930, e ainda assim, com precária autonomia (SCHWARTZMAN, 1979). Não é à toa que, se comparando à produção de países hegemônicos, se ouve por cá os reclamos da penúria orçamentária, repasse irregular de recursos, indiferença às carreiras, falta de definições e prioridades claras e precisas.

### 3 O PAPEL METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

#### 3.1 O EMPÍRICO DA PESQUISA

Quando formulada a questão sobre os sentidos da noção de DR, havia a dúvida de para quem e onde formularia um conjunto de perguntas direta ou indiretamente relacionado ao debate ou temas do rural no Brasil, com seus entraves e possibilidades de desenvolvimento. A opção ficou, desde o projeto de pesquisa, para um conjunto de instituições e agentes do Estado do Rio Grande do Sul vinculado às Ciências Agrárias, desde universidades, órgãos de pesquisa e extensão rural, públicos e/ou privados, governamentais ou não-governamentais. Após o planejamento do roteiro das perguntas das entrevistas (ver apêndice), passou-se para a escolha das instituições. Nas instituições de ensino com algum curso dentro do rol das Ciências Agrárias, optou-se pelas que tivessem a pesquisa como componente de sua prática. A escolha foi para as seguintes universidades: Universidade Federal de Pelotas (UFPel) — Faculdade de Agronomia; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — Faculdade de Agronomia; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) — Centro de Ciências Rurais e Universidade de Passo Fundo (UPF) — Faculdade de Agronomia. Quanto aos órgãos de pesquisa e/ou extensão rural a opção ficou com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER - RS); a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO); a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e algumas ONGs<sup>46</sup>. Bem, isso foi o planejado no projeto de pesquisa.

Selecionadas as instituições, foi preciso escolher nomes que iriam compor o universo dos agentes de cada instituição, feito principalmente pela Internet (páginas eletrônicas das respectivas instituições com a listagem do quadro de profissionais). Feito isso, a seqüência foi o sorteio. Todos os nomes foram sorteados e postos em uma ordem. Caso um agente escolhido, por um motivo qualquer, não pudesse realizar a entrevista, passar-se-ia ao agente seguinte na ordem do sorteio. O procedimento seria este até as entrevistas atingirem um ponto de saturação. Logo em janeiro de 2003, iniciaram-se os primeiros contatos. Porém, em virtude das férias, nos primeiros dois meses do ano houve dificuldade em estabelecer e agendar algum contato, principalmente nas instituições universitárias, de onde sairia a maior parte das entrevistas. Neste meio tempo, um problema exigiu uma nova abordagem frente ao empírico.

Já havendo logo nos primeiros contatos muito adiamento de datas ou agendamentos para somente após as férias<sup>47</sup>, houve uma ampliação geográfica da pesquisa. Do Rio Grande do Sul passou-se, também, ao Paraná e Santa Catarina. Como havia um tempo estipulado até maio (no máximo) para realizar as entrevistas e transcrevê-las (a transcrição demandava muita paciência e cautela), essa ampliação facilitou o agendamento de novas entrevistas.

A pesquisa, assim, foi delimitada em espaço maior, o sul do Brasil. O que poderia parecer um grande problema (o aumento da área de abrangência da pesquisa), na verdade não foi<sup>48</sup>, pois o que se buscava principalmente com a pesquisa era o funcionamento discursivo da noção de DR no campo tecnocientífico e não a diferença ou peculiaridade do discurso sobre DR nos estados do sul do Brasil. Como o acaso também é componente de uma pesquisa, as primeiras entrevistas acabaram sendo realizadas no Paraná. A seu modo arbitrária, a escolha dos agentes seria feita (como acabou acontecendo) por sorteio de uma lista de nomes e indicações dos próprios entrevistados. No afã de perceber as polaridades, geralmente era pedido para os agentes entrevistados nomes de pares com opinião contrária ou discordante. Em certa medida, estas indicações pouco aconteceram, principalmente de agentes com forte divergência teórica e política. Ainda assim, como a pesquisa ficou centrada apenas nas questões relativas ao DR, o tom dos discursos (fragmentos discursivos geralmente ligados a crenças e mitos políticos e sociais no ocidente), até pelo tipo de perspectiva teórica desta pesquisa, permaneceu relativamente regular.

Das 27 entrevistas realizadas, 25 foram transcritas (incluindo uma entrevista-teste), pois duas ficaram parcialmente inaudíveis por causa de ruído de fundo. Foram seis mulheres e 19 homens. No final, as instituições cujos agentes entrevistados estavam vinculados foram as seguintes:

- **Instituições de ensino e pesquisa — 13 entrevistas:** Universidade Federal do Paraná (UFPR) — três entrevistas; Universidade Federal de Pelotas (UFPel) — duas entrevistas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — quatro entrevistas; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) — três entrevistas; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) — uma entrevista.
- **Instituições de pesquisa e extensão (governamentais e não-governamentais) — 12 entrevistas:** Centro Ecológico Ipê (CE-Ipê) — duas entrevistas; Empresa Brasileira de

---

<sup>46</sup> Os agentes de ONGs foram os mais difíceis de localizar, contatar e entrevistar.

<sup>47</sup> Os calendários das universidades envolvidas na pesquisa não coincidem por causa da última greve.

<sup>48</sup> A não ser o maior gasto financeiro com as passagens rodoviárias e algumas estadias.

Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Trigo — Passo Fundo e EMBRAPA Clima Temperado, Estação Experimental Cascata — Pelotas) — três entrevistas; Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER — Paraná) — duas entrevistas; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER — Rio Grande do Sul) — três entrevistas; Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) — uma entrevista; Rede de Articulação de Setores Rurais de Santa Catarina (AGROREDE) — uma entrevista.

As transcrições foram feitas o mais próximo possível do que estava gravado (ainda que alguma “reedição” no ato de transcrever possa ter ocorrido), sem ajustes gramaticais, de concordância. Evidentemente, a espontaneidade do oral não irá transparecer totalmente na transcrição; mesmo assim, mantendo a proximidade possível do oral na transcrição, esta não terá aquele algo de planejado típico à escrita. Em média, quando a entrevista foi fluída e a gravação não conteve muito ruído de fundo, para cada hora gravada foi necessário cinco horas de transcrição. Um bom tempo, se comparado ao necessário em trabalhos que exigem mais minúcia e profundidade nas análises das entrevistas. No processo de transcrição nota-se verdadeiramente as diferenças entre o oral e o escrito. Este utiliza muito mais os operadores de conexão nas frases, naquele não, as seqüências frasais são freqüentemente justapostas, o que torna a leitura truncada, fenômeno que não se nota em uma conversa, por exemplo, pois aí há sempre os ajustes espontâneos dos interlocutores, ajudados por expressões faciais, gestos, entonação, entre outros.

Já nas transcrições havia a preocupação de procurar e assinalar características e idéias constantes, ou não, sobre o DR (que muitas vezes era trocado nas entrevistas por termos como progresso ou simplesmente desenvolvimento). É provável que se outra pessoa analisasse as mesmas transcrições usadas para esta pesquisa fizesse outras considerações, percebesse elementos mais interessantes em resultados, ou mesmo, por exemplo, em matéria mais trivial, a diferença de ênfase em pontuações de pausas. Certamente isso seria devido ao processo de leitura de cada um, com suas particularidades no modo de decodificação e ao contexto e condições situacionais de cada leitor-analista.

### 3.2 PRELIMINARES TEÓRICAS SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO

A escolha de um referencial teórico apoiado sobre noções e procedimentos da análise de discurso, com mais de 30 anos de prática e crítica (SERRANI, 1997) redundará, evidentemente, neste trabalho, em alguma parcialidade e carência conceitual e metodológica, ao colocar o discurso sobre DR como problema. De modo geral, as propostas de análise de discurso consideram as seguintes questões como básicas em suas realizações enquanto método: a) questionar uma concepção idealista de sujeito posto como totalmente livre, e conduzindo o processo de produção de sentido segundo o reflexo de uma realidade preexistente “não-teorizada”; b) ao mesmo modo, assumir uma postura crítica frente aos dados ditos literais e límpidos, patentes, que os sujeitos utilizam por meio da linguagem, como se fossem exteriores a um projeto teórico. Assim, há um conjunto de pressuposições frente à abordagem que se fará acerca do tema do DR. Talvez a mais importante seja a de que um certo número de regras delimitam as condições de possibilidades das falas sobre DR ou desenvolvimento, ajustadas a certos critérios de organização de uma sociedade ou de um campo específico de poder. Os discursos sobre a noção de DR estão organizados segundo estas regras de possibilidades internas ao discurso, bem como a outras práticas discursivas e/ou não-discursivas.

Será visto ainda, na seqüência desse trecho do trabalho, algumas idéias básicas sobre a elaboração do *corpus*, conjunto selecionado de seqüências das entrevistas em torno de questões sobre DR e desenvolvimento, combinadas em torno de um campo específico e relativamente estável e homogêneo em seu funcionamento. No que se refere à fase de análise discursiva, esta consistiu em articular de modo interpretativo seqüências do *corpus*, estabelecendo proposições sobre a noção de biopoder no processo discursivo e exposto na última parte da pesquisa.

Como será importante o entendimento entre *formação discursiva* e *formação social* no processo de análise de discurso, embora já discutido no início da dissertação, será interessante reforçá-las ou rememorar-las um pouco mais. Uma formação social está acompanhada em sua análise de uma historicidade, sempre imersa sobre conflitos sociais e modos de organização produtiva. Assim, em uma formação social, em vista destes conflitos e das relações estabelecidas entre as classes sociais, um montante de práticas sociais estará hierarquizado e em oposição, explicitado em lutas políticas e ideológicas, em alianças e dominação

relacionadas, de um modo ou outro, a posições de classe<sup>49</sup> ou a lógicas específicas de cada campo social. As formações ideológicas estão preenchidas por variadas formações discursivas asseguradas por oposição e afinidade, determinando, desta forma, e junto com a conjuntura e lógica de cada campo específico de uma formação social, o que pode e deve ser dito. Assim, e pensando na linguagem, termos ou palavras consolidam ou arrefecem sentidos, dependendo das construções discursivas em que essas palavras se ajustam ou se confrontam. A formação discursiva irá direcionar os sentidos das palavras, bem como a posição dos que a empregam (SERRANI, 1997). É assim que deve ser vista a expressão DR.

### **Algumas questões de análise de discurso**

Nesta parte da pesquisa, além da formação de um *Corpus*, pretende-se discorrer sobre a problematização do processo de leitura das entrevistas, percebendo que temáticas articuladas entre sujeitos falantes e ouvintes estão envoltas e constituídas pela maneira como se dá a relação entre prática social e linguagem<sup>50</sup>. Esta não é um substrato neutro, pois a ação continuada de composição de signos garante sua opacidade, a disposição à interpretação e reflexão dos sentidos e comprometimentos políticos em sua manifestação. Por estar situado historicamente em uma formação social, o conjunto de sentidos dos discursos é interpretado segundo fórmulas determinadas. Relações de poder, contingências históricas, conflitos ideológicos são variáveis condicionantes dos processos discursivos. A interpretação, dependendo da situação das variáveis acima e do campo social onde é praticada, é validade de acordo com o sujeito/agente legítimo para tal ato. Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa em qualquer lugar. Juízes, professores, sacerdotes, médicos, cientistas das mais variadas áreas, terão primazia e direito sobre as falas de seus respectivos campos de saber e de formação discursiva.

A intercambiação entre os termos sujeito e agente não encontra dificuldade de sinonímia na abordagem teórica sugerida, entendendo sujeito ou agente — aproximando-se de uma definição da gramática tradicional — como o que pratica ou sofre uma ação em um determinado contexto social, cultural e histórico, regrado por um sistema simbólico específico. A contingência na produção da verdade de um discurso torna-se inteligível quando

---

<sup>49</sup> Por ser um resumo e rápido esquema, a sutileza e complexidade dos antagonismos ideológicos em uma formação social, articuladas na linguagem e nas ações dos agentes, ficam insuficientes neste ligeiro lembrete.

<sup>50</sup> Linguagem em seu caráter não sintático, mas enquanto forma de ação, como posto pela tradição pragmática.

de uma apuração genealógica ao estilo de Foucault<sup>51</sup>. Busca-se "o lugar" na história onde, por meio da casualidade, fenômenos se tornam causalidades. Onde se diz haver o ser e a verdade há um começo iniciado por mero acidente, mas organizado em sistemas de poder, vai instituindo regras, normas, técnicas, práticas discursivas, que vão se institucionalizando, naturalizando-se, apagando arbitrários, esquivando as técnicas de poder do explicitamento, na medida que focaliza e marca intensamente os corpos com sua história.

Em uma proposta metodológica de análise de discurso, três eixos teóricos sustentam sua aplicação. A lingüística presta auxílio fortalecendo a perspectiva da opacidade da linguagem, indicando sua estruturação direta do pensamento e das formas de nomear o mundo. Outra filiação é composta pela psicanálise, através de uma mediação teórica para pensar a produção do sujeito do discurso, constituído por uma unidade cambiante, descentralizada, na relação com elementos simbólicos e sua historicidade (ORLANDI, 2002). A realidade histórica é o terceiro eixo teórico pressuposto na atividade de análise. A pertinência da noção de materialismo histórico alia-se a este espaço de proposições, a este programa de pesquisa, ao visar uma formação societária enquanto um espaço de conflitos, moldando a história, encarnando-a aos corpos e produzindo discursos.

A memória é faculdade essencial no funcionamento do discurso. Possibilita a permanência e reprodução de ideologias, das formas do agir político (uma redundância, pois todo agir pressupõe-se como ato político), do enredo simbólico constitutivo dos sujeitos e da história. O revés da memória, o esquecimento, também é fenômeno socialmente conduzido, produzindo transformações, rupturas, possibilidades de outros mundos e outros sujeitos. Tanto a memória institucionalizada, a História, como a memória de sujeitos individualizados por suas experiências, constituídas na história e pela história, não têm seus sentidos gratuitos e transparentes. Eivada de relações simbólicas, espécie de chaves que destrancam os sentidos para a interpretação, a história está encarnada na língua, no discurso, na ideologia, no sujeito. A ideologia é formada por discursos materializados pela língua, inquirindo e produzindo sentido na comunicação entre sujeitos. Os domínios ideológicos/discursivos, através da materialidade histórico-lingüística, produzem o sujeito no indivíduo empírico, produzindo sentidos por e para os sujeitos.

Como até agora foi notado, ou ainda se notará, a discussão levantada neste trabalho sobre análise de discurso, com seus conceitos, categorias e ferramental metodológico ficará aquém das possibilidades do tema e do conhecimento levantado, por exemplo, pelos

---

<sup>51</sup> Em Foucault (1989b) o texto "*Nietzsche, a genealogia e a história*" é fundamental e oportuno para entender o método genealógico na procura dos indícios de formação das verdades, quando estas ainda não eram verdadeiras.



especialistas da lingüística. É uma primeira aproximação na sistematização de conhecimento, revisão bibliográfica com ampla filiação teórica, de caráter problemático e de múltiplas tendências. Fica então, a finalidade da escolha deste método como o mais apropriado — para o problema colocado nesta pesquisa — na compreensão da produção de certos enunciados e sentidos acerca da idéia de DR: como determinados enunciados sobre a vida, o bem-estar, a saúde, a produção, a boa alimentação, a educação mobilizam forças políticas e sociais para agir e pensar a questão da noção do DR.

### **Retomando algumas noções gerais**

Os modos de leitura, as concepções de sujeito, de interpretação textual depositadas por traduções intelectuais durante gerações, toma certa inflexão com as propostas das teorias do discurso advindas com os estudos da lingüística, mas aqui situada, principalmente, nas contribuições de Foucault, expostas no livro *A ordem do discurso* (2002a). A proposta central de seu pensamento no tocante à noção de discurso pauta-se pelo *acaso* do movimento do pensamento, sua *descontinuidade* (o que necessita de uma abordagem diacrônica para perceber certas mudanças e rupturas) e a *materialidade* do pensamento constituída pela linguagem, rompendo assim com a idéia de representações habitando por detrás das fronteiras discursivas ou da linguagem. Esse aparato conceitual de cunho propositivo encontra seu espaço de ação na confluência de questões abertas à problematização da linguagem por algumas correntes da filosofia e das ciências humanas, tendo o discurso como matéria central em suas análises. A noção de texto é vital e de certo modo tem expandido seu raio conceitual. Em comparação com a noção de discurso, texto, então, é entendido em sentido genérico como expressão de qualquer tipo de linguagem, como o fez a psicanálise (Lacan), entendendo o sonho como um texto expresso por uma linguagem do inconsciente. Um texto, de certa forma, representa uma escolha, maneira de expressar aquilo que se quer expressar frente a um conjunto de possibilidades abertas ao que pode ser expresso sobre algo. Texto seria comunicação, sempre baseada em algum tipo de sistema de signos — escrita ou oral, por exemplo — formando um todo significativo. Já a noção de discurso é mais abrangente, pois trabalha com as condições de produção de enunciados e/ou textos.

### 3.3 APROFUNDANDO A QUESTÃO DO DISCURSO

O termo discurso apresenta muitos significados, geralmente associados à transmissão de informações apenas, dita função cognitiva ou denotativa; a língua tendo como finalidade comunicar informações. Esta perspectiva denotativa tende a encarecer a função discursiva como um raciocínio seguindo um percurso, atingindo os objetivos propostos da comunicação de informações entre emissor e receptor em sua extensão até alcançar um ápice relativamente conclusivo. Discurso está entendido nesta pesquisa como um processo de produção de sentido dentro de um contexto sociocultural e através de códigos (funções da linguagem), com seus efeitos sobre sujeitos em interação. Os sujeitos são constituídos e identificados no funcionamento discursivo via materialidade lingüística e histórica. Ambas carregam consigo posições de classe, esquemas de percepção e construção de realidade manifestas na interação comunicativa. O discurso é considerado o campo mesmo da constituição dos sentidos pressupostos nas visões de mundo dos sujeitos locutores. É uma inscrição de representações da realidade e formas de subjetivação nas relações semânticas reveladas nos discursos.

A revelação dos sentidos, das posições/disposições sociais dos sujeitos interlocutores, não necessariamente se aplica à idéia de comunicação como informação a ser transmitida de um lugar a outro, por uma pessoa a outra. Nos variados e múltiplos efeitos da linguagem nos "participantes da comunicação" pode haver uma não-comunicação quando o código ou função metalingüística, por exemplo, não corresponde ao sistema simbólico e sígnico do locutor e ouvinte, moldado social e culturalmente, ou por extensão: "as pessoas falam para serem 'ouvidas', às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos" (GNERRE, 1991, p. 5). Já se nota uma das diferenças entre análise de discurso e análise de conteúdo.

O termo discurso, então, está associado ao uso da linguagem enquanto prática social e não como atividade puramente individual de "encenação" do real. Está ligado a propósitos políticos, lúdicos, cognitivos, na interação entre locutores situados entre classes e grupos sociais diversos. A prática discursiva é um modo de ação sobre o mundo e sobre os outros, reproduzindo e transformando percepções e representações sociais. Os eventos discursivos são práticas sociais condicionadas e condicionantes pelas e das estruturas sociais, regulações dependentes de sistemas de classificação, normas e convenções discursivas ou não-discursivas, constituindo objetos, sujeitos e conceitos (FAIRCLOUGH, 2001).

A implicação construtivista da noção de discurso conjectura a prática discursiva construindo "tipos sociais", sujeitos posicionados em um sistema classificatório nos variados

quadrantes de uma formação social e, através do discurso e das práticas não-discursivas, identificando tanto a si como o outro nas relações interpessoais. Todo este aparato relacional, classificatório e identificatório está dirigido por um sistema de conhecimento e crença construído pelo exercício discursivo encontrado nos textos e nas falas, sistema fundante de significados, em seu seguimento temporal e espacial, em seu conjunto ordenado de seres, com suas correspondências entre grandezas, hierarquias e conexões de causa e efeito. O contato estabelecido na interação discursiva organiza e afirma as posições sociais dos sujeitos, estabelecendo negociações entre as maneiras de se dar as relações sociais entre os locutores.

Quando se diz que o discurso institui e transforma um mundo, sujeitos e relações, sua dinâmica não se faz em um vazio material, em pura ideação. Está assentado sobre uma lógica dialética, pautada entre uma interação de estruturas sociais materiais e uma prática discursiva inscrita na língua ou, de modo geral, no próprio corpo. A construção da realidade social pela atividade discursiva e a construção do discurso pela dinâmica conflitiva de uma estrutura social são direções inversas — mas complementares no convívio — de um mesmo caminho. Do mesmo modo que em uma pesquisa não deve haver uma primazia sobre o discurso como entidade efetiva incidindo determinantemente sobre a forma de uma estrutura social, não se pode relevar demasiadamente, com o risco de perder um nexos dialético, o social como realidade e fonte exclusiva de um discurso. No campo tecnocientífico, por exemplo, existe em seu interior, regras afirmando (ou interrogando) relações e marcando posições e papéis socialmente disponíveis. São posições e identidades historicizadas, reproduzidas e transformadas por lutas internas e externas no/ao campo; reforçadas ou não pela variação e intensidade da sustentação de padrões discursivos. Quando se fala em prática social não-discursiva, põe-se a questão da reificação, a "encarnação" de um discurso em instituição, em identidades ou subjetivações, em relações sociais. Tanto o universo discursivo (códigos, convenções e normas) quanto as estruturas e práticas sociais não-discursivas dependem e restringem-se em suas ações, mutuamente.

Difícilmente há uma dissociação entre uma prática discursiva e uma prática não-discursiva. Estas práticas sociais estão amarradas e orientadas em seguimentos escandidos historicamente, o econômico, o político, o religioso, o escolar, o técnico etc., distribuídas, produzidas, reproduzidas, reelaboradas dentro de uma ordem social regida por choques ideológicos e pelas regras de um "mercado" da distinção cultural e social. A trama entre essas práticas busca manter ou romper dados culturais instituídos, sedimentar ou desintegrar significações. A influência do materialismo histórico na concepção de discurso atende ao chamado do peso da história na formação de idéias, de signos, de textos. Relações sociais não

se dão nas cabeças das pessoas, tão-somente, são relações densas e turvas, mediadas pelas coisas e pelas instituições. Na medida que as relações sociais significam no discurso, é por meio deste que o agente tem acesso ao mundo, a si e ao outro.

O discurso funciona como uma ação nominal. Como dito sobre a noção de poder nominalista na primeira parte da dissertação, mesmo as práticas e valores nominais não escapam, aliás, só existem, porque estão montadas sobre uma estrutura política, cultural, econômica e técnica de extensão histórica. Ou seja, uma nomeação estruturada e estruturante de acordo com as relações concretas de divisão do modo de produção, das relações de gênero, dos comportamentos emocionais culturalmente condicionados, dos projetos, leis, doutrinas, dogmas, costumes, enfim, coexistência humana. É um ponto de vista crítico a uma idéia de consciência soberana, livre na fundação das relações de significado de um mundo. A consciência está encarnada primeiramente em corpo trançado por sentidos socioculturais e interioridade adquiridos historicamente. O discurso enquanto prática política e ideológica textualiza modos de relações entre sujeitos e entre grupos, classes, comunidades, partidos, entre os quais existem necessariamente relações de poder. A prática discursiva funda espaços de lutas de poder (na sociedade moderna, as divisões relativamente autônomas e aqui chamadas *campos*), buscando naturalizar ou transformar arbitrários de dominação, os mais variados possíveis, via aplicação de convenções culturais, rotinas retóricas ou de modo extensivo e atravessando a lógica de diversos campos, lutas ideológicas.

No rastro de Foucault (2002a) ou de um seguidor, Maingueneau (1989), o discurso, enquanto algo pelo qual se luta, se insere em uma formação discursiva, conjunto de regras delimitadas no tempo e no espaço, de caráter anônimo e histórico. Estas regras estão definidas de acordo com uma função enunciativa que adquire sentido quando produzida em certas áreas ou campos: o social, econômico, religioso, filosófico. Discurso, nessa adesão teórica, é termo situado sobre uma concepção de linguagem, não sendo mero suporte para estabelecer transmissão de informações. É meio de construção e modificação das relações entre interlocutores via enunciados regulares e referentes baseados em espaços ou campos associados a condições de produção (MAINGUENEAU, 1989). E nestes espaços há a institucionalização do falante em sujeito psíquico, afetivo, institucional, pois o discurso o assujeita, o atravessa, o faz falar o que deve ser falado.

Antes de prosseguir um pouco mais as considerações sobre a idéia de discurso como problema metodológico, é necessário um breve comentário sobre a enunciação. Esta é a ação praticada por um sujeito no ato de produzir um enunciado, ou segmento lingüístico escrito ou oral, uma espécie de unidade discursiva provida de sentido. No enunciado há sempre vestígios

ligados à situação da qual se originou e se exerceu; relações implícitas estabelecidas entre os interlocutores, posturas e procedimentos vários agarrados à informação explícita que um orador deseja passar. No limite, em uma análise de discurso, procura-se estabelecer a relação entre a enunciação — e a constituição de um discurso — com as condições sociais, históricas e políticas de sua produção e repetição. As formações discursivas são compostas por tipos específicos de modalidades enunciativas. "Modalidades enunciativas são tipos de atividade discursiva, como descrição, formação de hipóteses, formação de regulações, ensino, e assim por diante, cada uma das quais tem associadas suas próprias posições de sujeito" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 68).

Na análise de discurso, o estatuto da subjetividade é um ponto central em sua formulação. Discurso e sujeito quase não se distinguem, pois se embarçam no mesmo lugar e modo de produção. A disposição dos espaços sociais, dos lugares constituintes das hierarquias, das convenções, das identidades, da pertinência de um e exclusão de outro estabelecem as possibilidades de enunciação dos falantes. Cada lugar ocupado por um indivíduo empírico, em um sistema de lugares, em uma "topografia social", expede o direito de formação de um sujeito. Não há um sujeito antes de sua enunciação, mas há a preexistência conflitante desse cenário de lugares sociais, desses campos de poderes, que possibilitam ou não tipos e efeitos de enunciação. Ou seja, o lugar social que possibilita a legitimação de uma fala, concedendo autoridade a um agente por estar regulamentado em determinado lugar, assujeita-lhe às regras do discurso.

Apesar de exercício difícil e tortuoso, em virtude dos efeitos de algumas tradições intelectuais consolidadas, discurso e realidade não estão em oposição, em relação de exterioridade ou um fora do outro. O real está acometido pelo discurso. Nas relações de força, nos campos de poder, a distribuição dos lugares sociais só pode existir através de uma rede de lugares discursivos, embora funcionem por procedimentos diferentes, esquemas de trocas simbólicas próprias ao nível e ato lingüístico. Lembrando novamente, para reforçar este ponto, a linguagem não se ocupa apenas da função referencial denotativa, da transmissão de informações. Talvez uma de suas funções mais interessantes seja o fato da linguagem comunicar aos interlocutores a posição que cada um ocupa em uma formação social, arregimentando capitais acumulados os mais diversos para exercer autoridade sobre ouvintes e falantes na materialização destes capitais nos atos lingüísticos.

O discurso não é apenas um canal de transporte de visões de mundo, pontos de vista. É a maneira mesma de construir e regular sentidos e sujeitos, permitindo que se identifiquem; censurando, restringindo e controlando enunciados aos seus respectivos espaços de

enunciação. Discursos e estruturas sociais se articulam, se cruzam, se implicam, se contingenciam. Não há, todavia, uma relação de causa e efeito de uns sobre os outros. Discurso e relações materiais funcionam com ordens diferentes, não obstante certa homologia. Mas as correspondências não podem ultrapassar certo limiar e produzir dicotomias, separações absolutas entre práticas discursivas e práticas não-discursivas, com uma determinando exclusivamente a outra. Um partido político, por exemplo, é reconhecido e se reconhece por seu discurso, juntamente com seus sujeitos. O conjunto de programas de um partido, suas idéias, dizeres — oralizados ou escritos — é produzido especificamente através de formalizações discursivas pelo próprio grupo partidário, mas no seio de uma formação social que os credite, assim identificando-os e diferenciando-os no ato de produção de ambos: grupo partidário e discurso.

As relações sociais de poder e a distribuição de autoridade entre os interlocutores, fruto da dinâmica estruturante da sociedade, são somadas às regras dos atos de linguagem. É uma forma de implícito embutido na manifestação da fala em relação de adequação a um contexto social e cultural. Dependendo do contexto da produção da linguagem, tanto o falante como o ouvinte mantém uma expectativa relativamente similar da produção do ato verbal ou escrito. Um estilo coloquial não estaria de acordo e não teria certas vantagens em determinados contextos lingüísticos e extralingüísticos de uma sociedade. O que se pode falar e não falar; que tipo de conteúdo referencial ou quais tópicos de um universo de significados podem ser abordados; e entre as variações lingüísticas, qual a forma ou modelo conveniente ao agir verbal.

A capacidade de previsão dos falantes e ouvintes ao se comunicarem está associada ao "fato de que nem todos integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todos os conteúdos dos referenciais" (GNERRE, 1991, p. 6). As variações lingüísticas estão conectadas a contextos sociais e culturais de produção de um conjunto de valores arbitrários que procuram se consolidar. A pretensa homogeneidade e padronização da "língua culta", disseminada principalmente pela escola, é uma variação entre tantas variedades de uma mesma língua — em um nível interno — ou de outra língua pela atividade de hegemonia no plano externo ou internacional. Tanto de um modo, como de outro, essas variações — cristalizadas em gramáticas — tendem a ser reconhecidas como ligadas a grupos, classes e assuntos ditos privilegiados, importantes à língua jurídica, científica e da "alta cultura". O valor colado a uma variedade lingüística é o valor associado ao grupo social que a tem como "patrimônio cultural", seu legítimo herdeiro.

## Criando objetos

A prática discursiva, em entendimento genérico, constitui objetos do discurso; estabelece nas relações sociais um conjunto de elementos com significados para o cotidiano, que além de produzidos, são reproduzidos e transformados. A transformação dos objetos de um discurso não se caracteriza pela estabilidade, pela cimentação. Um espaço discursivo, como a política ou a economia, administra as mudanças ao longo das variações contextuais, sem deixar de os conduzir, pois mantêm as regras de formação desses objetos em uma formação discursiva; aglutina variados enunciados em um conjunto tido como estável e homogêneo ao dirigi-los a um determinado objeto. Em exemplo comparativo sobre a constituição do discurso acerca da loucura, "a doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando, em seu nome, discursos que deviam passar por seus" (FOUCAULT, 1986, p. 36).

Uma formação discursiva é então um coletivo de regras na formação de enunciados pertencentes a uma formação social e ideológica específica. Ela cria objetos, o terreno psicológico e social estereotipado para os sujeitos, bem como as regras para seus usos. O conjunto de enunciados que formam um campo discursivo está ligado a uma memória, à repetição, ao reaproveitamento, à transformação de escritos, palavras, conceitos, livros, autores. Uma formação discursiva forma-se colhendo e redistribuindo enunciados passados, empoeirados e os do presente, já com algum efeito futuro. Assim, se a realidade adquire algum significado, este se deve à constituição e cruzamentos de discursos, buscando coerência e relativa unidade na construção de elementos tidos como naturais, pré-dados. Para se formular questões verdadeiras sobre objetos existe a pressuposição da recuperação pelo conhecimento, da essência das coisas, sua lógica de existência, sua razão de ser. É a *experiência originária*, suposição de que o mundo é passivo na apreensão de sua verdade pelo pensamento, podendo ser lido através dos discursos em sua atitude de nomear, julgar e conhecer.

## **Sujeito, enunciação e discurso**

O processo de produção de um enunciado é indissociável das atitudes e posicionamentos de um sujeito, este ligado umbilicalmente a um discurso. Os enunciados estão em relações — segundo certas estratégias — nas formações discursivas. Quando produzido um enunciado, não basta saber o que um autor ou locutor quis dizer ou achou ter dito. O procedimento metodológico da análise de discurso procura compreender que posição um indivíduo precisa ocupar para dizer tal ou qual coisa e ser sujeito do que disse ou escreveu, como exercido no papel de mãe, pai e filha(o); professor(a) e aluno(a). As modalidades enunciativas que compõem uma formação discursiva pautam-se por uma complexa rede de relações de constituição de objetos e sujeitos. Da mesma forma que as modalidades enunciativas estabilizam-se em repetições segundo condições sociais e históricas, estas também podem oferecer brechas a mudanças de suas configurações, dando outro feitiço às formações discursivas. De modo geral, e com outras palavras, essa abertura à mudança das modalidades enunciativas é a antecipação às rupturas das relações sociais constituidoras do pensamento de uma época.

## **Prática discursiva e relações de poder**

Este pequeno quadro sobre modalidades de enunciação, prática e formação discursivas busca perceber o encadeamento dessas estratégias oriundas do espaço da linguagem, do discurso, com o espaço das práticas não-discursivas, como o estabelecido entre o conjunto dos saberes agrônômicos — organizados em um *corpus* de enunciados legítimo pela tecnociência — subsidiando definições de DR no contexto da dinâmica capitalista atual. A conceituação, enquanto a organização de um conjunto de enunciados, funciona dentro de campos específicos de interesse, formando regras de comparação, exclusão, e junção de saberes, teorias, categorias, dados diversos de outros tantos campos teóricos ou disciplinares, sempre em uma relação instável com a cambiante e contingente marcha da história onde os campos de conhecimento e ação estão inscritos. As regras de formação dos discursos são descontínuas, embora, por vezes, apresentem uma aparente permanência, principalmente quando reforçadas por tendências teóricas que aceitam uma linearidade histórica.

As estratégias nas relações, organizações e agrupamentos de enunciados estão ligadas à operação de construção de verdades, já discutidas na segunda parte da dissertação acerca do



campo tecnocientífico, e agora rapidamente relacionada à questão dos enunciados como ponto importante no entendimento do método de análise de discurso. Uma das fórmulas intelectuais mais operantes na prática discursiva científica é a da *mediação universal*, ou seja, torna o discurso reflexo de uma verdade, a ferramenta que expõe, depois de retirar das coisas, fatos e fenômenos, o segredo de sua existência, sua essência, sua unidade. A operação de relacionar, distribuir, regulamentar e produzir enunciados faz parte de uma conexão entre o sistema de poder produtor de "verdades" com os efeitos de poder destas "verdades", que as reforçam e espalham em um determinado período e formação social. Esta relação de complementação é conhecida como "regime de verdade". De modo geral, os sistemas de conhecimento, com suas verdades, só são compreensíveis quando confrontados com suas regras de produção, guiadas basicamente por sistemas de poder. Os discursos são elementos inseridos em um tecido irregular, com tramas se enredando segundo estratégias e táticas discursivas. Conhecendo estas táticas e estratégias discursivas, entende-se sua ligação com as práticas sociais ou vice-versa, pois os processos históricos se concretizam através do exercício mútuo destas incidências de força, governando e regulando a vida, a morte, a produção, o tempo, o trabalho, o deslocamento, o espaço.

Esta espécie de preâmbulo sobre os elementos discursivos nas práticas e processos sociais faz-se necessária para entender o comportamento das relações de poder da sociedade ocidental moderna ligada aos problemas intrínsecos à questão do controle das populações. Até porque muitas das técnicas usadas na sustentação deste "poder moderno" não foram criadas como unidade orgânica, tendo uma finalidade específica de controle entre classes, grupos, pessoas. São técnicas (ou microtécnicas) oportunamente usadas, melhoradas e ampliadas em eficiência, despontadas nas instituições como escolas, laboratórios, hospitais, casernas, prisões, mosteiros, generalizadas e desenvolvidas por um aparato tecnocientífico aperfeiçoável (FOUCAULT, 1977). Este conjunto de técnicas exploradas hegemonicamente pelo sistema capitalista não funciona necessariamente de forma negativa. As estratégias e táticas de poder operam produzindo expectativas e necessidades aos sujeitos de acordo com sua lógica de instrumentalização e objetivo da ação. Nota-se um conjunto de questões na problematização do DR — ou da noção de desenvolvimento de forma geral — dentro desta perspectiva teórica, pois o desenvolvimento, na maioria das vezes, é pensado como separado dos efeitos de poder dos conhecimentos e técnicas gerados no interior das diversas disciplinas dispostas a objetivá-lo em estudos ou realizá-lo em ação.

Na medida em que certas áreas do conhecimento são formadas, pedagogia, demografia, economia, agronomia, medicina, psiquiatria entre outras, técnicas de intervenção

na "vida humana" são geradas e utilizadas no governo das sociedades. Na mesma direção, a execução do exercício de poder através destas técnicas se consagra em um ciclo no processo de aprendizagem do conhecimento que as produzem. É uma espécie de exposição alongada de adágio cediço e intensamente válido para a sociedade moderna: "conhecimento é poder". As novas relações do conhecimento/poder se recrudescem com a emergência do que Foucault (1999, p. 132) chamou de biopoder, "elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos".

Fica patente a preocupação de Foucault (1977) com as técnicas de controle sobre os corpos<sup>52</sup>, individualizando-os, normalizando-os e condicionando-os para as rotinas, modos de agir e de se portar, demandadas pelas modernas formas de produção. Cria-se um círculo de disciplinarização rigoroso que atravessa e conforma tempo e espaço, criando temporalidades (demarcação de horários), arquitetura (para observação e vigilância) e territórios (espaço aberto, mas controlados em seus detalhes: riquezas minerais, hídricas, energéticas, biodiversidade, malha viária, relações entre comunidades, entre outros). As forças disciplinares — "técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas" (FOUCAULT, 1977, p. 191) — e de controle funcionam para largas escalas, mas atuam desde o micro, através de unidades históricas indo do indivíduo, família e população, para depois fazer o caminho inverso, do macro ao micro. Forças constituidoras, através da normalização, do indivíduo moderno, remetido a todo o momento aos processos de individuação, focalização e confissão — o falar de si nas mais diversas circunstâncias, desde interrogatórios, questionários até as mais corriqueiras entrevistas, particulares ou públicas. Exames, entrevistas, aconselhamentos e "confissões" estão ligados, assim, a práticas discursivas, à ordenação de discursos com seus efeitos e relações de reprodução e transformação de uma formação social.

### 3.4 OS PROCEDIMENTOS DO DISCURSO

As condições de organização dos discursos, segundo Foucault (2002a), estão ordenadas em procedimentos de controle e utilização. Partindo da materialidade do discurso,

toda formação social através, principalmente, das suas formações ideológicas, controlam, classificam e distribuem as produções discursivas. Nestas, há um conjunto de potencialidades, possibilidades que precisam ser administradas por determinados grupos, classes sociais, ideologias. Nota-se, neste ponto, uma diferença à posição de Foucault, pois este de certa forma acreditava na autonomia da ordem discursiva no que se refere à relação entre discurso e formação social e ideológica. Os procedimentos de afastamento ou eliminação de regiões temáticas, aberturas a relações discursivas, são estratégias comuns na atividade de disputa pelo controle dos debates públicos com suas problemáticas. Mais uma vez: não se pode dizer qualquer coisa em qualquer tempo e lugar. A palavra do "louco", em exemplo radical e usual, não tem nenhuma validade judicial, é algo nulo e de nenhuma confiança. Nem toda vinculação entre temas pode ser feita, visto as possibilidades de desarmar malhas de convenção e poder. É necessário garantir a certos sujeitos o poder de certas práticas discursivas; o juiz(a), a da sentença justa; o padre, a transubstanciação de cristo na hóstia; o(a) cientista, no domínio da verdade de sua disciplina. Certos discursos só cabem a certos sujeitos.

Fica tácita a conexão entre poder e discurso, pois é dessa maneira, crê-se, que funcionam as falas sobre DR e temas conexos. O que certas relações entre desenvolvimento, ambientalismo, sustentabilidade e crescimento econômico têm de óbvias, em seu revés tem de interditas, aprisionadas pelas relações improváveis, ilógicas, sem sentido; enfim, perigosas, pois sinalizadoras dos mecanismos de apropriação discursiva. Em paralelo para reforçar o argumento contido nesta questão, faz-se uso de citação de Foucault (2002a, p. 10) quando, tratando da relação entre sexualidade e política, diz: "Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder". Discurso não apenas como enredo cartográfico das lutas, mas objetivo primeiro da luta, algo como objeto de posse.

A linguagem estrutura-se, entre outras formas, pela oposição dos significados das palavras. O entendimento do funcionamento discursivo carrega consigo, também, esta idéia. Além da oposição razão/loucura tratada por Foucault, tem-se a oposição falso/verdadeiro, talvez mais importante aqui. Essa dualidade é fundamental neste contexto teórico marcado pela constante suspensão do óbvio, pois é a que mais se mostra naturalizada, escapando ao arbitrário e utilizando-se da premente "vontade de saber" (vontade de verdade) dos sistemas

---

<sup>52</sup> Foucault (1999) mostra, principalmente através de seu método genealógico, tecnologias de poder que interagem funcionando pelos canais da minúcia, como entrevistas (confissão) e exames dos mais variados tipos e fundamentais à atividade disciplinar, como a existente nos quartéis, escolas, escritórios, prisões etc.

de construção de conhecimento. Dessa mesma maneira, a produção da verdade é pouco relacionada às formas de violência simbólica, a formas de exclusão, a formas de restrição da palavra, da escrita. Quanto mais certas verdades são postas no patamar da evidência e da universalidade, mais forças adquirem os mecanismos de poder e desejo na produção de arbitrariedades insuspeitas de dominação.

### **Disciplina como procedimento discursivo**

Do que já foi tratado sobre a *disciplina* na segunda parte da dissertação retoma-se agora uma porção do assunto para pequena junção com a questão dos procedimentos do discurso. Considerando, então, a disciplina (disciplinas científicas) como forma de controle discursivo através de regras de repetição (sempre reatualizadas), de limitação temática acerca de um conjunto contextualmente verdadeiro de objetos, de métodos e hipóteses na formação de um campo de enunciados, tem-se um sistema anônimo de regras e definições, técnicas e instrumentos constantemente revitalizados no âmbito de uma disciplina. A Agronomia, por exemplo, é um espaço enunciativo onde se formulam proposições e refutações no jogo da verdade científica, embora este "espaço" esteja delimitado historicamente por uma espécie de horizonte teórico, ou por outro modo, determinada *episteme* (no sentido dado por Foucault em seu método arqueológico), regulando um conjunto de enunciados formulados historicamente e aplicados sobre um espaço empírico de "conhecimento positivo".

Uma formação discursiva policia a "verdade interior" ao seu espaço enunciativo, através das regras de arranjo de sua inteligibilidade disciplinar. O que pode ser uma "verdade externa" a uma disciplina não o é necessariamente em seu interior. Nisso a história da ciência está cheia de exemplos. O que Darwin, Mendel, Lavoisier (apesar de ligado à química) e outros exemplos consagrados afirmavam como verdade no discurso biológico de sua época não tinha ainda identidade com a verdade do discurso dominante da disciplina biológica de então. No momento em que o horizonte teórico se reconfigura como um todo, inscreve-se nova verdade no interior do campo disciplinar dito biológico. O falso e o verdadeiro estão presos ao jogo da busca da verdade. Neste processo, a refutabilidade de proposições e hipóteses é um pressuposto no funcionamento das regras do campo disciplinar, desde que amparada por uma verdade maior, fundamental a uma base epistemológica, que seleciona e organiza os enunciados internos e externos ao campo, válidos na manutenção da estrutura de sua verdade histórica.

Ligados ao procedimento disciplinar têm-se outros procedimentos no enredamento dos sujeitos com as redes discursivas. São as formas de legitimação e qualificação dos agentes ou sujeitos, para poder falar e "interpretar" determinados discursos em circulação em uma formação social; autorização ou negação ao uso de algumas formas e tipos de discursos, regrando suas trocas e conflitos. Montam-se tipos de fala, regras de escrita, de conduta oral, textual e temática permitida e ensinada para alguns, restringida para outros.

Algumas regras são impostas aos sujeitos do discurso em uma espécie de protocolo. Este dirige comportamentos, gestos e circunstâncias em que determinados signos devem ser usados no discurso. Dá-se ao sujeito o discernimento de usar a palavra certa na hora certa, proporcionando eficiência aos sentidos estocados para uso apropriado em um contexto discursivo. Dessa forma, põe-se a funcionar um hermetismo dado à interpretação estrita, a "preparados" de uma "sociedade de discurso", detentores de formas de se fazer um discurso agir, circular, espalhar-se, produzindo efeitos de poder em um campo delimitado da sociedade, mas que não deixa de ter influência sobre outros campos. No campo educacional, por exemplo, existe um constante alinhamento político na adequação dos discursos amarrados, pois interdependentes, entre conhecimentos e sistemas de poder. Da mesma forma que há discursos caracterizados pela restrição de sua extensão, existem discursos que buscam a difusão dilatada, não obstante a posse de sua interpretação "ideal e verdadeira" estar quase sempre na mão de poucos escolhidos. Caracteriza-se este procedimento discursivo como doutrinário. Ao mesmo tempo que cria forte identidade entre seus interlocutores, estabelece uma distinção com os *outros*, não adeptos ao seu quadro de enunciados. É a típica adesão exclusiva.

### 3.5 OPERACIONALIZANDO A ANÁLISE

Na operacionalização de leitura e análise de discurso, a noção de ideologia como fundadora de sentido na comunicação — isso dependendo da abordagem teórica — é uma preocupação constante. Influências diversas entre autores e correntes teóricas<sup>53</sup> são utilizadas na busca do entendimento da relação entre as condições de produção de um discurso com dada realidade social. A confluência de perspectivas abre novas maneiras para conseguir aperfeiçoar a compreensão de como silêncios ganham sentidos, elaborações discursivas

---

<sup>53</sup> No mínimo, a articulação de três setores do conhecimento, somente para a análise do discurso, como já dito: materialismo histórico, lingüística e teoria psicanalítica do sujeito (ORLANDI, 2002).

dominantes encenam transformações para se firmarem e subjetividades são constituídas por mecanismos de prática ideológica. Tratando das práticas sociais e políticas, de transformação social via temática — ou desculpa — do desenvolvimento, é importante também pensar a noção de instituição. Até porque as entrevistas saíram deste espaço social. A idéia de instituição é entendida aqui não como mero estabelecimento arquitetônico, espacializado e com funções especializadas no atendimento das demandas sociais. É encarado como um conjunto de práticas e relações sociais legitimadas na repetição. Ao entrar em vínculo institucional de qualquer tipo — e as políticas de DR abrem margens a esse tipo de abordagem — enreda-se o indivíduo/agente em relações discursivas e práticas próprias de determinado campo institucional. Para essas práticas terem o efeito desejado de legitimação estrutura-se uma ordem de identificação imaginária entre os pares do círculo institucional, produzindo expectativas de metas profissionais e modos de vida. Da mesma forma que se libera maneiras para os agentes conhecerem a ordem de funcionamento desse espaço, "escondem-se" deles outras ordens e estruturas de poder, que fortalecem os efeitos da subjetivação e das representações permitidas pelo plano ideológico, ele mesmo vital na manutenção das relações instituídas. As maneiras de falar, escrever e expressar não são neutras. Revelam, na denominação da realidade, estruturas mentais, tipos de preconceitos ou prenoções organizadoras de esquemas de classificação e organização dessa realidade.

### **Construindo o *corpus***

Sendo termo técnico de uso na lingüística, de modo simplificado e um tanto adaptado a pesquisas nas ciências sociais e humanas fora do estrito campo lingüístico, *corpus* é a constituição de um conjunto de enunciados, após passar por critérios de análise e seleção arbitrárias de um "universo" (ou *corpus* empírico) de enunciados possíveis ou dados em determinada circunstância histórica e social. Do "universo" para o *corpus* (ou *corpus* discursivo) os enunciados deste passarão pelo crivo de uma análise mais rigorosa<sup>54</sup>. No caso, o campo discursivo de referência, e de onde se constrói o *corpus*, é a totalidade dos discursos dos agentes do aqui já denominado campo tecnocientífico e vinculado às ciências agrárias ou rurais. Assim, grande parte dos enunciados produzidos pelos entrevistados não foi usada na pesquisa, *a*) ou por não terem relação com o recorte temático especificado na pesquisa; *b*) ou

---

<sup>54</sup> O *corpus* pode, segundo o fôlego e critérios do pesquisador(a), ser constituído por todo o universo de enunciados.

porque certos enunciados com relações interessantes e pertinentes não foram percebidos pelo pesquisador; *c*) ou ainda, certas associações não poderiam ser analisadas e comentadas dentro do tempo hábil da escrita da dissertação. O tópico *b* geralmente engloba inúmeras possibilidades não vislumbradas. Muitos enunciados tidos como "irrelevantes" à matéria da pesquisa por estarem dispostos, aparentemente, a uma grande distância das perguntas e provocações do entrevistador, tem, em uma análise mais cuidadosa e sistemática — influenciada pela experiência de um(a) pesquisador(a) — relevância e, por vezes, traços fundamentais dos elos que amarram um conjunto de sentidos vital à produção discursiva e à transmissão de disposições (tendência a certa posição) ou posições (situação assumida) de classe e suas demarcações ideológicas.

### **Desenvolvimento rural: discurso polêmico**

Enquanto nesta parte da dissertação haverá mais comentários sobre alguns pressupostos teóricos e metodológicos em análise de discurso; aqui e ali o uso de alguma entrevista (não analisada) para exemplificar uma afirmação, a quarta parte da pesquisa ficará como espaço de discussão da tessitura entre um fundo discursivo que conjuga duas noções: biopoder (ou biopolítica) e DR. A própria seleção e constituição do *corpus* da pesquisa já envolve um comprometimento com um tipo de análise de discurso, pois analisar implica já estar ciente do que pertence ou não a um *corpus*. Ao selecionar material discursivo sobre DR ou desenvolvimento, já havia a tendência de relacioná-lo ao biopoder, noção que, ao que parece, ajuda a constituir, ou a aceitar, o discurso sobre desenvolvimento e, conseqüentemente, DR.

Ao tentar vislumbrar a relação formada entre realidade e linguagem, fenômeno maleável e fugidio, a proposta teórico-metodológica para seu tratamento se comporta sem muitos critérios prefixados. Caminha-se tateando, revendo procedimentos, recortes e hipóteses. Apesar das possibilidades teóricas da análise de discurso, esta pesquisa contemplou pequena parte destas. Centraram-se mais nos níveis de pressuposição que o conjunto de discursos acerca da noção de DR carrega consigo em suas condições de produção. Ao notar que o discurso acerca das noções de DR se pauta pela polêmica, ou seja, fundamenta-se por um polissemia controlada (ORLANDI, 2002) — os interlocutores não abrindo ou fechando demais suas margens de definição — procurou-se perceber como o referente discursivo era

direcionado pelos agentes. Essa direção foi o que reforçou a hipótese da idéia de biopoder articular-se com noções de DR.

A análise do *corpus* quando dita que se dará sobre enunciados, pode ser entendida também pelo lado material ou sinonímico, como análises sobre textos, estes entendidos, por uma perspectiva pragmática (e não gramatical), como unidades significativas de um discurso. É no caráter enunciativo que o sujeito em suas modalidades simbólicas e imaginárias toma forma no discurso, através do exame de suas condições de produção em uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986). O *corpus* formado pelas falas acerca da noção de DR nesta pesquisa não está amparado por discursos tão-somente homogêneos e coerentes com o que se espera de uma retórica científica. Está cortado o *corpus*, também, por discursos de outras áreas, outros campos (religioso e político podendo ser alguns), formando um todo intrincado, com muitas convergências interpretativas, como a tendência de usar uma noção de natureza para justificar determinadas posições morais ou políticas ou realçar bucolicamente a inocência de sua gente: "eu considero que o meio rural tem uma vida saudável, ele precisa... poucas coisas para ele ficar bom mesmo. Ele precisa ter saúde, escolas e, principalmente, acho que cooperativas de... que protejam o meio rural da exploração do meio urbano" (Professor 1, UFRGS)<sup>55</sup>.

O conjunto de enunciados mais visados nesse caso foi o que envolvia o grupo de textos tocantes ao tema do DR, em sua conceituação, utilização persuasiva, aplicação e relação com a atividade política e científica. Embora o "universo" da pesquisa seja mais vasto, somente estes segmentos de enunciados constituíram o *corpus* e foram entregues à análise. Um *corpus* pode ser dividido em vários parâmetros de análise. Os principais são: o meio ou canal de transmissão, falado, escrito, musicado; o tema, no caso uma problemática do DR; e a função, persuadir, informar, autorizar, convencer. (BAUER & AARTS, 2002). Buscou-se nessa pesquisa ligações entre as variações possíveis de temas, opiniões, juízos, idéias dentro da problemática DR com a questão da biopolítica ou da noção de biopoder. Estas duas noções parecem alicerçar todo esse conjunto variado de comportamento discursivo acerca da idéia de DR. Mesmo com uma variedade temática, condicionada, ao que tudo indica, à trajetória social de cada agente, a noção de DR mantém-se sobre uma perspectiva invariável a respeito dos procedimentos e qualidades gerais do desenvolvimento. Essa base discursiva e de funcionamento das ações de transformação social, aqui apoiada e mantida como hipótese, que

---

<sup>55</sup> Todos os docentes entrevistados tinham a pesquisa como parte constante de suas atividades acadêmicas. Por esta razão, a pesquisa estará sempre implícita na indicação deste grupo no quadro dos entrevistados(as).



dão sustentação às falas sobre DR, é a lógica moderna de governo e controle da vida e sobre a vida através do domínio tecnológico, em suas mais amplas possibilidades.

No exame do funcionamento discursivo da problemática do DR, esse parece como um discurso disputado. Não obstante, foram procurado regularidades discursivas entre as diversas opiniões. A generalização de que estas regularidades se apoiam exclusivamente sobre uma prática de poder não deve ser levada como explicação última na manutenção de uma estrutura argumentativa sobre desenvolvimento como discurso único. Este trabalho tem um recorte temporal, justamente, em um período (a partir da segunda metade da década de 1990) de reemergência do debate sobre desenvolvimento. Transformações do eixo discursivo podem acontecer, talvez até existam simultaneamente com regularidades. De uma forma simplificada, essa pesquisa tenta verificar a articulação do discurso sobre a noção de DR com outro discurso, aqui sustentado como o da biopolítica. Resta ver se o discurso da biopolítica prevalece como matriz de articulação e sustentação do discurso sobre a noção de DR, ou se ambos são discursos díspares, externos um ao outro, cada um a seu modo único e sem contatos recíprocos. No entanto, já fica a deixa — por demais antecipada ao longo do trabalho — de que a noção de biopolítica constitui o espaço discursivo da idéia de DR, espaço aberto e absorvente de amplas posições sociais e teóricas.

Inúmeras possibilidades de análise do *corpus* ficarão em aberto neste trabalho. A centralidade da análise convirá sobre o discurso político e científico e a relação entre a idéia de "bem-estar" e de "qualidade de vida" sobre a percepção da noção de DR. Atinge-se um ponto neste tipo de abordagem — em grande parte engajada a uma perspectiva do discurso como instância importante de construção da vida social — onde se realça uma direção que agora se faz comum nas pesquisas sociais. Onde se considerava a linguagem como um reflexo da realidade, pergunta-se atualmente como conjuntos de enunciados e grupos vocabulares formulam e ordenam certas medidas políticas e problemáticas científicas, bem como o inverso. Um exemplo é a própria derivação, nos anos de 1960, dos questionamentos da lingüística (de modo geral associados ao estruturalismo) às mais variadas áreas do conhecimento social, humanidades e artístico. A grande vantagem do método de análise de discurso (em suas imensas variantes) reside nas aproximações de questões, idéias, conceitos e estruturas textuais não percebidas, distanciadas das possibilidades de correlação.

Às vezes em uma série de palavras, encadeadas sucessivamente na formação frasal e enunciativa, relações entre termos próximos ou vizinhos, mesmo com alta ocorrência estatística, passam "despercebidos" em suas possibilidades heurísticas. Da mesma forma, também, para as seqüências discursivas, embora o método ou procedimento de decomposição

de enunciados para organizar ou clarear a estrutura base de um texto, na busca de seu sentido profundo, seja trabalho complexo e próprio de especialistas das "teorias de análise de discurso", como foi expresso por Pêcheux (1997). No entanto, as perguntas de um(a) lingüista são diferentes das perguntas de um neófito engajado em outra área de pesquisa social. E perguntas determinam a constituição do *corpus*. Muitos resultados, inclusive o deste trabalho, podem ser considerados óbvios, tempo despendido a resolver questões claras com método impertinente, produzido para outros tipos de perguntas, precisamente lingüísticas. Antecipando este questionamento aproveita-se da afirmação de Prost acerca da "(...) força retroativa do óbvio. A evidência provocada pelo estudo se impõe como anterior ao estudo, e o leitor conclui de boa fé que o estudo era inútil, já que suas conclusões eram evidentes..." (PROST, 1996, p. 310). A suposta evidência, por vezes, está muito longe do horizonte de respostas às primeiras perguntas de um trabalho de pesquisa. Estas "evidências" são frutos dos deslocamentos das relações estabelecidas de enunciados produzidos pela mediação entre formas críticas de leitura e o texto analisado. O *como se faz sentido*, muito mais *qual sentido*, redundante na "traição" do texto, expondo a face mascarada e funcional dos enunciados banais, corriqueiros, canônicos.

A posição de considerar os textos autonomamente, sem pretender buscar o que eles querem dizer, torna a idéia da transparência da linguagem, mediando realidade e comunicação, sem sentido, visto que os textos conservam-se densamente opacos. Os textos ou discursos são marcadores de posições, são atos, "não são apenas *meios* de dizer seus atos e posições" (PROST, 1996, p. 317. Sem itálico no original.). Os dizeres sobre a noção de desenvolvimento ou DR, especificamente, não estão dissociados do fazer. As marcas lingüísticas de um texto ou de um discurso sobre DR assinalam modalidades discursivas verbais (tipos de ação no tempo). Assim, na maioria das entrevistas, na questão particular e direta sobre o que o/a entrevistado(a) considerava DR, as respostas eram titubeantes, visto o contexto da entrevista ser problematizador desde o início, pois havia uma antecipação de apreciação crítica das entrevistas sobre temas de relativa complexidade. As modalidades de enunciação sobre a idéia de DR oscilaram entre a possibilidade, o compromisso moral e institucional para com os grupos sociais irremediados, a obrigação de repensar as questões ambientais e a opinião sobre a necessidade de rever as utopias sociais celebradas no século XIX.

## **Desenvolvimento rural e seu comportamento conceitual**

O *corpus* foi constituído ou tentado a constituir-se por posições políticas e teóricas diferenciadas entre os entrevistados(as), para assim dar ocasião a comparações entre noções de DR. No geral, e ao contrário do esperado, as opiniões e definições sobre DR ficaram sobre um patamar conceitual comum. Em muitos casos, se definiam ou se esclareciam em oposição a um conjunto de ações e idéias ligadas ao "crescimento econômico" e "implementação da mecanização na agricultura", principalmente na década de 1970, mas que não poderia ser considerado desenvolvimento. Segundo um Extensionista/Pesquisador (EP) do Rio Grande do Sul — EMBRAPA, quando perguntado como definiria desenvolvimento (tentando ligar a questões rurais):

EP-1 Eu sei exatamente, talvez, o que não é desenvolvimento. Agora, o que é, eu não sei (...) O que não é desenvolvimento rural é o que aconteceu. Que é, que tá aumentando, crescendo o êxodo de pessoas de lá, o empobrecimento das pessoas, a destruição das bases de recursos da onde essas pessoas deveriam viver e ajudar a manter o resto da sociedade com a produção de alimentos, onde não tem segurança alimentar nenhuma... onde se joga um montão de produtos que a gente não sabe que tipos de externalidades vão causar.

Dessa entrevista anotam-se, para reforçar, duas questões já ditas sobre a constituição do *corpus* desta pesquisa. A primeira é a dificuldade de definição da noção de desenvolvimento e DR entre os entrevistados(as). Dificilmente a resposta fluía, ágil, sem temor. Na maioria houve uma série de hiatos, reticências, dúvidas, muitas delas causadas pela própria proposta da entrevista: pesquisa universitária! A prontidão científica no contexto das entrevistas rompe com a espontaneidade da primeira impressão. Aí se via a vigilância intelectual. Uma resposta pedagógica, fácil, certa, estava barrada pela assunção das dificuldades da questão. Além da extensão da questão do desenvolvimento, por, talvez, ter sempre que estar amparada contextualmente, justamente por sua ligação a uma idéia de projeto de sociedade, de finalidade, de percurso, sendo assim, uma razão política expressa; por outro lado, a difusão do termo desenvolvimento ainda está amarrada aos “corredores da Casa Branca”, em sua estratégia de política externa ao considerar-se padrão civilizatório para o mundo e distribuidor de receitas para se chegar a este padrão. Quando não, e na mesma linha de raciocínio, "desenvolvimento sempre vinculado ao crescimento econômico" seria

ponto contrastante a uma "nova forma para pensar o desenvolvimento". O ranço dessa ascendência do termo e todas suas associações aos planos de desenvolvimento advindos daí corroboram para a diferenciação de certas qualificações ao termo desenvolvimento (desenvolvimento sustentável, por exemplo) ou, quando não, sua negação. A segunda consideração a respeito da fala acima é a que auxilia na confirmação da hipótese central desta pesquisa. A produção de sentido dos discursos sobre DR se faz sobre uma base discursiva maior, aqui considerada como cúmplice da noção de biopoder, no que atinge a determinações históricas de processos semânticos e técnicos sobre o controle da vida, do corpo, da natureza e da sociedade, com todas as condições de produção de uma formação discursiva: entre tantas, as principais são oposições, aproximações metafóricas, exclusões conceituais, disciplina na organização dos enunciados, autoria para sua legitimação.

### **Realidade social e fenômeno verbal**

O movimento objetivo dos agentes na sociedade, nos campos de ação e de legitimação, constitui e modela a linguagem, do mesmo modo que esta, a seu modo, determina aquele. A verbalização enquanto ação estruturada lingüisticamente, não está desligada de quem a produz, de quem a recebe. Os locutores estão mergulhados e plasmados por historicidade, pelas circunstâncias das condições de produção discursiva. Podem ser feitas várias reflexões acerca das questões sedimentadas sobre DR, entre várias opções teóricas. Entre tantos elementos simbólicos que poderiam ser retirados e reconstruídos em forma de dados, das entrevistas, por uma análise de discurso, optou-se por um. Tendo em vista a dispersão das falas, o caráter fragmentário e por vezes fugidio das respostas, percebeu-se uma tendência, a demarcação de um conjunto enunciativo sobre a vida, as técnicas que a examinam e a moldam. Metáforas de vida e morte se entrelaçam nas respostas sobre noções de desenvolvimento e DR. Bem marcadas, por exemplo, nas falas de dois extensionistas do Rio Grande do Sul (EMATER e CE-Ipê):

E-1 (...) Esse processo nosso de desenvolvimento aí, faz com que muitas pessoas estejam mortas, embora fisicamente não estejam. As pessoas não têm mais objetivos de vida, não têm mais opinião, não têm mais propostas para nada e... é, dá para se encontrar quase pessoas mortas.

E-2 (...) Nossa concepção de desenvolvimento ela tem que articular uma série de atores. Tem que articular a questão ambiental dentro dessa concepção de que as técnicas a serem usadas elas respeitem as dinâmicas sociais, as dinâmicas ambientais e a biodiversidade e a preservação desse, desse recurso natural que é importante pro planeta, importante pra vida.

A mobilização e articulação de uma série de propostas de garantia de proteção e manutenção de dimensões sociais, ambientais, tecnológicas entre outras, que noções de desenvolvimento tencionam, como a acima, está ligada, talvez, aos aspectos multiformes da entrada dos saberes científicos e técnicos no tratamento dado à problemática ambiental, às "tecnologias limpas", à despoluição e à "salvaguarda dos meios naturais", através de um governo racional dos seres vivos (LASCOUMES, 1994). A maioria dos agentes entrevistados ressaltou o papel que a ciência e todo um aparato tecnológico tem para solucionar "os problemas ambientais atuais" decorrentes das técnicas usadas na produção agrícola, ainda que alguns expressassem a inadequação do conhecimento científico para o bem de uma maioria. Poder-se-ia argumentar que a discussão das variações possíveis da noção de biopoder é irrelevante, mesmo óbvia, pois como seres vivos, há uma imanente preocupação humana (social) com a vida. No entanto, a tecnociência contemporânea representa uma armadura cognitiva que molda a seu jeito *órgãos sociais*, "os meios técnicos coletivos de que o homem dispõe" (CANGUILHEM, 2002, p. 228), para resolver as necessidades sobre a vida, prescritas culturalmente e sob conflito. Quando a problemática do desenvolvimento absorve a temática ambiental, a social, a tecnológica, a científica, enfim, os variados eixos temáticos dispostos no conjunto das "necessidades sociais", a noção de biopoder põe-se como interessante categoria analítica para a análise do DR.

### **Novas experiências do olhar**

A força do discurso biológico, da genética principalmente, molda novas e velhas possibilidades de representação social; a clonagem ou a transgenia rompendo com o núcleo de uma idéia de reprodução, de parentesco, de indivíduo, de família. O ser humano é tentado a ter o mesmo *status* que outros animais; ao ficar despido, como tudo o mais que é vivo, restou-lhe genes. Emergindo como variação de uma ontologia substancialista, para alguns a composição do DNA é o sinal de uma identidade total, identidade biologizada, a substância de

uma pessoa. E ao mesmo tempo em que esses saberes causam pânico para alguns, motiva deslumbramento para outros. De uma forma ou outra a tecnociência (pelo menos quanto à responsabilidade sobre os efeitos de certos conhecimentos) estará habitando o cerne deste debate e estará inscrita como padrão na construção de normas sociais e dos artifícios de controle de elementos ou recursos vivos e inanimados nas sociedades modernas.

E o que seria esse desnudamento<sup>56</sup> do ser humano que não um super olhar? É uma expectativa de um projeto de mundo construindo ferramentas, instrumentos, máquinas para "tornar visível tudo o que é invisível!",<sup>57</sup> panóptico que se espalha, essa estrutura ótica de controle, de disciplina, de educação e emancipação difusa por todas as áreas sociais. Tenta-se a visibilidade ampliada do ser humano, de outros seres vivos, através da perscrutação da vida, como o foi da alma nos processos de confissão eclesiástica, de cristãos vivendo a crença da culpabilidade hereditária (desde Eva e Adão) e a esperança de redenção (DELUMEAU, 1991). A rede conceitual que preenche o termo desenvolvimento, ao que parece, está assentada sobre a base da noção de biopoder. Se DR, entre outras coisas, tende a indicar envolvimento estreito, "sem a dispersão da comunidade rural, viabilizando a ocupação da comunidade rural, do meio rural" (Pesquisador 1, EMBRAPA - RS), uma inclinação à aproximação, as pessoas, em uma perspectiva durkheiminiana<sup>58</sup>, para que possam fazer parte de um grupo ("civilizado", "desenvolvido", "de primeiro mundo", "cidadão") têm de se sujeitar. Esse processo de sujeição (que não se dá sem resistência) se dará, em muitos casos, na sociedade contemporânea, pela divulgação e incorporação de discursos institucionalizados, o escolar principalmente, através de novas percepções de corpo, sexualidade, intimidade, trabalho, morte, sociedade, agricultura, saúde, entre outros. Essa é uma maneira da sociedade moderna operar. O que se procura neste trabalho é entender um pouco como isso acontece (quanto ao objeto DR) e é entendido por um particular grupo de agentes sociais.

---

<sup>56</sup> Talvez o termo desnudamento deva ser relativizado, pois o corpo sempre foi e será marcado, imaginado, "tatuado", estará revestido com algum simbolismo. A estratégia histórica do empreendimento civilizatório não escapa dos desígnios em transformar o corpo transitório, mortal em algo (uma imagem) eterno, como por exemplo, a idéia da clonagem humana (senso comum) sugere a continuidade de um indivíduo, por ser uma "cópia geneticamente idêntica".

<sup>57</sup> Divisa do Iluminismo.

<sup>58</sup> Para essa corrente epistemológico-metodológica os fenômenos sociais não são redutíveis a idéias ou representações conscientes dos indivíduos, suas explicações imediatas para esses fenômenos ou fatos. Estes são exteriores e independentes a eles, além de coercitivos, não passíveis de conhecimento imediato (DURKHEIM, 1983).

## Política e discurso científico

A convergência de temas ditos científicos para uma pauta política está cada vez maior atualmente. Basta saber, contudo, se os problemas humanos estão maiores e mais complexos ou se a política e a ciência estão estreitando espaço sobre um estatuto de realidade. Quando se acredita na formulação foucaultiana de biopoder, uma crença é rompida: a de que a ciência deveria estar interessada nos assuntos relativos à natureza e a política nos assuntos relativos à sociedade ou às questões humanas. As duas questões estão imbricadas, indissociáveis. Questões do conhecimento tradicionalmente desvinculadas da esfera política são agora abordadas em discussões acaloradas. A natureza entrou completamente na pauta política. Bebês de proveta, o efeito estufa, a chuva ácida, as manipulações genéticas, a destruição da camada de ozônio, a energia nuclear são agora temas políticos, mas objetos temáticos concebidos primeiramente pela ciência (SEGUIN, 1996). A circulação de objetos e temas da ciência concebe novas questões políticas. Isto faz pensar que a análise de discurso tenta quebrar com a noção de que a circulação de temática de novos objetos comuns entre ciência e política tenha um referente totalmente concreto, atrás dos processos discursivos ou da linguagem, sem cair, contudo, em um subjetivismo radical.

Desenha-se uma abertura crítica, assim, na crença de uma linguagem como meio neutro na representação fiel de fatos e fenômenos exteriores a ela. A verdade titubeia por uma referência incerta e oblíqua através de uma arena argumentativa. O caminho aberto pelas discussões de análise do discurso insere o sujeito autorizado a categorizar a realidade pela ciência, em um mundo empírico, em uma sociedade atravessada pela dessimetria nas relações de força. Sujeitos falíveis, atravessados por valores e julgamentos morais. Temas científicos não se restringem ao campo do discurso científico, pois, embora relativamente limitados, ainda estendem-se ao campo de ação política e pública e a determinadas figurações de poder decorrentes desse encontro.

A cena política, construída pelos novos temas “tirados” da ciência, estabelece, enquanto fenômeno discursivo, a construção e os limites de uma realidade. Como não existem palavras e referenciais comuns a todas as pessoas, haverá uma disputa entre os locutores capazes a utilizar tal discurso de forma autorizada. Esta autorização geralmente está associada ao efeito de sentido posto como legítimo pelo relato de poder. O discurso científico quando usado no campo político serve, principalmente, para justificar forças estabelecidas, sustentando os arranjos de forças dispersos socialmente, tanto pela prática discursiva, como pela disposição dos agentes no tabuleiro de cada campo social.

## Educação, legitimação e desenvolvimento rural

O peculiar campo onde se deram as entrevistas mantém o crédito de avaliar tomada de decisão para uma coletividade relacionada ao rural, pois dispõem de um conjunto legítimo de saberes para tanto. Decisões no nível particular, de pequeno grupo, familiar, necessitam geralmente de uma certa experiência de vida, noções adquiridas na prática social diária. Já para decisões de ordem pública, de maior alcance, é necessário um outro tipo de legitimação de saber, um conjunto de códigos e expressões que não tenham ligação direta com aplicações e práticas diárias. É a área onde se constitui a retórica dos saberes dominantes, indissociável a um modo de verbalização e expressão lingüística. A respeitabilidade adquirida pela fala acadêmica, técnica, passa sempre por uma tradição intelectual dominante (filosofia, literatura, história) para adquirir legitimidade nas decisões públicas (GNERRE, 1991). O encadeamento das formas de verbalização, de expressão de idéias, formação e perpetuação de categorias sociais, estão coladas ao encadeamento das posições sociais das pessoas. Ainda que passe por transformações e seja objeto de críticas, problematizações, o termo "desenvolvimento" arrasta consigo um peso semântico, uma historicidade pregada ao jogo metafórico "do crescimento", "da evolução", "do progresso". A maneira como se dá a expressão, difusão de saberes, seleção social (mesmo burocrática) dos agentes envolvidos de alguma maneira com a temática do DR, passa por uma cadeia descendente de legitimação sobre legitimação. Uma pessoa é legitimada por outra pessoa e assim por diante, em um movimento de cristalização e seleção de uma série de crenças e valores sociais condizentes com a continuidade e estabilidade de um campo, o científico, por exemplo.

E qual a relação entre formas de expressão, produção discursiva e posição social? Quando a implementação da educação e da saúde está ligada a um ideal de desenvolvimento e/ou DR (praticamente unanimidade nas entrevistas) a fácil e natural aceitação desse ponto pode fazer passar despercebida uma questão importante. Ao mesmo tempo em que essa difusão é aceitável (extremamente importante) em uma sociedade dita democrática, não se pode perder o acobertamento de dispositivos de poder e dominação que lhe estão presos. A difusão tende a se processar de modo desigual, pois seu cerne cultural e social é particular a um grupo social hegemônico (uma classe social, por exemplo). Porém, a divulgação e extensão de um projeto de DR pode levar consigo um sistema normativo (que define o que é saúde e impõe uma variedade lingüística "correta") e uma ordem consensual fechada nas mãos do grupo social dominante. Este grupo teria junto a si a força para redefinir constantemente este conjunto de normas e argumentos no estabelecimento de seu consenso.



Em suas mãos estaria o poder de controlar categorias, conceitos, signos e símbolos instituidores de uma realidade social e histórica inscrita em um conhecimento escolar. Forma-se assim um processo de naturalização de hierarquias e desigualdade de força na produção e legitimação de verdades. Na medida em que um processo de "DR" caminha, um contingente social ao ter acesso a um sistema de educação, de conhecimentos técnicos relativos à agricultura, saúde, divide-se em duas parcelas. Os que passam por este processo sem maiores problemas, utilizando-o de várias formas para melhorar uma condição de vida, ou capitalizar condições de mudança, e os que ao incluírem nesse processo, paradoxalmente se excluem, fundamentando assim, a base discriminatória do saber legítimo (BOURDIEU, 2001).

O mecanismo social de legitimação, o processo de conferir "idoneidade" a uma tradição cultural, a um tipo de saber, passa necessariamente por uma divulgação de normas, arbitrarias e sob a posse (enquanto um sistema de codificação) de um grupo ou classe social. Noções como as de "desenvolvimento" podem arrastar consigo, em certas difusões, um conjunto de crenças e valores com sentido reconhecido e aprovado pelas classes dominantes. Sociedades divididas em classes e estruturadas sobre determinados padrões materiais e ideológicos reproduzem configurações culturais através de uma mediação, que por vezes, se caracteriza como uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989). Ou seja, políticas ditas de "desenvolvimento", quando instanciadas por certos modelos, podem estar exercendo uma sutil dominação, sem aparecer sobre a forma de restrições e força declarada. Apresentando-se sobre a ampla forma do "bem-estar", a noção de "desenvolvimento" pode estar constituída e manejada por uma classe dominante, na imposição de uma definição de mundo que seja consistente com seus interesses. De forma alguma se quer aqui destronar toda uma história de políticas de bem-estar social. O que ainda mantém suportável, de certa forma, principalmente nos países hegemônicos, alguns aspectos desastrosos do capitalismo.

Quando "desenvolvimento" é "cultura", "educação", "saúde", "tecnologia", tem-se um somatório de positivities que podem funcionar como elos de mediação entre os interesses das classes dominantes, postos como naturais e necessários, e não como arbitrários e historicamente contingentes. Sob esses termos, noções de desenvolvimento podem servir para difundir interesses em nome da sociedade, legitimada por um conjunto de saberes postos como neutros e autônomos, mas funcionando para legitimar gostos, conhecimentos, discursos e experiências das classes dominantes. Administrando o que vale como significado, ou seja, invisibilizando uma base ideológica, as classes dominantes "apagam" a arbitrariedade cultural. A noção de *habitus* de Bourdieu (1996) ajuda a esclarecer um pouco mais esse ponto. Pautando-se sobre uma gramática social baseada em classes, disposições subjetivas referentes

a gosto, comportamentos, conhecimentos cristalizados em esquemas de pensamento e artifícios corporais, ou seja, um conjunto de competências e necessidades internalizadas, está sempre mediada por estruturas sociais e prática social. Dito isso, um cuidado analítico deve ser tomado aos discursos que se viabilizam ao ter em seu interior o termo desenvolvimento como categoria de persuasão segura. A estruturação do fenômeno da violência simbólica não se realiza de forma mecânica; é, em parte, uma dinâmica que se estabelece e se reproduz pelos próprios oprimidos, desde que o *habitus* conduza práticas que estabeleçam os limites de suas operações de invenção, crítica e transformação social. Essa abordagem, de certo modo, pode explicar como um conjunto de discursos acerca do DR ou do desenvolvimento, de forma geral, se reproduz socialmente, através de uma análise de como estruturas objetivas como linguagem, escola, família, extensão rural, podem tender a produzir disposições que estruturam expectativas, experiências sociais de parte de uma população rural, que por sua vez reproduzem as estruturas objetivas que lhe dão suporte.

Termos como "autonomia", "democracia", "educação" e "emancipação" avizinham-se com "desenvolvimento" e "DR" nas entrevistas. Para além das oportunidades e possibilidades que estes termos, postos em ação, evidentemente carregam, algumas minúcias dessas ações devem ser consideradas. Junto a essas ações, certos mecanismos ou instrumentos de controle podem se difundir sobre grupos menos controláveis da população. Essa porção populacional, quanto menos contato mantiver com os sistemas de normas sociais dominantes mais difíceis de serem governados, pois, a eles, possivelmente faltará instrumentos de subjetivação para indicar sua posição social relativa. Estabelecendo uma comparação acerca dos recursos educacionais e processos de padronização de língua, Gnerre (1991) talvez ajude a esclarecer um pouco mais esta questão:

Passar forçosamente as pessoas através do túnel da educação formal significa fornecer a elas alguns parâmetros para reconhecer um mapa da estratificação social com alguns diacríticos relevantes para o reconhecimento de quem é quem: um instrumento a mais para medir a desigualdade social. Neste sentido também a educação é parte de um processo que visa a produzir cidadãos mais "eficientes", isto é, mais produtivos, mais funcionais ao Estado burocrático moderno, abertos para sistemas padronizados de comunicação e prontos para interagir na sociedade (GNERRE, 1991, p. 30).

Abrindo o foco sobre a questão da reprodução de uma cultura dominante, ou de formações discursivas que se estendem pela história, produzindo dispositivos ideológicos de controle, geralmente é o contexto de produção ou geração dessas relações de poder que ficam apagadas em relação ao aumento da visibilidade dos sujeitos, de suas práticas sociais, de seus

corpos, de seus "segredos". O que se encaixa, de certo modo, à regra da teoria dos sistemas, cuja única observação perfeita é aquela, paradoxalmente, que não pode ser observada. Prática após prática, saindo de mosteiros, escolas, hospitais, casernas, a estrutura ótica de controle e disciplinamento (FOUCAULT, 1977) esgueira-se a outras dimensões sociais, aproveita-se de máquinas e instrumentos de monitoração. Criam-se novos códigos (códigos protéticos, genéticos, códigos fonte de *softwares* etc.) novas possibilidades de emancipação e ao mesmo tempo, restrição, limitação, coerção. O regime histórico do visível, a partir da pretensão Iluminista, é indissociável do desenvolvimento da tecnociência, dos exames, questionários cada vez mais aperfeiçoados na expectativa do controle social, da administração da vida.

O processo de elaboração do pensamento, no rompimento com o senso comum, aparecia na pausa, na repetição, na reticência, "(...) Desenvolvimento rural? Vamos ver... tá... vamos lá... Eu... esse desenvolvimento rural é... aí começa a complicar a coisa (...)" (Pesquisador 2 EMBRAPA - RS), na intenção, muitas vezes, de escapar a um conjunto de opiniões correntes, rotuladas e dimensionadas ao "conhecimento comum". Há uma brecha neste caso, à discussão dos processos de estereotipia, emaranhado de imagens, informações, padrões estéticos e morais, circulando pelos mais variados meios de comunicação e atingindo, sob variadas condições de autoridade, os sujeitos.

De certa maneira, as "condições de prestígio" de cada campo ou subcampo (econômico, ambiental, religioso entre outros) e respectivos agentes envolvidos no debate sobre DR — determinado por conflitos históricos — afetam a construção do argumento de autoridade sobre o tema. Prestígio, atribuição de qualidade a alguém ou a alguma coisa aceita e valorizada no mercado simbólico, está intimamente ligada à autoridade e força do discurso. Efeito de autoridade e prestígio é um efeito discursivo, força de ação e juízo a favor ou não de uma tese. A autoridade do discurso científico, por exemplo, se configura de várias maneiras, em fiéis (estatisticamente) aproximações entre posições objetivas dos agentes no campo e linhas discursivas. A dependência entre estas posições e o tipo de discurso que carregam e reproduzem, gera, em um mesmo movimento, vários tipos de autoridade. Dependendo do contexto de expressão, um tipo de discurso, dito por certo agente, pode criar a autoridade de pessoa sábia, responsável, malandra, verdadeira, corajosa. E por este mesmo sujeito se difunde a autoridade do discurso institucional, da ciência, do partido político, da ONG, do grupo religioso. Essa ação discursiva é dificilmente separável de quem a expressa. O "pare!" de um policial fardado não terá o mesmo efeito do "pare!" de um simples transeunte. A fórmula *quem diz, o que se diz e a forma pela qual se diz* faz com que enunciados homólogos tenham sentidos diferentes, dependendo de quem emite, em que lugar e em que tempo. Isso

sem dúvida se deu nas entrevistas, graças aos dispositivos discursivos de geração de credibilidade. E muito desses efeitos de autoridade, crédito, confiança são inseparáveis das relações entre as categorias de campo e *habitus* tratadas por Bourdieu. O *habitus*, no processo de interiorização da exterioridade, informará a conduta do agente no espaço da prática científica, moldando estratégias argumentativas convenientes à elaboração de esquemas de pensamento, percepção e ação. Havia uma espécie de "solidariedade pela ciência" durante muitas entrevistas, principalmente quando perguntas "impertinentes" não barravam a "liberdade" da conversa. Era o efeito de compartilhar — embora não fosse regra — as mesmas condições objetivas que estruturavam o campo e que estabelecem homogeneidade e regularidades às práticas científicas e/ou acadêmicas, percepção de evidência, de necessidade e obviedade de certas perguntas e respostas, pois inseridas e ajustadas a um *habitus* de grupo.

Como a argumentação verbal era o foco principal do trabalho de campo, tentou-se estabelecer elos entre uma série de elementos teóricos de análise do discurso, com a problemática da diferenciação histórica das esferas de atividade da sociedade ocidental moderna que já vem de longa data sendo tratada por Marx, Weber, Elias, entre outros. A preferência, como já visto anteriormente, ficou pela noção de campo de Bourdieu, embora com modificações influenciadas pelo tipo de recorte do empírico e abordagens como a de Lenoir (1997a), *o campo tecnocientífico*. Embora muitas questões levantadas durante as entrevistas sejam interessantes — na medida em que a adesão a um plano lingüístico, formas de dizer e persuadir estão geralmente associados a tomadas de posição do locutor — preferiu-se não esquematizá-las na análise. Por exemplo, havia uma discussão recorrente em torno do "desenvolvimento" enquanto uma forma de "distopia", o que poderia caracterizar esse discurso — evidentemente com uma análise mais cuidadosa — como uma espécie de limite ao legado das grandes doutrinas ou sistemas de princípios sociais europeus do século XVIII e XIX. "Distopia" no sentido de que os discursos sobre desenvolvimento em muito se pautaram pela idéia dos *limites e impossibilidades* a um crescimento ilimitado (típico das tradicionais utopias), com todos cidadãos tendo acesso aos bens proporcionados (consumo de massa, por exemplo) pelo aparato industrial da sociedade moderna contemporânea. Outra coisa interessante é que quando o discurso ambientalista se une ao do desenvolvimento, a temporalidade é linear, não-cíclica, sem retorno, sempre avante. Por ser emblemática, aberta, cita-se a fala de uma Extensionista/Pesquisadora no Paraná — IAPAR:

EP-2 Desenvolvimento, a gente não pode mais hoje, a gente não pode ter mais aquela visão utópica de mundo. Desenvolvimento é uma coisa em ação, a palavra diz. Movimento.

Então não tem como voltar, não tem como retroceder... Quer dizer. Então desenvolvimento para mim é uma evolução (...). Só que é um desenvolvimento que a gente não pode mais, não tem mais, não vai ser possível mais a gente ser... é... falando em meio ambiente. Como era antigamente, isso é utópico (...).

No entanto, um ponto foi eleito como central e, de certo modo, desmembrado do universo das entrevistas, firmando-se como prioridade na valorização do *corpus*. O contexto fornecido pelo campo tecnocientífico estabeleceu uma série de termos, idéias, sentidos sobre DR e aqui organizados e dispostos como pertencentes à lógica da noção de biopoder. Pelo menos, enquanto uma entre muitas aberturas teóricas para se estudar o tema do desenvolvimento.

Ao tentar caracterizar ou conceituar "desenvolvimento" e "DR" os entrevistados(as) conduziram suas falas por uma peculiar linha<sup>59</sup> na montagem de sentidos. Em muitos casos "desenvolvimento" adquiria gradativamente sentido ao se aliar — mesmo para contrapor-se depois — a temas como progresso, políticas de natalidade, controle populacional, saúde, temas caros à categoria biopolítica. Breve testemunho disso é o trecho abaixo, de um professor (P2) universitário (UFSM/RS). Argüido sobre o que seria desenvolvimento, responde, condensando em sua fala um conjunto de opiniões ("eu não sei se isso é verdadeiro"), uma polêmica entre os a favor e contra uma noção de progresso. Nota-se a série de temas acima, e o professor 2 tomando progresso como sinônimo de desenvolvimento:

P-2 Eu faço essa discussão com meus alunos (...). Quer dizer, densidade populacional traz progresso, se você não tiver densidade populacional dificilmente terá progresso. Eu não sei se isso é verdadeiro, mas é um grupo que defende isso. Então entra aquela discussão, profunda, importante: controle de natalidade. E aí uns vão dizer: tem que ter gente, porque se você tiver gente, você vai ter progresso, vai ter, pra ti instalar indústria, comércio, escolas... sabe aí, e outras coisas que se chama de progresso, hospitais e tudo mais. Se você tiver pouca densidade populacional, ninguém tá interessado, ninguém vem. Você vai ter, vai ter menos progresso. E essa discussão é bastante complicada. Acho ela bastante complicada... importantíssima. E entra o controle da natalidade, fazer ou não fazer.

Esse será o eixo, a partir de agora, da principal análise do trabalho, a relação e inserção das noções de biopoder e DR (ou desenvolvimento em alguns casos) no processo de

---

<sup>59</sup> A metáfora da linha não necessariamente indica retidão. No caso, se aplicaria mais como fenômeno oscilatório, pensamentos vacilantes, mas encadeando-se, movendo alternadamente em sentidos opostos, mas sobre uma base comum de significado.

circulação e mesmo permanência das variadas retóricas sobre "desenvolvimento" e "DR" circulantes no campo tecnocientífico em questão.

## 4 BIOPOLÍTICA E DESENVOLVIMENTO RURAL

### 4.1 EXPANSÃO DE UM NOVO MODELO DE INTERVENÇÃO

Neste último capítulo, alguns temas serão tratados em suas relações com a noção de DR ou desenvolvimento. O cruzamento desses temas, palavras-chave regulares, usuais, norteadoras de sermões e tratados políticos, forma o espaço discursivo de onde emerge toda a vitalidade da principal noção aqui estudada (DR). Esta noção, como se verá, é falada “através dos agentes”, dentro de um quadro de mitos e crenças estruturantes dos parâmetros civilizatórios hegemônicos do ocidente: a abundância e a previdência oferecida pela ciência, frente a um mundo contingente; a luta contra a mortalidade; a crença em uma temporalidade apocalíptica; a fantasia do progresso, da evolução. Será tecido algum comentário, ainda, sobre a relação entre argumentos, crenças e idéias justapostas no círculo de debate alcançado pela expressão DR, considerada condizente e apropriada com a estratégia de poder contida na noção de biopolítica. Se, de certo modo, biopolítica, seguindo algumas modificações conceituais operadas na Itália, no caso tratado principalmente por Agamben (2002), tem como função característica adaptar políticas e exercício de governo sobre a vida em geral, ou seja, não apenas diretamente ligadas à dinâmica populacional humana, mas à preservação ambiental, à biodiversidade, à vida de outros seres, biopoder seria a lógica, o domínio prático para se chegar a determinados fins, sujeitos à razão, aos desejos e crenças da biopolítica. Essa preocupação com a vida em geral não subsiste apenas pelo manifesto respeito e atenção da sociedade pela vida em si. É uma nova percepção gerada historicamente e culturalmente pelas sociedades industriais e técnicas na suposta supremacia em dirigir e governar o que até então era uma “natureza indomada”. Além de ter um suporte econômico e técnico, a biopolítica, enquanto narrativa e prática política, está ancorada pela comunicação. É fermentada pelo calor de uma linguagem científica. O debate formado pelas questões ambientais, as “respostas da natureza” — nem sempre boas — frente às ações humanas, as consequências desastrosas ou não esperadas de certas aplicações instrumentais e técnicas para o conforto humano e para os meios de produção é conduzido majoritariamente por um vocabulário científico. Quando não, o conjunto das problemáticas ambientais, ou dos “grandes problemas” contemporâneos são originados e pautados tão-somente por considerações científicas, enredo certo e legítimo para apoiar certas conclusões e considerações políticas.

Se as noções de DR expressas nas entrevistas têm muitos elementos conceituais e propositivos representados na idéia de biopolítica, é de se considerar, criticamente, a ligação das políticas de desenvolvimento como imanentes ao caráter informe e dinâmico do sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que buscam a emancipação, a liberdade, a “vida boa”, políticas de desenvolvimento tendem a agir nos variados níveis do cotidiano individual, produzindo ou oprimindo desejos e necessidades, na medida em que estes estão investidos de historicidade, moldados pelos encontros de sociedades. Os dispositivos do biopoder não operam apenas no nível político e econômico, mas também nas menores atividades e rotinas da vida diária, fabricando categorias universais<sup>60</sup>, divulgando-as de uma sociedade a outra com constrangimentos e violência ou, principalmente, pela gradual fabricação de um consentimento pela hegemonia. Dispositivos traçados por categorias andantes, circulantes, operando na linguagem e pela linguagem, pelas práticas econômicas e produtivas, inseridas na vida cotidiana, no seio das instituições, nas famílias, na escola, nos sindicatos, na universidade, nos partidos. Mas as ações de desenvolvimento — pensando sempre em sua atuação nos espaços rurais — não são forças determinantes, controlando e cooptando desejos e sonhos, impondo deveres, obrigações, regras de conduta, proibições, contratos; são situações tomando forma e sendo negociadas em função das relações de forças implicadas. Dependendo do conjunto das forças e campos sociais envolvidos, há sempre a possibilidade de grupos sob a ação do “desenvolvimento” colocarem e conseguirem suas demandas, em um desejo de “viver” e de alguma forma “mudar o mundo”.

A sofisticada estrutura de poder que envolve a sociedade capitalista contemporânea apresenta um constante aperfeiçoamento da organização da vida social através de técnicas de poder que incidem sobre os corpos em multidão e na vastidão territorial, caracterizadas por Foucault como biopoder (enquanto força que regula populações), contrário da *disciplina* (enquanto força, treinamento, realizado no corpo individual, no espaço fechado), não obstante uma técnica e outra se complementarem. A norma é o que liga uma técnica e outra de poder. A atuação do poder sobre os corpos é representada por dois esquemas ou exercícios interdependentes. O primeiro, o poder disciplinar, treinamento “ortopédico” dos corpos, “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1977, p. 126); o segundo, que mais interessa nesta pesquisa, o poder exercido sobre as populações, com sua variante de regularidades e todo o conjunto de discursos que lhe

---

<sup>60</sup> As metáforas são as mais fortes estratégias de designação das coisas e relações de um mundo. Sua divulgação, como forma de hegemonia, é ponto central nas relações simbólicas de dominação.



concerne. Apesar de que, já em Roma antiga, a população era alvo de políticas especiais de isenção de impostos para famílias numerosas, incentivo a casamentos, regulamentação da dinâmica populacional em fronteiras, a partir do século XVIII, principalmente, a população começa a ser alvo de análises cada vez mais intensas das novas disciplinas científicas nascentes desde então, constituídas por grupos de especialistas e discursos comuns e articulados em torno de uma série de políticas de intervenção social, como foi a medicina social, a demografia e, contemporaneamente, por exemplo, o conjunto técnico e político de algumas políticas ditas de desenvolvimento. O aparato científico, ajustado a uma lógica biopolítica, estabelece uma gestão e controle mais efetivo de uma população, procurando atuar intensivamente em todas áreas sociais. Desde a formação profissional, sua interação e atribuição institucional, decisões e formulações jurídicas, até seus vínculos capilares com projetos e ações no âmbito do político.

Seria cinismo, contudo, advogar contra qualquer idéia de desenvolvimento (seguindo parâmetros do *corpus*, o cerne das propostas de desenvolvimento visa, primordialmente, a melhoria das condições de vida de uma população) em um país com grande parte da população exposta à indigência. A crítica neste trabalho tende a afinar-se aos usos da noção de desenvolvimento como panacéia aos grandes problemas enredados em discussão pública, como desemprego e destruição ambiental, ou à idéia de uma emancipação social em relação aos sistemas de controle produzidos na sociedade capitalista. Demonstrar isso ficou a cargo da produção discursiva acerca do DR, das palavras mestras que organizam esse discurso, atravessado por valores sociais intrínsecos a uma estrutura societária ocidental<sup>61</sup>, bem como às disposições e posições dos agentes do campo em questão. Como o empírico desta pesquisa foram as falas de um conjunto de agentes em instituições de ensino, extensão e pesquisa com temáticas correspondentes (ciências agrárias, problemática ambiental, DR, principalmente), os agentes do campo tecnocientífico, ao compartilharem condições objetivas relativamente semelhantes, formam um grupo com certa regularidade e objetividade em suas práticas (mesmo discursivas). Esse *habitus* de grupo — embora com transformações — se condiciona e se ajusta às condições de mudança das ações no campo. Contudo, apreender esse complexo processo de condicionamento e desempenho entre os agentes para perceber a variação das posturas e aspirações em relação à noção de DR ou desenvolvimento acabou não sendo o objetivo da pesquisa.

---

<sup>61</sup> “Ocidental”, enquanto categoria, mantém seu caráter consensual na medida em que é indefinida. Sua designação é feita através da negação, ocidental é o que o “outro” não é. Já se vê o tamanho de discussão que essa categoria pode gerar.

Fica então a posição teórica, um tanto programática, de pensar o DR como expressão que muitas vezes encabeça todo um discurso e prática social não-discursiva, funcionando na propagação e na intensificação de novas formas de relações de poder nas sociedades contemporâneas. Relações discretas, anônimas, exercidas através e pelo registro continuado, das classificações recorrentes e oficializadoras. Na maioria das entrevistas aparecem como projeto “planos para trazer uma vida e agricultura mais adequada às populações rurais” (Professor 3, UFSC), DR ou desenvolvimento, ajustadas a uma idéia regulatória de futuro, devendo criar circunstancia adequada e favorável a uma sociedade sadia, produtiva, abastecida e feliz. Quanto à felicidade, este termo estava muito vinculado aos dizeres sobre DR. A entrevista que se segue é utilizada por, entre tantas, ser a única que põe em dúvida, ao final, essa felicidade; que sujeito a nomeia. “Agora DR, para mim, sabe, seria assim, olha... o produtor tem que estar feliz com o que ele está fazendo, como eu acho que qualquer pessoa... tem... só que é o nosso conceito de felicidade... aí que está a questão (...)” (Professora 4, UFPR).

Muito se pode pensar que dar existência a uma sociedade desenvolvida é elaborar, aparentemente, uma economia social de normalização do que se furta a um sistema de classificação, do que se extravia do registro e vigilância governamentais. Seguindo essa perspectiva, então, a pobreza, por exemplo, toma forma de algo preocupante à atividade produtiva de uma sociedade. Tenta-se alijar ao máximo suas conseqüências negativas para a sociedade, algo possível ao demarcar a população, os indivíduos, de modo utilitário. Ao centrar a necessidade da produção, da saúde, e a idéia de bem-estar físico e moral<sup>62</sup>, as sociedades contemporâneas passam a preocupar-se com a população, com a utilidade dos indivíduos, sendo, então, os corpos considerados economicamente convenientes e proveitosos politicamente. “Um homem estando bem, ele vai ter um comportamento adequado, no... solo, na água” (Professor 3, UFSC)<sup>63</sup>. A partir do momento em que a população (com suas variáveis específicas) passou a ter papel importante nos cálculos de governo, descrita e detalhada como problema econômico e político, ou seja, apenas quando a questão da governamentalidade toma forma, é que talvez toda a problemática em torno da noção de desenvolvimento pode ser pensada: planejamento social, garimpagem de potencialidades locais, gestão da vida em uma multiplicidade qualquer, em espaço aberto e extenso.

---

<sup>62</sup> “Qualidade de vida” também foi expressão muito enfatizada nas entrevistas como uma das principais metas das políticas de DR.

<sup>63</sup> Foram usados dois trechos de entrevista do “professor 3”.

Tanto desenvolvimento (DR) como biopolítica são noções que poderiam ser mais comentadas que definidas. Situam-se, nas sociedades capitalistas, em um espaço discursivo comum, afeitos a um sentido de governo auxiliado por novas tecnologias e saberes na função de gerir a vida dos indivíduos e das populações. Instituições lançam mão ao exame dos movimentos próprios da vida, buscando a minúcia de todos seus aspectos. Pensando principalmente na extensão rural — com seu conjunto de questionários, exames e difusão de saberes e técnicas — normas de socialização das sociedades avançadas, tecnificadas, informatizadas, “em rede”, visam integrar todos os aspectos de práticas sociais não cooptadas ou micropáticas não colonizadas por uma “cultura hegemônica”, em um grande arcabouço teórico. Recortam-se e anexam-se diversas experiências isoladas em domínios apropriados de estudos teóricos e de intervenção. Definem-se os padrões de funcionamento de certas práticas, difundem-se discursos, idéias e ideais identificados a um padrão civilizatório, de desenvolvimento, a uma normalidade, e após esse processo, identifica-se o diferente, a anomalia, a exceção para tratá-los, reintegrá-los às práticas normalizadoras segundo uma estratégia discursiva de sociedade.

### **Engajamento e controle na dispersão**

A importância das questões relacionadas ao debate do DR no Brasil pode ser avaliada pelo tamanho e expressão da diferença social neste país, por todas suas conseqüências sociais; miséria, fome, desnutrição, violência, falta de perspectiva, insalubridade. Quando se discorre a respeito das possíveis relações entre biopolítica e noções de DR ou desenvolvimento (indicadas pelas entrevistas), o aparato de controle e disciplina que estas relações carregam e distribuem, invariavelmente, sobre um sistema capitalista flexível e polimorfo, não pretende formar uma crítica à inviabilidade de qualquer perspectiva acerca do DR, pois de antemão, já disposta sobre uma ordem atravessada discursivamente e não-discursivamente sobre modos e formas de poder. Pensando na abrangente idéia da biopolítica, tenta-se aguçar o olhar sobre limites e possibilidades das noções de DR circulantes em um campo tecnocientífico, procurando seus elementos discursivos básicos, promotores na circulação de seus referentes e de seus símbolos sociais, termos-chave que sustentam práticas políticas, falas, conhecimentos, projetos sociais, esperanças profissionais e ilusões.

Organizar a produção e gerir a vida. Essas são as variáveis elementares da sociedade contemporânea, atingindo um novo estágio e diferenciando-se das sociedades disciplinares

(século XVIII à primeira metade do século XX) — o que não quer dizer que já não existam — cuja função estava muito mais ligada à privação e à decisão de morte como projeto de poder soberano; ao confinamento contínuo dos sujeitos nos espaços fechados: família, escola, hospital, caserna, eventualmente prisão, como política destacada de então. Deleuze (1992) explora, em pequeno texto, a passagem de uma sociedade disciplinar para o que ele chama “sociedade de controle”, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Seguindo tangencialmente seu texto, ver-se-á como a noção de DR pode ser pensada nessa modalidade de sociedade, bem como a articulação possível frente a formas de dominação e emancipação que este tipo de configuração social abriga. Foi muito interessante a semelhança entre as falas recortadas, analisadas no *corpus* e a descrição por Deleuze desse modelo de sociedade de controle.

As sociedades de controle teriam algumas qualidades básicas, muito próximas, em seu funcionamento, de um caráter modular, flexível, intangível, um contínuo não-acabar. Enquanto as disciplinas atuavam em espaços fechados, em um processo analógico seqüencial, do “interior” da família para a escola, desta para os quartéis, daí para as fábricas e assim por diante, os sistemas de controle agem nos espaços abertos e amplos, sem fronteiras visíveis e sem duração cronometrada, como é o espaço rural em sentido genérico. Controle, ao contrário da disciplina, não se faz sobre molde, ou seja, estrutura mais ou menos assinalável, rígida. Ele se faz sobre modulações, moldes maleáveis e deformantes, um todo em contínua mudança, difícil de analisar, recortar, como é o interior emparedado, dividido de uma prisão. Por isso sua vantagem sobre o controle em áreas abertas, ao ar livre, como a amplidão de parques, cidades, campos. Nestes, cada vez mais percebido no mundo atual, o controle se faz por senhas, sensores, câmeras etc. Um cartão eletrônico unificando dados, marcando a posição de cada um, o que tem, o que pode gastar, onde poder entrar.

Toda linguagem e vocabulário caracterizador da noção de desenvolvimento, como foi notado nas entrevistas, seguem a indicação da formação e “capacitação permanente” a um devir, não se termina o que se começa, modificam-se parâmetros continuamente “para as gerações futuras”, para a “preservação do ambiente”, dos ideais de consumo e produção, do certo e errado, como produzir e o quê produzir. Padrões salariais dissolvem-se em relação às taxas de produção, gratificações, prêmios, bônus. Forma-se, então, um novo sistema de engajamento subjetivo nas sociedades capitalistas, uma tensão entre possibilidades de controle e emancipação. E o que tende a caracterizar os novos arranjos da sociedade capitalista atual, em sua estratégia operacional nas políticas de DR no Brasil e outros lugares, é toda uma série de operações tecnológicas, informatizadas, precisando as informações de relatório e controle.

Os avanços tecnológicos, nas entrevistas, quase que invariavelmente estavam conectados à órbita discursiva acerca do DR ou do desenvolvimento. Tanto das posições dos agentes com perspectiva mais modernizante de sociedade, principalmente ao modo de produção agrícola, quanto as mais alternativas, que punham em questão os benefícios das novas tecnologias na agricultura, que direta ou indiretamente afetam o mundo rural. “A própria ciência, a própria tecnologia, ela nos leva a descobrir outras ações que tem que ser implementadas junto com o agricultor” (Extensionista 3, EMATER-PR). Ou seja, as novas tecnologias, na medida que poderiam recrudescer um sistema de controle, poderiam, por outro lado, abrir espaços para novas possibilidades de emancipação.

Neste processo aberto pelas novas tecnologias do conforto doméstico, da energia elétrica, das telecomunicações, “o desenvolvimento rural é um resultado de ações onde a visão atual que se tem é de que em primeiro lugar a família se sinta bem, viva bem” (Extensionista 4, EMATER-PR) e isso supõe um engajamento subjetivo, uma demanda entre os sujeitos deste espaço e os discursos que transitam em um sistema capitalista hegemônico, muito divulgado e legitimado pelos agentes da tecnociência. Situação esta, vale lembrar, sempre em um jogo de relações de força, de negociação mais ou menos recrudescida. Isso implica comunicação entre os agentes interessados no domínio de um sentido de desenvolvimento<sup>64</sup>, um envolvimento e comprometimento com as respectivas opiniões e convicções em jogo. No limite, é um engajamento com perspectivas de mundo, um ato político, pois pressupõe assumir os riscos na atividade de expor pensamentos.

A questão do engajamento se estabelece entre populações rurais e mediadores técnicos, difusores de tecnologias agrícolas, pesquisadores das mais variadas áreas, fabricantes de estatísticas diversas — governamentais ou não — que reforçam a lógica do exame; penetrar nas menores fissuras sociais, levantar dados, mensurar, qualificar, produzir verdades, e por a rodar os mecanismos de poder por elas produzidos, na construção de subjetividades. Mantendo a atenção na premissa de que toda verdade é socialmente construída em conflito, inculcando poder que tem como objetivo legitimar politicamente um *status* dominante, os discursos acerca do DR podem, em suas pré-formulações teóricas, em sua antecedência de ação, usar desse engajamento subjetivo entre mediadores e populações rurais para captar as atividades subjetivas destas, suas perspectivas sociais, seus segredos involuntários, suas “sem importâncias” importantes. Usam-se pesquisas de opinião, sondagens, depoimentos, granjeado, assim, a suscetibilidade individual e coletiva dada à ação

---

<sup>64</sup> Interesse profissional, a uma carreira política, adesão a uma visão de mundo informada de alguma forma pela idéia de desenvolvimento ou qualquer tipo de vantagem articulada a um debate acerca do desenvolvimento.

social. Todos os aspectos da vida são buscados, organizados em dados. Estes, passados pelos filtros das formulações e categorias gerais dominantes (bom/ruim, normal/anormal, salutar/insalubre, entre outras), têm o papel decisivo de produzir a eficácia da verdade, o poder de instituir uma moral que se quer universal. Ao se conformar às regras definidas como verdadeiras ou boas, os sujeitos se inserem funcionalmente no modo social dominante, ajustando-se disciplinarmente às instituições políticas vigentes.

Essa discussão atravessa os modelos de discursos que uma sociedade acolhe e põe em funcionamento por sua verdade. Os ditos “regimes de verdade”, os esquemas de diferenciação do verdadeiro e do falso que compõem um discurso, os elementos e procedimentos que sustentam os modos da verdade; as regras de atribuição dos efeitos específicos de poder em torno do estatuto da verdade e suas implicações políticas e econômicas. Fica entendido que em uma relação de poder existe uma disposição de saberes. E toda relação de poder mantém o implícito de uma liberdade de ação e reação entre os sujeitos, correlações de força. As relações de dominação pressupõem relações de força, mas de forma desigual entre as partes, relações desequilibradas, assimétricas, provocando uma limitação nas margens de liberdade de uma das partes dos jogadores. Se qualquer ação de DR se exerce tendo, já de antemão, um desequilíbrio excessivo de forças, uma relação estruturada sobre um modo de desigualdade entre as partes supostamente beneficiárias, tem-se uma relação de dominação. Em sociedade sempre há relações de poder. Emancipação seria uma tendência ao equilíbrio destas relações, ou seja, um distanciamento das relações de domínio.

Em ações ditas de desenvolvimento, rural ou não, quando exercidas de maneira estruturalmente desigual, quando o raio de liberdade de ação dos sujeitos é encurtado, tem-se o efeito de dominação. E estes efeitos começam, de forma sutil, através de um fenômeno ou prática de consentimento, um resultado de verdade. Assim, a eficácia de uma “verdade” está ligada a uma dinâmica dos regimes de verdade de sistemas de poder — econômico, político, escolar — que, ao mesmo tempo em que sustenta uma verdade, beneficia-se de seu efeito de poder disseminado pela sociedade. Tradicionalmente, estipula-se o poder como uma força que se apoderaria da consciência de um sujeito. No entanto, o sujeito, sendo produto discursivo, é também um efeito de relações de poder. Como visto, o poder só tem força porque produz positivities, produz saberes, não é uma força meramente repressiva, uma ameaça a desejos e prazeres. O poder mantém-se forte justamente por estimular, discursivamente ou não, desejos legítimos, honrosos, prazeres gloriosos. Mas tornar ou instituir modos de subjetivação também é um exercício de cooperação, entrosamento entre agir e pensar de indivíduos-

sujeitos. E neste processo, a liberdade é essencial enquanto iniciativa de novas possibilidades e resistências à sociedade de controle.

#### 4.2 APREENSÃO DA SUBJETIVIDADE OU OUTROS MODOS DE AÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Geralmente governos não ficam indiferentes à dimensão subjetiva das forças que conduzem a dinâmica populacional. Estas linhas de força são de algum modo conjuntos de desejos. E o que seria de um governo, dos sistemas de controle de uma sociedade, se não conquistassem estes desejos e demandas? Se DR enquanto espaço discursivo, projetos de ação política no “cumprimento das demandas das populações rurais” foi uma tendência nas entrevistas, o que constituiu o *corpus*, nota-se a fórmula sugestiva de sonhos e esperanças que os discursos sobre desenvolvimento podem mobilizar, em alguns casos, nestas populações. E como poderia ter algum tipo de efeito mais durável, validando sua importância, se a noção de desenvolvimento não arregimentasse toda uma promessa de segurança, felicidade, bem-estar, um conjunto e categorias de desejos, um modo de vida? São maneiras de perceber, ver e sentir a realidade, pensá-la, habitá-la. Modos de morar, modos de vestir, modos de se comportar. As estratégias discursivas, nas entrevistas, não investiam na conceituação de DR, apenas em bens materiais, tecnologias, acesso a produtos industrializados, como parâmetros a uma qualidade de vida. De fato, havia uma tendência a escapar a certo economicismo. Nenhuma surpresa<sup>65</sup>, sabendo que muito mais do que bens, é necessário divulgar formas de vida para controlar uma população plural, refratária a certos dispositivos e procedimentos políticos institucionalizados. Como dito há pouco, o engajamento subjetivo se faz através de fluxos de novas imagens, *marketing*, informações, serviços diversos, interação a novos sistemas semióticos acessados constantemente. Novos sentidos de vida vão sendo incorporados, juntamente com uma estrutura latente de poder, formando subjetividade.

Modelos de subjetivação e suas relações com um sistema produtivo apareciam em toda sua diversidade nas questões sobre desenvolvimento. Uma tendência a pensar a “agricultura familiar” evidentemente retirava do seu quadro o modelo subjetivo do trabalhador assalariado, associado ao sistema produtivo capitalista clássico, industrial. Mas que outra ordem de valores caminha ao lado dessa noção de família (agricultura familiar), pensada não mais à margem do circuito formal de produção? Questão que ficará em aberto, proposta futura, mas

---

<sup>65</sup> Mesmo quando referidos aos estratos mais carentes da população.

que ajuda a entender como certos discursos acerca de DR podem capitalizar sistemas de valores, aperfeiçoá-los a um contexto de exploração hegemônico, apoderar o fugidio, conhecendo o que lhe escapa. A generalidade e as múltiplas dimensões abarcadas pelas noções de desenvolvimento, em sua ramificação territorial, sustentável, ambiental, produtiva, profissionalizante, de bem-estar, mostra sua capacidade de penetrar, desde micro e macro, esferas da existência. Ela as ilumina, explora, amplia, produzindo dados, tabelas, gráficos, esquemas, enquetes. Evidentemente, na produção destes quadros de informações, um jogo de força está em ação, muita coisa escapando, esquivando-se das “sociedades de especialistas” ávidas em atravessar as barreiras próprias do ato de conhecer. Pois conhecer é classificar, selecionar, repartir o que serve do que não serve. É estar preso a regras discursivas, a panoramas ideológicos, a “sociedades discursivas”, formadas por sujeitos “autorizados” a constituir e interferir em determinados saberes especializados.

Nas variedades terminológicas em torno da noção de desenvolvimento (DR), ocorridas nas entrevistas, e já indicadas aqui e ali como “desenvolvimento sustentável”, “durável”, “territorial”, “regional”, “local”, ou o repertório lexical ora usado como sinônimo, ora trocado em uma equivalência sem reservas, como “progresso”, “crescimento”, “preservação ambiental”, “ecologia”, há uma questão interessante, se abordada segundo um esquema da teoria da estruturação conhecido como dupla hermenêutica: “a intersecção de duas redes de significação como parte logicamente necessária da ciência social, o mundo social significativo constituído por atores leigos e as metalinguagens inventadas por cientistas sociais; há uma ‘oscilação’ constante de uma rede para outra envolvida na prática das ciências sociais” (GIDDENS, 2003, p. 441). Evidentemente, termos outros, como “modernidade”, “pós-modernidade”, “sociedade global”, “globalização”, provenientes, em muitos casos, das ciências sociais, foram usados nas entrevistas, cada um contendo diferentes tonalidades semânticas, em um irreconciliável ajuste com seus sentidos de origem, em uma tentativa de categorizar a sociedade contemporânea. No geral, categorias muito mais descritivas que analíticas, abrangentes ou restritas, mostrando o discurso polêmico referente à noção de desenvolvimento, filiada a distintas matrizes epistemológicas e universos sociais ou empíricos diferenciados.

Recapitulando alguns pontos do primeiro capítulo concernentes à difusão de saberes ligados às ciências agrárias, tem-se que o movimento contínuo de informações, conhecimentos, técnicas, serviços de extensão, na medida em que eram considerados de suma importância como integrantes das políticas de DR — um tanto evidente visto o campo onde se realizaram as entrevistas — tendem a gerar algumas considerações sobre estas práticas no



duplo processo de absorção de subjetividades; maneiras de viver em suas relações de possibilidades de emancipação e controle social. O fluxo destes novos processos de produção, de circulação de informações, de novas técnicas pode ser entendido de variadas formas, desde sociedade “capitalista englobante”, “hegemonia tecnocientífica”, “capitalismo cultural”. Nesta trilha de qualificar de várias maneiras o capitalismo contemporâneo, encoraja-se aos leitores, aqui, a hipótese um tanto aberta da biopolítica como uma nova realização, contínua e prolongada, entre a ação das forças axiais ao capitalismo e a produção de subjetividades.

Nos processos de interação e contato entre estes saberes e as populações rurais, nem todos conseguem os benefícios conscientemente esperados. Em que pese a discussão acerca das noções de DR proporcionar um auxílio “às tradições rurais”, a “modos de vida locais”, às redes de pertença e coexistência das pequenas comunidades rurais, muitas vezes este tipo de discurso indica sobejamente como estas redes de vida comunitárias são afirmadas e mediadas pelo lado comercial, pela inserção em uma estrutura socioeconômica ampla, marcada por outros critérios de funcionamento. Nas muitas vezes em que um discurso anti-sistêmico era evocado, a pregação da “valorização étnica”, dos critérios tradicionais de existência no meio rural, com seu peculiar sentido de pertença, sua “proximidade à natureza”, sua relativa autonomia, notava-se esta tendência como componente de um contexto semântico e discursivo que não deixava de ser comercializado (e que não deixaria de ser, quando se punha, por exemplo, o turismo rural como alternativa), principalmente aos agentes favoráveis ou inclinados à agroecologia ou às “agriculturas alternativas”. No entanto, a parafernália contemporânea de produção de subjetividade não é um caminho de uma só direção. Nas interações, nas lutas, surgem novas modalidades de relações sociais, de trabalho, de formação de sentido e de valorização comunitária, reinvenções de práticas corporais, de solidariedade, de relações de gênero e entre gerações. As noções de DR circulantes no campo tecnocientífico em questão tendiam, ao persistirem nos interstícios entre termos-chave como “bem-estar”, “saúde”, “educação”, produção e produtividade, a considerar a capacidade social de produzir o novo; novas crenças, novas associações, novos desejos, novas formas de cooperação, novos padrões produtivos, amparadas, na maior parte das vezes, pela ciência, pelas técnicas e tecnologias avançadas, pela indústria.

Uma economia imaterial era formulada. Desenvolvimento ou DR acontecia em uma troca, valorização e circulação de diversos tipos de capitais<sup>66</sup>: econômico, cultural, social, humano, regional, enfim, uma referência às forças vivas presentes em uma rede social. O

---

<sup>66</sup> O termo “capital”, ultimamente, se tornou aglutinador positivo para quase tudo, quando não, e também, o termo “desenvolvimento”.

grande Capital marxiano deixa de ser apenas uma força insaciável e se divide em várias formas consideradas elas mesmas capital de valorização. Tudo narrado em uma circulação pacífica, sem confronto<sup>67</sup>. O uso desse conjunto variado de “capitais” encaixa-se com essa dimensão de positividade expansiva que o Império<sup>68</sup> se esforça em regular, modular, controlar. A vida<sup>69</sup>, enquanto fonte e efeito da produção de desejos, crenças, invenção de novos laços sociais, vínculos afetivos, elaboração de associações, vai sendo produzida e reinventada como peculiar nascedouro de potência pelo e para o capitalismo. É onde se configura a consonância de novas tecnologias com uma lógica de poder sobre a vida, produzindo informação, imagens e serviços. O domínio — enquanto desequilíbrio das relações de força — não se faz apenas pela força física, mas através de uma espécie de “colonização” das sutilidades da imaginação, da produção, da criatividade, da afetividade, gradativamente apropriadas e reelaboradas em seus esquemas cognitivos.

A positividade das noções de desenvolvimento percorre perfeitamente esse tipo de exercício de poder que se dá sobre a vida (biopoder). Os mais variados “capitais sociais” e “simbólicos”, enquanto forças de invenção, condensam valor na economia atual. A lógica da biopolítica quer as múltiplas inteligências de cada pessoa, de cada grupo social. Quer seu conhecimento, sua imaginação. O que pensam e como fazem. Esta é a crítica ligeira posta às rápidas associações entre desenvolvimento, independência e emancipação. É neste ponto de entrada, entre esse complexo conjunto de dispositivos de poder e a noção de desenvolvimento, que se considerará em maior profundidade a relação entre as noções de biopolítica e DR.

#### 4.3 PERSPECTIVAS GERAIS DA NOÇÃO DE BIOPOLÍTICA

A noção de biopolítica proveniente de Foucault (1999; 2002b; 2002c), principalmente, foi alterada em alguns pontos por um conjunto de teóricos europeus (italianos principalmente), tendo Agamben (2002) como ponta da lista. Pois bem, enquanto no geral biopolítica é entendida como modalidades de exercício do poder sobre a vida, sobre a

---

<sup>67</sup> Aqui se está falando, diga-se assim, em uma elaboração de primeira ordem, a partir dos agentes entrevistados. Essa discussão sobre capitais não está procurando, neste caso, uma aproximação entre construções sociológicas mais refinadas, como a Bourdiana.

<sup>68</sup> Império no sentido trabalhado por Hardt e Negri (2003). Uma nova forma de supremacia mundial, controlando mercados e circuitos globais de produção, uma estrutura política regulando as permutas globais, um sistema e lógica expansiva que governa o mundo.

<sup>69</sup> Optou-se aqui, em usar “vida” como sinônimo de “mundo da vida” (*lebenswelt*, no sentido usado por Husserl e depois por Habermas) e como fenômeno biológico *stricto sensu*. No primeiro caso, mundo cotidiano da

população enquanto massa global afetada por processos de conjunto, sua variação recente, e aceita neste trabalho, propõe algumas modificações, mais inclusivas que exclusivas. Com ela, a biopolítica deixa de ser prioritariamente a perspectiva do poder tendo por objeto passivo o corpo da população e suas condições de reprodução, sua vida. A própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos processos biológicos que afetam a população. Vida também como um esforço coletivo simultâneo, uma cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea. Vida, portanto, redefinida como poder de afetar e ser afetado. Biopolítica, então, ampliando sua designação, como o poder *sobre* a vida e como a potência *da* vida. A biopolítica como poder sobre a vida toma esta como um fato, natural, biológico: a política operando a vida, regulando procedimentos, financiando perspectivas, como o grande campo da manipulação genética.

A “vida natural” entra no cálculo rotineiro da política. Esta, agora, em sua variante biopolítica, busca assegurar por todos os ângulos possíveis o controle e manipulação da vida. Com a história servindo de comparação, a vida qualificada da *pólis*, do “animal político” grego, não é a mesma força vital, a vida natural em sua ação e pulsão reprodutiva. A vida em sentido genérico não poderia ser confundida com a “vida politicamente qualificada” desse animal político que é o homem (AGAMBEN, 2002). “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 1999, p. 134). Atualmente, o âmbito das estratégias políticas e econômicas tem a vida e os seres vivos como questões centrais de suas lutas, confundindo-se mesmo com o surgimento do capitalismo.

### **A colagem do discurso do DR e do discurso biopolítico**

Ao mesmo tempo em que a noção de biopoder é considerada a formação discursiva e epistemológica sobre a qual repousa o desenvolvimento das tecnologias que introduzem e regulam modificações ou controlam os processos biológicos, é também a base que imprime modalidades discursivas sobre os mecanismos de exame e produção técnica da vida, onde acontecem as amarrações conceituais, as disputas de imagem, as idéias em torno do DR. Desse ponto de vista, “o bem-estar”, “a saúde”, “a educação”, “a qualidade de vida” ocupam o centro discursivo acerca da noção de desenvolvimento (DR), dos cálculos políticos da

---

experiência humana, anterior a qualquer teorização ou reflexão elaborada. É uma espécie de pressuposto a

modernidade. A “modernidade”, na qualidade de um discurso cronologicamente arbitrário, constituída por uma reunião de múltiplos fragmentos de sentimentos, sonhos e esperanças, possibilidades e conceitos tais como nação, revolução social, utopia, técnica e ciência, é moldada pela colagem desses eixos temáticos. Encaixes de idéias que se espalham e se incorporam de várias maneiras às disputas acerca dos sentidos de DR ou desenvolvimento, desde uma perspectiva dos progressos sociais e tecnológicos ilimitados, proporcionados pelo conhecimento científico, expulsando, então, os temores e misérias que assolam a humanidade, até a perspectiva oposta, de matriz dita “romântica”, reticente quanto a esse ideário iluminista, pois ao derredor só vê ameaças e misérias provocadas por uma dimensão tecnológica e pelas mesmas idéias de esperança e emancipação do progresso científico: armas mais aperfeiçoadas, poluição, fanatismos, esgotamento psíquico e físico, desemprego, fome e outros tantos termos de mesma linha semântica.

De certo modo, os fragmentos discursivos, ou os termos-chave repetidos constantemente nas entrevistas e aqui (bem-estar, conforto, saúde, qualidade de vida) utilizados para relacionar as qualidades básicas de um “bom DR”, instalaram-se em uma ordem discursiva — maneiras de relacionar idéias segundo uma espécie de tipologia — muito próxima ou incluída em uma noção de biopoder. Nem todas idéias podem transitar em uma mesma série de enunciados. Os agentes são falados por estes fragmentos ou seguimentos discursivos. O avizinhamento dessa configuração teórica com as teorias de análise do discurso ou com o delineamento de um sujeito descentrado é bem ajustado com a abrangente idéia de um sujeito não perfeitamente integrado com o discurso expresso e não sendo origem deste (ORLANDI, 2002). Tenta-se aliar uma concepção de sujeito atravessado por discursos heterogêneos e variados, articulados através dos enfrentamentos sociais e históricos. A busca da legitimação passa necessariamente pela convergência a uma ordem instituída. Portanto, o discurso-verdade, “nobre”, autorizado, tem sua força quando inserido no topo de uma hierarquia cultural. Essa relação costuma ficar dissimulada quando a atenção ao ajustamento das práticas discursivas — argumentação sobre o DR — à lógica de um campo social não são objetivadas. Ao perceber as classificações que orientam determinados discursos, tem-se mapeado como o sujeito/agente de um discurso se classifica. Opiniões, julgamentos e afirmativas acerca da importância e efeito social do DR, por exemplo, estão relacionados a categorias sociais que os determinam. A suposta espontaneidade e liberdade na emissão de opiniões, consideradas certas, pois “racionais”, “científicas”, pode estar apenas sendo

pertinente na estrutura constituída de um campo de rivalidades específico — tecnocientífico — e sobre a naturalização de esquemas de percepção guiados por um sistema de produção de verdades consentidos pela ordem social hegemônica.

Uma abordagem utilizando análises dos conflitos argumentativos relativos ao campo de atuação das ciências agrárias não supõe que o social está tomado completamente pela comunicação. O social é uma dimensão extralingüística, porém influenciando as formas lingüísticas. Estas não devem ser tratadas de modo inocente, sem perceber suas linhas hierárquicas, seus processos de segregação, seus sistemas de oposição. O discurso científico costuma ser conduzido como algo pacífico, comunicação neutra, ponto consensual na formação de opiniões, rejeição de lutas, pois amparado por um conjunto de técnicas eficazes. No entanto, mesmo na “objetividade” dos discursos ditos científicos — biológicos, econômicos, agrônômicos, entre outros — um conjunto de prescrições comandam sua formação e articulação. São constituídas por ordens formais e implícitas, pela capacidade de fazer perdurar e enculcar crenças resguardadas sobre uma rede de poder, constituída por reconhecimentos e métodos repressivos, simbólicos ou concretos.

#### 4.4 AS PROMESSAS E HESITAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO (DR)

Com mais detalhe, neste ponto, se fará algumas considerações da regularidade dos termos centrais nas respostas dos agentes entrevistados sobre a noção de DR ou desenvolvimento; termos-chave que estavam listados em praticamente todas as entrevistas, sendo também, a linha de condução do recorte e formação do *corpus* da pesquisa. Com um pouco mais de atenção, nota-se que “bem-estar”, “saúde”, “preservação ambiental” ou “cuidado ecológico”, “sustentabilidade”, “qualidade de vida”, de algum modo são promessas da modernidade. E pensando em um país como o Brasil, muitas ainda não foram cumpridas. A noção de desenvolvimento (DR) traz, então, esse compromisso histórico, alguns em velhas formas, outros em novas; como o ecologismo ou a crescente discussão da sustentabilidade. Por outro lado, percebe-se como continuamente esquemas conceituais podem desordenar-se frente a ação da história. Se, por enquanto, desenvolvimento e biopolítica mantêm relativa coerência, em um futuro próximo este arranjo teórico especulativo, talvez, não tenha mais pertinência e sentido. Uma noção e outra pode conter exageros, generalizações ou mesmo reducionismos frente aos desafios do mundo, os novos eventos e processos sociais ainda com significados incertos. Se o sonho de construir e planejar uma sociedade “racional” e “livre”

nascia principalmente de uma vontade filosófica (Iluministas, círculo da tradição hegeliana), a política pós Revolução Francesa aceita e tenta conduzir tal processo: uma sociedade planejada cientificamente.

A idéia de que é sobre o corpo que o poder atua é expandida pelas possibilidades das tecnologias da vida. Nesta perspectiva é sobre a vida que o poder opera. E as inúmeras redes de poder da sociedade contemporânea contribuem produzindo coisas ou campos de objetos, prazer, saberes, verdades protocolares, discursos. A manutenção do poder se dá, principalmente, por este modo de perpetuação, em uma dinâmica não essencialmente constrangedora e negativa. Daí decorrem os procedimentos de investigação pautados sobre formações discursivas (o que em uma dada conjuntura histórica e social pode e deve ser dito) e sobre a dinâmica social de distribuição de enunciados. Inverte-se uma questão: ao invés de trabalhar com as evidências da disseminação das noções de desenvolvimento, por exemplo, e enquanto questão pública, busca-se analisar o processo de produção dessas evidências. A noção de formação discursiva se faz importante nesse ponto, pois essas "evidências" têm uma dimensão discursiva na construção e emergência dos conflitos argumentativos acerca de temáticas e problemáticas sociais. No caso, ligadas ao feixe de questões pertencentes, principalmente, ao âmbito do juízo técnico das ciências agrárias no que diz respeito ao debate posto sobre as ações de transformação social, nomeadas DR.

### **A saúde no desenvolvimento**

Os discursos e ações políticas construídos sobre a vida, a ecologia, a biodiversidade, a questão da segurança no campo, da contaminação por agrotóxicos, da poluição são caracterizados como um conjunto simbólico, de um lado tendo a tendência liberal de caracterizar o desenvolvimento como direito de liberdade ao indivíduo empreendedor, a buscar a seu modo "uma boa vida", segundo um ideal de modernidade cuja barreira para o poder criativo humano seria a natureza, e de outro lado, a formulação de uma ética da vida, "do natural", limitando as possibilidades, diga-se, da ciência, na intervenção sobre a vida. Se se levanta aqui a questão da biopolítica, levanta-se também o campo onde ela toma força: o mundo da ciência, o discurso verdade da atualidade. No espaço discursivo da tecnociência, forma-se um saber estampado em currículos, em disputas minuciosas sobre realidades sociais, sobre a "instrução correta" às ações políticas, ou o lugar onde opiniões políticas ou ideológicas não devem prevalecer sobre opiniões ditas técnicas. A saúde, por exemplo, tantas

vezes usadas na caracterização do desenvolvimento, adquiria em seu sentido genérico a metáfora politizada da saúde moral, ou do ambiente doente, “intoxicado pelos agrotóxicos”, pela degradação, pelo lixo. A saúde tem sido um dos principais ideais da sociedade moderna ocidental; a sociedade de trabalho exige cada vez mais um corpo sadio, em bom estado físico. Não à toa, no século XIX e XX, investiu-se na eliminação das doenças, parasitárias, endêmicas, e as ligadas à “libertinagem”; em sua criminalização, doenças do ócio, ameaça à saúde pública, à economia. Saúde, deste modo, foi e de certo ainda é colada com a idéia moral positiva de pureza.

A saúde metaforizada e estendida a todo espectro social tem uma parcela de força ligada à ciência, vinculada à racionalidade moderna em sua promessa de eliminar completamente as “enfermidades” (no sentido genérico que adquiriu) da sociedade. A partir deste ponto, percebe-se o entrosamento entre o projeto de sociedade, afeito ao ideário moderno, adentrar em concepções de desenvolvimento (DR) sob o ponto de vista da saúde. É evidente que o medo da morte é um componente que assola a psique humana, apesar da diversidade de associações e reações culturais frente a sua chegada ou sua expectativa. A ciência, e as técnicas da medicina atual deram uma nova face ao posicionamento da sociedade ocidental moderna em relação à saúde e à morte. Hoje procura-se morrer em hospitais, não em casa, uma morte asséptica, fria, remediada, como é o tratamento do moribundo, do corpo desfalecido, rapidamente enterrado, cremado. O tipo de valorização da vida proporcionado pelo padrão civilizatório ocidental, o alongamento médio da vida pela medicina moderna, criou uma não-identidade com o moribundo, com os idosos e com a morte (ELIAS, 2001). O brilho que a vida toma na sociedade biopolítica é o inverso que a morte tomava na sociedade do poder soberano: a morte na praça pública, espetáculo do poder real. Hoje é a vida o efeito de poder, ela que aflora como espetáculo, como potencia. A morte se fechou nos espaços fechados.

Esse sentimento em relação à vida e à morte não é geral em uma sociedade como a brasileira (complexa e diversa em suas diferenças de classe, diferenças étnicas, sociais e sua configuração e nível de violência) não obstante sua padronização discursiva. Este tipo de discurso sobre a saúde adentra na questão alimentar, algo corrente quando das definições de DR, principalmente quando as falas priorizavam a procedência e o tratamento dado aos produtos agrícolas. As políticas de segurança alimentar e os debates sobre transgenia eram os temas onde mais apareciam as questões sobre a saúde como um dos fundamentos do DR ou desenvolvimento. Mas fica frisado que este tipo de análise não transforma a saúde em letra morta, puro discurso de dominação através do corpo medicalizado, visto que as

particularidades do trabalho agrícola, o acesso a serviços de saúde, moradia e educação, em virtude das distâncias, tempo de espera e ônus ao parco rendimento, pode acabar considerando a doença como um fato consumado, o modo “normal” da saúde, o destino de quem deve se contentar ou assumir uma vida breve e limitada. Pretende entender como o simbolismo da saúde institui e percorre a questão dos riscos para a saúde humana relacionados aos hábitos alimentares, aos padrões produtivos e de consumo oferecidos e demandados pela agricultura industrializada no discurso de um campo específico às ciências agrárias. Ainda que em algumas entrevistas aparecessem críticas a um “padrão civilizatório predatório”, tanto da natureza como da sociedade em geral, “com armas nucleares”, fomentador de desigualdades sociais insustentáveis, destruidor do ambiente, uma lógica deste mesmo padrão societário capitalista, das promessas iluministas do controle da natureza, move-se nos entremeios destas críticas. Mesmo com os vaticínios dos riscos eminentes à saúde e ao ambiente, que um padrão de agricultura possa causar, esse discurso centrado na saúde é originado do mesmo espaço discursivo atingido pela crítica a um “sistema capitalista e a uma ciência normal que o legitima” (Professor 5, UFSC). No limite, a política da saúde tem como principal objetivo um estado de boa disposição física e psíquica subordinado ao mundo da disciplina do trabalho.

Como visto no terceiro capítulo, em uma proposta de análise de discurso, procura-se uma exaustividade vertical e não horizontal, ou seja, não uma abrangência até os mínimos detalhes de um objeto empírico (saúde como desenvolvimento), mas sim o encadeamento e relações verticais de discursos: todo discurso procede de um discurso anterior (“passado”) assinalando um outro (“futuro”). Essa abordagem está ligada à ilustração do funcionamento de intertextos. Um discurso sempre remete a um conjunto de discursos, no qual ele ganha sentido. Em exemplo um tanto corriqueiro da prática intertextual tem-se o seguinte: uma idéia de natureza comumente é associada ao rural e a uma vida saudável. Seguindo um parâmetro rousseauiano, a natureza é o lugar da igualdade, da pureza, da salubridade, da inocência. A cidade, ou o urbano, geralmente é tido como o lugar do artifício, do corrompido, do poluído, da natureza adulterada, do político. Quando o rural iguala-se à natureza e o artificial à cidade, tem-se um esquema de díades. Ao se fazer um rural aparentar natureza, faz-se uma cidade parecer pouco “natural”, mais artificial, mais construída. O intertexto civilizatório funciona atribuindo a qualidade de civilidade à pessoa urbana, mais construída, mais cultivada, e a naturalidade à pessoa do campo, inocente, em estado bruto, despolidizada, inculta, passiva, tímida, harmoniosa. Este discurso aparenta, em geral, o campo menos civilizado que a cidade. Até aí, pouco se pode concluir. Usando da intertextualidade, o atributo civilizatório vincula-se à participação política, a um patamar de prestígio em uma hierarquia social. O rural acaba



sendo posto em patamar inferior, mesmo quando aparece vinculado à natureza, à pureza em sua relativa positividade. Como a intertextualidade é o que carrega o sentido de um discurso, de um texto, de uma fala, sua origem, contudo, não é “um sujeito”. É todo um substrato discursivo interconectado historicamente. Muitas vezes, ao se preconizar o conjunto de fatores positivos do rural, de sua população, desprestigiando a vida urbana, ou mesmo igualando-as, a intertextualidade demonstra justamente a superioridade do urbano.

A intertextualidade não supõe, por exemplo, que o “sujeito ideal moderno” tenha completa clareza da lógica de seus atos, bem como responsabilidades em assumi-los, como na intenção de positivar o rural em natureza, acabar indicando o contrário. Essa clareza, unidade e coerência são fenômenos produzidos pela ação ideológica das formações discursivas de uma formação social. O complexo espaço de interação da ideologia forma esquemas de atitudes e representações da realidade, relacionando-se estreitamente a posições de classes, não obstante as tentativas de individualizar ou universalizar padrões de comportamentos e idéias; posição comum da crença no sujeito ideal, com total controle sobre suas idéias e do que diz. E ainda, a maneira como as formações discursivas se relacionam com a ideologia, expressão material da ideologia, na fala, na escrita, nos atos, é o que os diferenciam e os caracterizam como figura simbólica nos conflitos sociais de uma sociedade. A seqüência de uma idéia só tem sentido dentro de uma formação discursiva interpelando os indivíduos em sujeitos através da mediação ideológica. A idéia de um sujeito coerente, unificado com suas idéias, é considerado como um efeito ideológico. Daí a idéia psicanalítica do “descentramento” do sujeito para tomar conhecimento do funcionamento da construção do “eu”. As diferenças ideológicas direcionam, através de um jogo de repartições, diferentes formações discursivas, organizando através do interdiscurso (os dizeres possíveis de um contexto histórico e social), o que sujeitos, em posições sociais determinadas, devem possivelmente (para ter sentido) dizer e como dizer.

Quando se fala em saúde enquanto desenvolvimento, a idéia de corpo é-lhe intrínseca. E estes discursos sobre corpo e saúde são, na maior parte das vezes, “medicalizados”, ligados às disciplinas tecnobiocientíficas, à tendência da vigilância médica, do controle do contato/distribuição das populações e a divulgação crescente do cuidado de si, sob a forma de um padrão de consumo de remédios e estilos de vida. Discursos moldados na utopia da saúde perfeita, colaborando na circulação de receitas de vida salutar e longevidade, regimes alimentares certos e errados, fatores de risco na alimentação, em hábitos, constantemente monitorados e deslocados segundo a conveniência do mercado da saúde. De modo geral, o discurso da saúde, quando posto lado-a-lado à noção de DR, aparecia não como uma política

particular para assistir população com pouco acesso ao sistema de saúde pública. Seu sentido era vasto, pois saúde era falada da condição social do entrevistado, saúde como modo de ser, como a própria sobrevivência da humanidade ao assegurar seu vínculo aos alimentos geneticamente modificados, tanto aos defensores (salvar o mundo da fome), como os contra (possibilidades de sérios danos à saúde). “DR não passa apenas dentro da porteira, o DR tem que ser é... algo... é... ligado ao desenvolvimento do todo... a qualidade do alimento... dentro dos centros urbanos, as pessoas precisam saber o que consumir, e o equilíbrio entre o que consumir...” (Professora 6, UFRGS).

### **Desenvolvimento rural e o discurso ambiental**

Ecologia, ambientalismo, ou toda elaboração metafórica em torno das questões ambientais, da sustentabilidade, da preservação ambiental, das agendas políticas sobre estas temáticas foram constantes nas narrativas sobre DR ou desenvolvimento. O temário ou programa de uma política ecológica é uma das linhas de pesquisa mais interessantes na abrangência analítica da idéia de biopolítica. Ao se contrapor ao ideário fáustico de domínio humano da natureza<sup>70</sup>, ou da “humanização” desta, o discurso ambientalista ou ecológico toma ares da grande narrativa catastrofista na busca de efeito. Não se pretende aqui entrar no mérito da verdade ou não das possibilidades apocalípticas da atual escalada tecnológica humana. Buscam-se os efeitos e modelos discursivos que estruturam os sentidos do discurso ambiental em sua relação com DR. E um desses efeitos está ligado à narrativa cristã de apocalipse, de fim de mundo, dos tempos, de juízo final. Basta verificar a rede metafórica de certas predições sobre a temática, como no relatório do Clube de Roma (HELLER e FEHÉR, 1995).

As noções de desenvolvimento (DR) se confundiram várias vezes à noção de progresso (vide entrevista P2 do terceiro capítulo), e como a questão da *limitação* ou dos *limites* da aplicação destas idéias é sempre ponto controverso quando o debate ambiental está em jogo, há uma bifurcação do tema. Em uma primeira linha de discussão, o limite aparece no próprio processo cognitivo das ciências, na presunção de tudo abarcar. Dominar a natureza nas suas mais variadas formas, a “natureza animal” da humanidade pelo racionalismo e pela coerção civilizatória, e a “natureza externa” pela instrumentação científica das técnicas. A este tipo de idéia vincula-se outra, recorrente: o fim da história, a profecia da chegada

---

<sup>70</sup> Lembrando que toda imagem ou representação de natureza é um empenho teórico.

definitiva a um ponto esperado, da estabilidade social (não há o que mudar sem tudo piorar), do cumprimento das grandes promessas iluministas. Mas este fim da luta dos grandes modelos sociais não implica a negação da crença no progresso infinito. É neste espaço da narrativa temporal, da linearidade cronológica, da idéia de começo e fim, que grande parte das discussões ambientais se fixam, ou seja, não fogem de uma estrutura de pensamento marcadamente moderna, estruturante de um modelo de ciência e de sociedade que muitos entrevistados(as) que se consideravam ambientalistas tentavam romper. Controlar as metáforas e categorias temporais é exercer ativamente um domínio hegemônico sobre esquemas cognitivos, construção de empiricidades, de subjetividades, de objetos de estudo e preocupação política. A intertextualidade é a forma de perceber as ações das grandes linhas discursivas, metafóricas, que vivificam e renovam sentidos entranhados nos sujeitos e nas práticas diárias. A concepção de sujeito nessa pesquisa foge relativamente da consciência reflexiva enquanto parâmetro de subjetividade. O sujeito devidamente acomodado na noção de agente em virtude das forças situadas nos limites flexíveis do campo tecnocientífico é, de certa forma, em suas experiências profissionais no campo, estruturado pelo discurso da ciência moderna. Mesmo criticando os grandes projetos sociais centrados no discurso científico, reproduz em sua a fala, o que “não queria” ver reproduzido. Não obstante o efeito de uma individualidade empírica traçada por origens de classe e trajetória social, há um sempre um sujeito como efeito da linguagem e das grandes metáforas incorporadas, como ligar natureza à inocência, salubridade e harmonia, quando não, ao lado “feminino”, “infantil”, “indígena”, “nativo” do mundo, menos cultivado, menos construído (menos civilizado), pois mais natural.

A outra linha de discussão segue a paradoxal esperança na capacidade redentora do conhecimento tecnocientífico, aos males que “ele mesmo” provoca ou, indiretamente, ajuda a provocar. No geral, há uma sensação de maior benefício e facilidades à vida com a ciência e a tecnologia do que o contrário, ainda que todo novo conhecimento e manipulação proporcionada por ele decorram em uma ansiedade frente às conseqüências negativas, como sempre lembrado no tocante à transgenia na produção agrícola. Ao mesmo tempo em que é valorizada, a tecnociência angaria uma reticência, um cuidado cuja base discursiva se encontra em um conjunto de mitos ocidentais; a caixa de Pandora, Eva e o fruto da sabedoria como causa do banimento do homem do paraíso, ou seja, um entrelaçado simbólico, formando a base discursiva de um eixo metafórico construtor de um inescapável registro discursivo de conhecimento, poder e perigo. As ambições científicas aparecem de outra forma em um quadro de apreensão de enunciados e de sentidos via formação discursiva,

considerando esta — relembando — uma certa regularidade entre tipos de enunciados, linhas conceituais, escolhas temáticas.

E qual a importância do entendimento de formação discursiva no entendimento entre desenvolvimento (DR) e ambientalismo ou ecologia, em uma perspectiva política?<sup>71</sup> Um argumento pode se firmar: a noção de natureza pode trazer consigo uma posição política conservadora, a natureza como “vida não perturbada” (HELLER e FEHÉR, 1995, p. 87), em seu efeito metafórico na formação discursiva de uma política ambiental ou ecológica. A biopolítica, na vertente ambientalista/ecologista, põe-se como nova Arca de Noé. Os agentes entrevistados tenderam a uma divisão. De um lado, um discurso sobre DR (principalmente extensionistas e pesquisadores das EMATER e ONGs) centrado na preservação ambiental e na vida, no “desenvolvimento humano”; de outro lado, na participação política, na ação cidadã, no caráter da liberdade e transformação que as propostas de desenvolvimento acarretariam ou deveriam acarretar. Mesmo a Agronomia, constituída como maioria no quadro profissional dos agentes, as definições de DR não ficaram centralizadas na unidade produtiva ou somente no quesito tecnológico, pois DR era considerado algo mais amplo, o eixo saúde e bem-estar balizando e subordinando todas as falas, a unanimidade das entrevistas, pois quando “o homem quando está bem, ele... ele absorve tecnologia, ele absorve mensagem (...)” (Professor 7, UFPel/RS).

### **Desenvolvimento rural e bem-estar**

As noções de desenvolvimento (DR) e a classe de fenômenos sociais subordinadas a elas, nas falas dos agentes entrevistados, entendiam o Estado como a instituição portadora da força missionária dos projetos e agendas políticas de desenvolvimento. No geral, o conjunto de termos, idéias e perspectivas (constituintes do *corpus* da pesquisa) acerca das noções de desenvolvimento estabeleciam uma estreita vinculação a um ideal de sociedade ordeira, dirigida pelos preceitos da razão. Ainda que parte dos agentes privilegiasse um DR condizente às percepções locais de uma população (uma comunidade rural, por exemplo), supostamente não afeitas a uma racionalidade instrumental, tecnicista ou “capitalista”, a forma de expressão, as metáforas usadas, a formação discursiva de onde partiam suas falas era dominada por sentenças afinadas a um receituário de uma sociedade racionalmente planejada aos moldes da sociedade moderna ocidental. Sociedade esta arquitetada por um “Estado jardineiro”

(BAUMAN, 1999), revertendo uma condição “selvagem, inculta” da população, para um conjunto de qualidades e características ditas modernas, civilizadas, desenvolvidas, transformando, por um conjunto de meios hegemônicos, os dispositivos sociais existentes destas populações de reprodução e equilíbrio. No lugar desses mecanismos de regulação social, a sociedade moderna condiciona, em torno de certas propostas de desenvolvimento, mudanças na direção de um projeto racional, modificando e instituindo novos parâmetros para os agentes pensarem e se inserirem socialmente.

O Estado jardineiro age cuidando de sua população inserida em seu projeto<sup>72</sup>, selecionando partes saudáveis do conjunto diverso de seu território, avaliando e agindo sobre potencialidades, satisfazendo necessidades, eliminando riscos. O trabalho metafórico realizado sob a ótica de um Estado jardineiro na designação do desenvolvimento (DR) apareceu sob alguns grupos de expressões, “intervir na melhoria de vida”, no “bem-estar das populações rurais”, “na preservação ambiental”, “na produção e produtividade de alimentos”, na segurança ao “direito de arbitrar sobre seus destinos”. Como governar é ato social, feito sob disputas, jogos de força e convencimento, de certo modo os agentes confirmaram a primazia de uma opinião técnica, científica, racional, na condução dos projetos de DR, ainda que respeitassem a opinião de comunidades (nativos) ou da sociedade civil abrangidas e interessadas nas políticas de intervenção ditas de desenvolvimento.

A retórica sociopolítica sobre a noção de desenvolvimento é um esforço de abarcar o máximo possível as forças da “nação”, dar-lhe coerência e direção, através de uma lógica inclusiva, abrangente, captando as potencialidades da população, sua força vital, para o trabalho, para a produção, para a felicidade. O aparato administrativo e tecnológico do Estado aparecia ainda como o único capaz de controlar e agir legitimamente sobre as ações de DR, editar leis, executá-las, justificá-las, instituí-las. Mesmo positivando a espontaneidade das sociedades, comunidades, localidades e regiões com suas direções peculiares de “projeto social”, de relações com a sociedade englobante, os agentes priorizaram em suas falas o discurso da centralidade, seguramente interessados em agir sobre os mecanismos incontrolados e espontâneos da sociedade, fragmentado-a, dividindo-a, subtraindo os esforços canalizados sobre um projeto comum. Ainda que não chegasse a existir uma união entre as metáforas médicas, do Estado jardineiro ou da lógica do pastoreio, as noções de desenvolvimento eram faladas da mesma formação discursiva que deu origem à retórica do

---

<sup>71</sup> Sem falar de um conjunto de questões emergentes sob uma perspectiva estética e ética inseridas neste tipo de debate.

Estado total, orgânico, guiado pelo papel incontestável do papel e poder da ciência em instituir uma sociedade saudável, feliz e pujante, embora dura e inexorável com as “ervas daninhas” que a debilitassem (BAUMAN, 1999).

Dentro da mesma perspectiva discursiva, desenvolvimento aparecia majoritariamente como dependente do conhecimento científico e tecnológico, desde o ponto de vista da “humanização” e domesticação da natureza, compreendendo suas forças, suas leis em proveito do bem-estar e proteção sociais, bem como sob o ponto de vista de uma reversão desse quadro, de uma valorização da natureza, respeitando certos limites aos planos de pujança contrária à idéia de sustentabilidade. Desenvolvimento, ainda assim, é afirmação completamente ligada ao legado da esperança no progresso social, conduzido cientificamente, pois a massiva visualização do esforço tecnológico em romper obstáculos, em ir fundo na conseqüência lógica iluminista, persevera como projeto ocidental, ainda que um teor pessimista (Extensionista/pesquisador, EP – 2, por exemplo) tenha rondado as falas dos agentes no tocante às conseqüências ambientais e da iniquidade na distribuição dos frutos dessa fé na modernidade.

O conjunto de problemáticas sociais e ambientais levantadas atualmente, direta ou indiretamente relacionadas ao sucesso da tecnociência, tem sua base discursiva atrelada ao discurso do planejamento científico, uma sociedade harmoniosa, homogênea e ordeira, que não seria assim, se deixada seguir um ímpeto natural. A associação entre desenvolvimento (DR) e os termos relacionados à saúde, bem-estar e, mais recentemente, às questões ambientais, não é nenhuma surpresa. Todo este enredo retórico está muito articulado ao ímpeto político e social da idéia de biopolítica, à visão de uma sociedade racionalizada, tentando conseguir fazer o que a natureza não conseguiu, de reverter obstáculos à linha de alcance do ideário social moderno e a sensação de atraso histórico no jogo de concorrência entre nações.

Viu-se que o grupo de idéias em torno da noção de desenvolvimento está ligado a algumas crenças da modernidade, senão, à maioria delas. Progresso social e científico, domínio da natureza, o esquivar à morte, às doenças, à miséria, são alguns desses sonhos esboçados com fortes cores pelo Iluminismo e que não deixou de aparecer nas entrevistas. As desigualdades sociais foram outro ponto realçado como alvo para as ações de transformação social sob a ótica do desenvolvimento, tanto do ponto de vista moral, como do ponto de vista político, versões possíveis dentro de um padrão de subjetividade (indivíduo liberal)

---

<sup>72</sup> A metáfora do Estado jardineiro forma um interessante conjunto de idéias quando pensado sob a perspectiva da biopolítica.

fermentado via realização da igualdade jurídica e política, assegurada pelas constituições nacionais. Um ponto de inquietação desse sujeito de direito incorporado pelos agentes era a situação histórica paradoxal formada pelo ideal do bem-estar, assegurando relativamente a paz social no interior do Estado-nação e a dependência dessa paz do esbulho de “riquezas naturais” e de uma intensa expropriação de nações “não desenvolvidas”.

Dificilmente se conseguia amarrar coerentemente um ideal de qualidade de vida com um ideal de cuidado ambiental. Estes ideais oscilavam, pois a escolha de um implicava a perda do outro. Era a formação discursiva pautada em um projeto de ciência e sociedade que determinava essa insustentação entre ambiente e acesso a bens e conforto de um padrão civilizatório material. Os agentes estacavam neste tipo de questão, pois estavam presos a um espaço de concepção histórica de vida, espaços configurados por um presente contido em um passado e em um futuro. Um presente subentendido por outros tempos, e os sujeitos dos discursos estando presos à latência do presente, a suas possibilidades, a sua contingência, sempre diversa, esparramada, não unida, com a possibilidade de ser sempre outra coisa. É desta perspectiva que a unidade do sujeito é questionada e desta perspectiva que um projeto de ciência se encaixa à noção geral de desenvolvimento (constante domínio da natureza na satisfação da sociedade), mas não a um ideal de natureza intocada e com direitos e a um parâmetro de bem-estar impossível a toda população do planeta. Essa incompatibilidade acontecia quando o discurso entre ciência, desenvolvimento, bem-estar e preocupação ambiental não aceitavam a ambivalência, quando apareciam como incompatíveis, com sentidos opostos. Saber conviver com a ambigüidade, com a ambivalência, é condição básica para poder pensar novas relações, capacidade de exercer o discurso do desenvolvimento de forma nunca acabada, de forma polêmica, aberta a críticas, à interferência, a propostas.

### **O imaginário da crise ou a escatologia secularizada**

Um dos fios condutores do discurso sobre desenvolvimento (DR), então, é pautado pela segurança do desfrute do conforto material e sua ampliação a parcelas da população rural desprivilegiadas, proporcionado pela tecnociência e pelo ideário iluminista de progresso e ainda, pautado por uma insegurança ou preocupação com desastres ambientais, do problema da sobrevivência humana frente às mesmas conquistas valorizadas como desenvolvimento. A visão catastrofista perpassada ao longo das entrevistas é a mesma que se arraigou tão profundamente nos debates políticos desde o medo de uma guerra nuclear (guerra fria), até

um desastre ambiental global. Por vezes, o discurso sobre desenvolvimento tomou a forma de vida e morte, da sobrevivência. “Sobrevivência de relações de convivência tradicionais no campo” (Extensionista 5, EMATER-RS), “sobrevivência da agricultura familiar e da pequena propriedade” (Professora 8, UFPR). A retórica da crise, dos riscos, de que mesmo o que era tido como “natural” — frutas, sementes, plantas, animais etc. — pode já não ser, por causa das modificações genéticas, invade a vida cotidiana, intensificando a imagem de desastre, e a dubiedade de confiança e desconfiança quanto a algumas noções tidas como intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento. Se acabar com a fome é sinal de desenvolvimento, usar a transgenia e/ou agrotóxicos para isso ainda continua a ser válido? Era este tipo de questão que de certo modo reforçava o caráter polêmico do termo desenvolvimento em sua ação sobre o rural.

Mas este discurso polêmico pode se converter em indiferença. Quando crises públicas não resolvidas se acumulam, quando se tornam triviais, o interesse na possibilidade de que se possa fazer alguma coisa frente a elas amolece. Quando não, a frequência dessa retórica de crise, de denúncias dos problemas energéticos, da “pressão populacional”, dos problemas ambientais ou ecológicos etc. serve muito mais como justificativa a reivindicações profissionais, tanto no espectro da atuação política como na científica. Este ponto traz uma insistência por parte dos agentes entrevistados de que as questões de genuína importância social devem ser decididas de forma democrática, tratadas como temas técnicos pertencentes apenas a um punhado de especialistas, e não como decisão estritamente política. Desenvolvimento tendia também, a ser entendido como um apaziguamento dos extremos atuais, das desigualdades sociais gritantes, da concentração de força, de posses, de conhecimento, e ainda, de uma esperança de controle sobre forças caóticas da natureza e do conhecimento tecnocientífico, fruto da memória de eventos históricos de destruição em massa, de sobreviventes e vítimas do século XX, a “era dos extremos”, nas palavras de Eric Hobsbawm, (muita atrocidade cometida em nome do progresso e do desenvolvimento). Estas idéias foram majoritariamente expressas em relação a “vítimas” de um sistema socioeconômico injusto, moralmente demandando reparações, ainda que os agentes não se assumissem como porta-vozes dessas populações.

Quando a preservação e cuidados ambientais eram levantados como temas circulares ao desenvolvimento (neste caso, quase sempre aparecia a expressão “desenvolvimento sustentável”), duas proposições revelavam-se: a primeira era a mudança de padrões da agenda política e social na abordagem das questões ambientais, consideradas atrasadas no Brasil; a segunda, “a falta de consciência” das pessoas quanto a estas questões, onde os agentes, por



vezes, realçavam o discurso na crença de uma elite intelectualizada (cientistas) moralmente capaz de entender e agir sobre a pauta de problemáticas ambientais ora em voga. Ainda que um tom de catástrofe eminente esteja nos discursos sobre desenvolvimento, a esperança neste foi unânime. Era quando se fechava o ciclo da retórica biopolítica, com seus dispositivos e argumentos acerca da previdência e do planejamento social e tecnológico na reversão de um quadro rico em metáforas de juízo final, para um quadro de confiança do retorno da vida, de uma nova vida. No conjunto, os agentes manifestaram opiniões ligeiramente afastadas de um espaço argumentativo dirigido por uma idéia de debate público quando dos riscos da sociedade contemporânea; as preocupações eram expressas em termos privados, exemplos pessoais, preocupação com as crises previsíveis da vida cotidiana, onde as ações individuais ainda parecem ter mais sentido que as ações dirigidas coletivamente, mesmo quando o agente criticava o individualismo radical da sociedade contemporânea.

## CONCLUSÃO

A expressão DR foi discutida com naturalidade pelos agentes, mas percebeu-se que sobre ela ainda é pequena a percepção de uma relativa autonomização de áreas de saber ou, o que parece mais certo, uma convergência de disciplinas na constituição de um objeto de estudo. Esta emergência de um campo de estudo está relacionada a uma conjuntura histórica e decisões políticas, existência e participação de um grupo de especialistas e novas orientações teóricas e temáticas iniciadas com o amadurecimento de debates internos e contatos com discussões do exterior. Na tentativa de estabelecer um paralelo entre a rede discursiva da biopolítica (ligada a um momento ou período da história) com a terminologia constituinte das noções de DR, não bastará apenas tecer considerações sobre a inserção de crenças e mitos em uma dada formação discursiva que abarca a constituição e institucionalização do desenvolvimento. Ao longo desta pesquisa, uma questão permaneceu latente, de certo modo clarificando novos caminhos de investigação sobre a temática examinada. Para uma riqueza analítica sobre o tema do DR, deve-se formar um programa de pesquisa centrado na “sociologia do conhecimento científico”, levando minimamente em consideração, para a compreensão do funcionamento em um dado momento do campo tecnocientífico, a rede atada estruturalmente sobre as grandes narrativas, as crenças e mitos que dão suporte à elaboração de um projeto de sociedade centrado na ciência, bem como na geração de interesses, nas aspirações pessoais e corporativas, na dinâmica do discurso científico que faz parte das condições sociais de produção da verdade.

Pensar os sistemas de conceitos engendrados em torno da temática do desenvolvimento implica pensar o momento da história e suas condições objetivas de armação de possibilidades temáticas e conjecturais, expressas por meio de discursos. Estes, nos sistemas de verdades que grupos, instituições e normas dominantes impõem, tendem a aparecer sempre fechados e acabados (objetos discursivos inquestionáveis), o que não se verificou nas entrevistas; no geral havia mais dúvidas e aberturas do que certezas ao conjunto temático oferecido pelas questões acerca do DR, ainda que as linhas gerais da consagração da noção de progresso fossem preponderantes. Parece que com a relativa institucionalização do tema DR<sup>73</sup>, há uma ocasião favorável para se pesquisar, além da atividade específica do campo tecnocientífico, a “pressão” da conjuntura histórica referente a demandas sociais na

escolha da produção científica sobre as múltiplas dimensões do rural e os aspectos determinantes de sua orientação de pesquisa. Perceber e entender, por exemplo, até que ponto o debate ambiental e ecológico, a questão das novas biotecnologias na agricultura, as políticas de segurança alimentar etc. sustentam definições, encaminhamentos e institucionalizações na tentativa de consolidação dessa área de conhecimento.

Uma abertura de pesquisa oferecida nas entrevistas era o debate sobre o avanço técnico na agricultura ou nas diversas dimensões rotineiras da sociedade. Se os sentidos de DR e/ou desenvolvimento não destoaram muito em suas linhas gerais, o pouco em que destoou estava relacionado, principalmente, à divisão de opiniões sobre os usos das técnicas científicas avançadas. Técnicas muito mais extensas, do que parcialmente foi indicada aqui, na constituição de um repertório de intervenções sobre a vida (biotecnologias), através dos novos conhecimentos químicos e biológicos e onde a informática tem papel de suma importância na virada tecnológica do século XX. Houve, assim, a clássica divisão entre posições favoráveis e desfavoráveis ao projeto iluminista de esperança no avanço técnico como fundamental na contribuição do “aperfeiçoamento da humanidade”. A crença no projeto iluminista atravessava geralmente de forma integral o discurso científico, ainda que considerando algumas ressalvas, sua abrangência se percebia na crença da possibilidade do domínio da humanidade sobre a natureza, na vantagem e avanço da racionalidade com sua promessa na superação de preconceitos, miséria etc. O reino da abundância e das relações harmoniosas na sociedade estava, nas entrevistas, quase sempre amarrada ao elo entre ciência e técnica. Quando o contrário prevalecia, dificilmente a ciência ou a técnica era negada em sua suposta neutralidade: “parciais são os homens que usam as tecnologias para fins escusos” (Professor 9, UFRGS). Era de se esperar estes tipos de questões nas entrevistas, em virtude do campo estudado (tecnocientífico) e pelo roteiro das entrevistas que contemplava questões relativas às ciências e às tecnologias.

Como não poderia deixar de ser, pois própria da formação discursiva científica, o conjunto de assuntos correspondentes à sensibilidade dos agentes do campo tecnocientífico sobre a neutralidade ou não do conhecimento que utilizam proporcionou interessantes interrogações para temas ligados ao DR, além de abrangente e oportuna área de estudos, visto agora a expansão dos debates acerca dos efeitos sociais das modernas biotecnologias na área da agricultura. Na perspectiva teórica deste trabalho, tem-se a possibilidade de questões sobre o funcionamento discursivo para se perceber *como* os agentes falam sobre a imparcialidade

---

<sup>73</sup> Aparecimento de temas, programas de pesquisa e orientações governamentais e não-governamentais sobre este domínio de objetos.

e/ou neutralidade da tecnociência, ou mesmo as amplas e diversas discussões dos possíveis estatutos de uma nova ontologia entre sociedade e natureza e seus efeitos sobre a vivência diária do mundo rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A orientação teórica dessa pesquisa pretendeu perceber alguns fragmentos discursivos ligados à noção de desenvolvimento e/ou DR em suas regularidades, em suas formas mais ou menos gerais e indiferenciadas. O aparato teórico e metodológico de construção e seleção dos dados da pesquisa foi direcionado a isso, o contrário de uma perspectiva que sonda a diferença, o antagonismo, as sutis variações de um discurso em sua determinação ideológica. Nesta concepção — apesar de ter orientado o início da pesquisa e de certo modo estar presente em alguns trechos da dissertação —, o estudo dos sentidos de DR no campo tecnocientífico aqui descrito teria que estar ressaltando o papel e estratégias dos especialistas do campo na luta pelo monopólio da definição legítima da idéia de DR. Preferi trabalhar apenas em cima do consenso. Como se vê, um recorte arbitrário produzindo um tipo específico de resposta para a pesquisa, não excluindo, porém, outras maneiras de aproximação com a mesma temática. Está claro para mim que apenas alguns processos de instauração de sentidos de desenvolvimento (DR) foram trabalhados, mesmo que de forma muito rápida e, por vezes, desconectados do referencial teórico ou por este sombreado em sua maçante extensão.

Como a temática do DR é relativamente nova, tanto em estudos tendo-a como objeto, como em propostas que lhe dêem um corpo teórico, e como o cruzamento disciplinar e sua extensão são consideravelmente grandes, ao longo do trabalho as possibilidades abertas pela leitura das entrevistas surgiam em grande número, tomando várias direções. De algum modo, estas várias linhas que se abriam convergiram para a questão da biopolítica como o grande espaço discursivo e de prática não-discursiva que sustentava as locuções sobre uma grande parte de assuntos e problemática sob o tema do desenvolvimento e/ou DR. Mais uma vez, a extensão das discussões que surgem neste quadro programático da imbricação do desenvolvimento e da biopolítica possibilitou pensar um novo projeto, a relação entre as biotecnologias ligadas à produção de alimentos, ou matérias-primas de modo geral — desde simples fermentações até a transgenia — em sua inserção e entendimento pelos profissionais das ciências agrárias. Questão aberta e pensada na dissertação, mas que agora se coloca para doutorado.

Como a perspectiva teórica lançada sobre as entrevistas buscava a constância, a repetição, ficou um conjunto não contemplado de possibilidades de questões, apesar do

levantamento de alguns pontos no segundo capítulo. Como já comentado, estes partiriam de uma investigação de antemão preocupada com a diferença, com os choques de significados produzidos por disputas por autoridade e legitimação de categorias, sentidos, ou no fim, de concepções de mundo. Isto se faz importante agora, pois de certo modo, este processo não unânime de atribuição de significados ao DR ficou apagado das discussões deste trabalho, indicando uma interessante frente de pesquisa. A tentativa de unir alguns pontos de perspectivas teórico-metodológicas diferentes se faz importante, pois realça algumas lacunas de uma proposta ou outra e ameniza certas presunções. Embora a pesquisa tenha se centrado em um campo científico de saber específico, com seus peculiares processos de diferenciação e especialização, acredita-se que as configurações temáticas agrupadas em torno das noções de DR pouco variem, pois seus sentidos estão imersos em amplas determinações históricas e ideológicas da sociedade moderna ocidental. Neste caso, a luta concorrencial entre os agentes do campo a partir de interesses e aspirações diversas, com suas posições delimitadas segundo a configuração de trajetórias sociais e profissionais, não influenciou nas trajetórias temáticas, nas escolhas de conceitos e idéias que apontassem ao entendimento de DR. Mesmo assim, não descarto que este “consenso” em torno da noção de DR esteja condicionado ao estado atual do campo, ao aspecto que tal temática tomou na conjuntura política brasileira e mundial.

Pode-se imaginar a complexidade de um estudo que abordasse o empírico dessa pesquisa, considerando a ação dos agentes no campo, em função da relação entre a proeminência dos saberes específicos ao campo tecnocientífico (para se pensar as questões acerca do DR) e as posições que esses saberes conferem à autoridade e prestígio dos agentes. A ação objetiva dos agentes depende, de certa forma, do conjunto de saberes e seus graus diferenciados de legitimidade em certo período histórico, direcionando trajetórias institucionais, percursos, interesses e tendências temáticas. Embora algumas destas questões fossem pinceladas no segundo capítulo, uma abordagem desse tipo daria uma feição completamente diferente ao trabalho, contribuindo como contraponto a outras perspectivas. Por exemplo, caso se trabalhasse, nas entrevistas, com os pontos endereçados às trajetórias sociais e profissionais dos agentes, o que abriria, em análise cuidadosa, um panorama para se compreender padrões de mudança ou permanência das relações entre visões do DR, sistemas de consagração profissional, modelos temáticos, formas de decisão teórico-metodológicas (configurando os objetos de estudo) e as estratégias de conquistas e dominação de posições no campo tecnocientífico em questão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AMARAL, Marise B. A disciplina da natureza e a natureza das disciplinas: a ciência como produção cultural — relatos de um encontro com Timothy Lenoir. *Episteme*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 117-126, 1997.
- BACHELARD, Gaston. *A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico*. Lisboa: Presença, 1998.
- . *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BAUER, Martin W. & AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (Editores). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 39-63.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- . A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria A. e CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- . *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . O campo científico. In: *Pierre Bourdieu: sociologia*. Org. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.
- . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- . *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus Editora, 1996.
- CANGUILHEM, Georges. *Ideologia e Racionalidade nas Ciências da Vida*. Lisboa: Edições 70, 1977.

- . *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CORADINI, Odaci L. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Veritas*, Porto Alegre, vol. 41, n.º 162, p. 207-220, junho de 1996.
- CULLER, Jonathan. *Framing the Sign: Criticism and it's Institutions*. Norman, University of Oklahoma Press, 1988.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DELUMEAU, Jean. *A confissão e o perdão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- . Sobre as sociedades de controle. In: *Conversações (1972-1990)*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FELÍCIO, Vera L.G. *A imaginação simbólica nos quatro elementos bachelardianos*. São Paulo: Edusp, 1994.
- FIORIN, José L. *Linguagem e ideologia*. Série Princípios. Editora Ática, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2002a.
- . A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989a.
- . *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- . *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- . *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- . *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal editora, 1989b.
- . *Resumo dos cursos do College de France 1970-1982*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002c.



- . *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- FUKS, Mario. *Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
- GARCIA-ROZA, Luiz A. *Palavra e verdade: na filosofia antiga e na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GUMBRECHT, Hans U. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não hermenêutica*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HEIDEGGER, Martin. Sobre a essência da verdade. In: *Heidegger*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).
- HELLER, A.; FEHÉR, F. *Biopolítica: la modernidad y la liberación del cuerpo*. Barcelona: Ediciones Península, 1995.
- HILGARTNER, Stephen; BOSK, Charles. The Rise and Fall of Social Problems: a Public Arenas Model. *American Journal of Sociology*, vol. 94, n.º 1, p. 53-78, 1988.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LACEY, Hugh. Ciência e valores. *Manuscrito*, Campinas, vol. XX, n.º 1, pp. 9-36, abril 1997.
- LASCOUMES, Pierre. *L'éco-pouvoir: environnements et politiques*. Paris: Éditions La Découverte, 1994.
- LE BRAS, Hervé. *Os limites do planeta: mitos da natureza e da população*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- LENOIR, Timothy. Registrando a ciência em textos científicos e as materialidades da comunicação. *Episteme*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 33-53, 1997a.
- . A ciência produzindo a natureza: o museu de história naturalizada. *Episteme*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 55-72, 1997b.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick *et. al.*. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996. p. 59-106.
- LYOTARD, Jean-François. *Peregrinações: lei, forma, acontecimento*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- NEIVA JÚNIOR, Eduardo. *Um inferno de espelhos: comunicação, cultura e mundo natural*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- NEVES, Delma P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela Duarte D., BRANDENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura* (Org.). Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 147-168.
- NEVES, Luiz F. B. A ideologia da seriedade e o paradoxo do Coringa. In: —. *O paradoxo do coringa e o jogo do poder & saber*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1979, p. 47-57.
- OLIVEIRA, João B. A. e. *Ilhas de competência: carreiras científicas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1985.
- ORLANDI, P. E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996, p.295-330.
- RABINOW, Paul. *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- ROCCO, Maria T. F. *Linguagem autoritária: televisão e persuasão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROMANO, Roberto. *Conservadorismo Romântico: origem do totalitarismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- SEGUIN, Eve. L'analyse politique de la science: technocratie versus discours scientifique. *Politix*, nº 36, p. 181-193, 1996.
- SERRANI, Silvana M. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: FINEP/Cia. Editora Nacional, 1979.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p.13-37.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem — e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WEBER, Max. A ciência como Vocação. In —: *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo, Cultrix, s.d.

WOOLGAR, Steve e LATOUR, Bruno. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

## APÊNDICE

### ROTEIRO DE ENTREVISTAS

#### **1 - Identificação do interlocutor:**

Nome, gênero, idade, estado civil, formação educacional, atividades e instituição atuais.

#### **2 - Trajetória social**

- Local de origem?
- Teve (primeiras experiências) ou tem algum tipo de relação de convívio — atividade produtiva, residência — com o rural?
- Formação educacional dos pais e/ou atividade profissional?

#### **3 - Trajetória profissional**

- Qual a sua formação profissional?
- Em que período e local esta foi realizada?
- Quais foram as motivações de tal escolha profissional?
- Quais foram os elementos positivos que tornaram mais sólido o vínculo com a profissão?
- Houve algum tipo de hiato ou dúvidas referentes a sua opção profissional? Quais foram?
- Até chegar a sua condição atual, quais foram as atividades desenvolvidas: local, período, tipo, particularidades?
- Quais as percepções sobre o elo e benefícios sociais que sua profissão pode proporcionar para com o mundo rural (não apenas a agricultura)?

#### **4 - Campo tecnocientífico, problemática ambiental e desenvolvimento rural**

- A ciência e a tecnologia são elementos fundamentais para discutir a questão ambiental ora posta?
- Reflete sobre algum imperativo ético na produção científica? Qual?
- A problemática ambiental está pautada devidamente pelo conhecimento científico e tecnológico?
- Poderia dizer-me algo sobre a neutralidade e imparcialidade científica?

- Como definiria a agricultura? Imaginaria modelos de agricultura que competem por excelência em proporcionar mudanças que melhorem a condição da sociedade?
- O que vem à mente quando você pensa em agroecologia? Que outro nome daria a uma agricultura "diferente"?
- De que maneira a problemática ambiental se relaciona com os temas rurais?
- Em seu dia-a-dia profissional, de algum modo a questão ambiental está sugerida? E entre seus pares?
- Considera relevante neste momento, no Brasil, pesquisas que façam um balanço entre os níveis de poluição ou degradação produzida por um tipo de agricultura e seus custos econômicos e sociais poderem ultrapassar a contribuição dada por esta mesma agricultura para a riqueza do país?
- Qual a sua concepção de desenvolvimento e como articularia esta ao rural, ou seja, o que imagina ser desenvolvimento rural?
- Considera que existem abusos no uso deste termo?
- Existe alguma singularidade no rural que o diferencie do urbano?
- Em virtude de sua experiência profissional imagina que a noção de sustentabilidade inova a concepção de desenvolvimento?
- Deve haver uma instância privilegiada — a esfera pública, por exemplo — que estabeleça os fins e meios do desenvolvimento rural?
- Quais os vínculos das questões ambientais com o espaço rural, como utilizar seus recursos, como pensa isso?
- No contexto atual, há mais esperança ou desconfiança quanto ao desenvolvimento rural?
- Há mais um algum ponto que gostaria de comentar?